



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
CURSO DE MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

DENISE DE JESUS ALBUQUERQUE

ORGANIZAÇÃO E LUTA SINDICAL FACE AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL:
do novo sindicalismo à construção de alternativas à esquerda.

São Luís (MA)
2019

DENISE DE JESUS ALBUQUERQUE

ORGANIZAÇÃO E LUTA SINDICAL FACE AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL:
do novo sindicalismo à construção de alternativas à esquerda.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de Concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Josefa Batista Lopes

São Luís (MA)
2019

ALBUQUERQUE, Denise de Jesus.

ORGANIZAÇÃO E LUTA SINDICAL FACE AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: do novo sindicalismo à construção de alternativas à esquerda / Denise de Jesus Albuquerque. - 2019.

142 f.

Orientador(a): Josefa Batista Lopes.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2019.

1. CSP-Conlutas. 2. CUT. 3. Movimento sindical. 4. Neoliberalismo. I. Batista Lopes, Josefa. II. Título.

DENISE DE JESUS ALBUQUERQUE

ORGANIZAÇÃO E LUTA SINDICAL FACE AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL:
do novo sindicalismo à construção de alternativas à esquerda

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Josefa Batista Lopes (Orientadora)
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Zulene Muniz Barbosa (Examinadora externa)
Doutora em Ciência Política
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso (Examinadora interna)
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

*À minha filha amada, Yasmin.
Aos meus pais, Maria José e Francisco.
Ao meu companheiro, amante e amigo, Davi Galhardo.
A todos/as os/as explorados/as que se levantam contra as
amarras do capital.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre me ensinaram o valor dos estudos e que me deram as condições materiais, mesmo que sob muitas dificuldades, para a realização do meu primeiro grande sonho: cursar uma graduação em uma Universidade pública. Amo vocês!

À minha flor, Yasmin, pela sua existência e pelo seu amor. Obrigada pela paciência, pela força e pela sua compreensão! Se eu não desisti nos momentos mais difíceis desta jornada foi por você, minha filha. Te amo infinitamente!

Ao meu amor, meu companheiro, Davi Galhardo, peça tão fundamental na conclusão dessa jornada, pessoa que segurou minha mão, enxugou minhas lágrimas e me fez acreditar que eu conseguiria. Obrigada por tudo. Te amo!

À minha irmã Patrícia pelo amor incondicional e cuidado dispensado à minha filha, preenchendo o vazio por mim deixado em muitos momentos importantes nesse período em que estive cursando este mestrado. Obrigada, mana!

Ao meu irmão Walyston, meus sobrinhos Nicoly e Gabriel, pela torcida de sempre. Obrigada!

À minha sogra Dilcinete e aos pequenos Felipe e Júlia, pelo carinho e torcida. Obrigada!

À minha orientadora, Profa. Dra. Josefa Batista Lopes, pela confiança em mim depositada, pelo seu exemplo de intelectual orgânica vinculada às lutas da classe trabalhadora, pela sua compreensão quanto às minhas condições objetivas e subjetivas na realização deste trabalho. Obrigada pela paciência e por acreditar no meu potencial!

Às queridas professoras doutoras Franci Gomes Cardoso e Zulene Barbosa que aceitaram o convite de participar das bancas de qualificação e defesa desta dissertação, fato este que me deixa honrada de ter intelectuais da estirpe de vocês contribuindo com a conclusão deste trabalho. Obrigada por cada consideração feita, pelo cuidado e rigor na análise.

À minha mana e confidente Sarah Valois, presente que o mestrado me deu e que vou levar para o resto da vida, amiga com quem dividi meus medos, minhas angústias e que sempre esteve disposta a me dar a mão quando mais precisei. Obrigada!

Aos amigos queridos da turma de Mestrado/Doutorado em Políticas Públicas ano 2016, em especial, Joyce Ikeda, pessoa cuja história de vida, simplicidade e dedicação me faz ter por ela uma profunda admiração. Obrigada amora!

Aos amigos queridos que guardo no peito, Cláudio Mendonça, o irmão que a militância me deu, Aline Gomes, amiga (e líder) desde os tempos de Liceu, Marcela Miranda e tantos outros amigos e companheiros cujo encontro traz sempre muita alegria ao meu coração: Talita Setúbal, Clístenes Mendonça, Joivaldo Lopes, Adriana Gulart, Jorge Serejo, entre tantos outros.

Aos colegas professores do curso de Serviço Social do IESF, Sanny, Gisele, Neuziane, Roseline, Dayanna, Cláudia, Anderson Izídio, Edvaldo, Padúa (meu coordenador no curso de Direito) entre tantos outros que por lá passaram (Danilo, Elaine, Jorge, entre outros). Obrigada por poder compartilhar com vocês as angústias da docência, mas também podermos celebrar juntos a delícia que é contribuir para a formação crítica de novos profissionais de Serviço Social.

À minha amiga e coordenadora Katiana Souza, pela sua compreensão quanto à minha dificuldade no período de conclusão deste curso e pelo seu incentivo à qualificação dos docentes do curso de Serviço Social do IESF. Obrigada!

Aos meus alunos e ex-alunos da graduação e da pós-graduação, em especial, aos alunos do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas (GEPSS) – grupo que coordeno no IESF – pelo apoio, incentivo, torcida e dedicação aos estudos. Vocês me inspiram com suas histórias de vida e me dão coragem para continuar na docência no ensino superior.

À psicóloga Juliana, que me acompanhou neste último ano em meu processo de terapia, por me ajudar na tarefa do autoconhecimento empreendido, fazendo com que eu reconhecesse os meus limites e acreditasse no meu potencial. Sem o trabalho desta profissional eu não teria conseguido chegar até aqui. Obrigada, Jú!

Aos amigos torcedores do Maranhão Atlético Clube, time que aprendi a amar e torcer nos últimos anos. Obrigada ao pessoal da Bravo Macão pela acolhida e pelas risadas arrancadas durante o período de conclusão deste trabalho. Agradeço em especial ao Professor Franklin, pelas risadas, boa música, discussões filosóficas e políticas que nos propiciou em seu Boteco do Professor.

Todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial (MARX; ENGELS [1848], 2010, p. 50).

RESUMO

Esta dissertação faz uma análise do movimento sindical brasileiro no bojo da implementação do projeto neoliberal, tendo como marco principal os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 1998; 1999-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010). Para tanto, buscamos compreender as repercussões do processo de reestruturação capitalista – ancorado na reestruturação produtiva, na financeirização e na ideologia neoliberal –, evidenciada em fins dos anos 70, sob o mundo do trabalho e o movimento sindical. Na análise da particularidade do Brasil, trazemos um breve histórico do movimento sindical brasileiro com destaque para o novo sindicalismo que dá origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT), na década de 1980. Verificamos que a vitória do projeto neoliberal no Brasil, com a eleição de Collor em 1989, juntamente com a derrocada da URSS e a crise do modelo de sindicato socialdemocrata, colocou na defensiva a principal referência do sindicalismo combativo brasileiro, a CUT, com a adesão desta ao sindicalismo propositivo. Como parte da estratégia neoliberal de disputar a direção do movimento sindical, tivemos também a criação da Força Sindical, em 1991, central que já nasce neoliberal, com seu sindicalismo negocial. Desse modo, analisamos a atuação das duas principais centrais sindicais atuantes na década de 1990, apontando suas divergências e aproximações na referida década, tendo em vista o transformismo cutista da época. Com a eleição de Lula em 2002, verifica-se uma completa adesão da CUT ao projeto de conciliação de classes implementado pelo Partido dos Trabalhadores. Sendo este um dos elementos responsáveis pelo processo de reorganização do movimento sindical brasileiro, iniciado na década de 2000 e ainda em curso, fazemos, ainda, algumas reflexões sobre a construção de alternativas à esquerda do sindicalismo cutista, com a criação da CSP-Conlutas. Esta central, com caráter sindical e popular, tem tentado preencher a lacuna deixada pela Central Única dos Trabalhadores no tocante à organização das lutas sindicais no Brasil, no confronto ao neoliberalismo do século XXI.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Movimento sindical; CUT; CSP-Conlutas.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the Brazilian trade union movement in the context of the implementation of the neoliberal project, having as main frame the governments of). In order to do so, we seek to understand the repercussions of the process of capitalist restructuring - anchored in productive restructuring, financialization and neoliberal ideology - evidenced in the late 1970s under the world of labor and the trade union movement. In the analysis of the particularity of Brazil, we bring a brief history of the Brazilian trade union movement, highlighting the new unionism that gave rise to the Central Única dos Trabalhadores (CUT) in the 1980s. We have verified that the victory of the neoliberal project in Brazil, with Collor's election in 1989, together with the collapse of the USSR and the crisis of the social-democratic syndicate model, put the main reference of Brazilian combative unionism, CUT, on the defensive, with its adherence to pro-union syndicalism. As part of the neoliberal strategy of contesting the leadership of the trade union movement, we also had the creation of the Força Sindical, in 1991, a center that is already born neoliberal, with its trade unionism. In this way, we analyze the performance of the two main trade union centers operating in the 1990s, pointing out their divergences and approximations in that decade, in view of the seasonal change of the era. With the election of Lula in 2002, there is a complete adhesion of the CUT to the project of conciliation of classes implemented by the Workers' Party. This being one of the elements responsible for the reorganization process of the Brazilian trade union movement, which began in the 2000s and is still under way, we also make some reflections on the construction of alternatives to the left of cutista trade unionism, with the creation of CSP-Conlutas. This center, with a trade union and popular character, has tried to fill the gap left by the Central Única dos Trabalhadores with regard to the organization of trade union struggles in Brazil, in the confrontation with 21st century neoliberalism.

Keywords: Neoliberalism; Trade union movement; CUT; CSP-Conlutas.

LISTA DE SIGLAS

APS – Ação Popular Socialista
ASS – Alternativa Sindical Socialista
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores
CBDT – Central do Brasil Democrática de Trabalhadores
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico Social
CESP – Central de Entidades de Servidores Públicos
CF – Constituição Federal
CGT – Confederação Geral do Trabalho
CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Livres
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNB – Confederação Nacional dos Bancários
CONAT – Congresso Nacional dos Trabalhadores
CONCLAT – Conferência da Classe Trabalhadora
CONCLAT – Congresso da Classe Trabalhadora
CONCUT – Congresso da CUT
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas
COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista
CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros
CSC – Corrente Sindical Classista
CSOL – Coletivo Socialismo e Liberdade
CSP-CONLUTAS – Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas
CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores
CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNT – Fórum Nacional do Trabalho
FS – Força Sindical
IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MAS – Movimento Avançando Sindical
MÊS – Movimento de Esquerda Socialista
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT – Ministério do Trabalho
MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MTS – Movimento por uma Tendência Socialista
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NSCT – Nova Central Sindical de Trabalhadores
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCB – Partido Comunista do Brasil
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Progressista
PPP – Parceria Público-Privadas
PPS – Partido Popular Socialista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PV – Partido Verde
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Social da Indústria
SDS – Social Democracia Sindical
UC – Unidade Classista
UGT – União Geral dos Trabalhadores
UST – União Sindical dos Trabalhadores

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lucro líquido do sistema financeiro nacional, em valores corrigidos pelo IPCA	p. 94
Tabela 2 – Centrais sindicais por número de sindicatos filiados (Portal das Relações de Trabalho/MT)	p. 121
Tabela 3 – Aferição das centrais sindicais – ano 2016	p. 122

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO SOB O NEOLIBERALISMO	23
2.1 Transformações no mundo do trabalho e tendências do movimento sindical em meio à crise estrutural do capitalismo	23
2.2 Um resgate histórico do sindicalismo no Brasil: da formação da classe operária brasileira ao surgimento e crise do novo sindicalismo.	37
3. O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO NOS MARCOS DOS GOVERNOS NEOLIBERAIS: de FHC a Lula	54
3.1 A emergência da Força Sindical e a “inevitabilidade do neoliberalismo” ...	59
3.2 O papel da CUT na organização dos trabalhadores no enfrentamento ao neoliberalismo	68
3.2.1 A resistência cutista ao neoliberalismo nos anos de 1990 a 2002	80
3.2.2 A adesão da CUT ao projeto de conciliação de classes dos governos petistas	89
3.3 O processo de reorganização do sindicalismo de esquerda no Brasil: a CSP-Conlutas como alternativa ao sindicalismo cutista	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca do sindicalismo brasileiro constitui-se, nos tempos atuais, um grande desafio haja vista as variadas interpretações dadas ao processo de organização da classe trabalhadora em meio à reestruturação capitalista. Neste debate, temos desde aqueles que decretaram o “fim da sociedade do trabalho”, “fim da luta de classes” até aqueles que viram com grande entusiasmo a vitória eleitoral de governos populares na América Latina, como é o caso da chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo central no início dos anos 2000, entendendo-a como a derrota completa do projeto neoliberal, inaugurando no Brasil uma era pós-neoliberal.

De nossa parte, acreditamos ser imprescindível desvendar as armadilhas postas ao movimento dos trabalhadores no momento presente, tendo em vista que o atual modelo de acumulação capitalista tem logrado êxito na captura da subjetividade do trabalhador, com implicações bastante negativas à organização política desta classe.

Desta feita, o presente trabalho que tem por título *Organização e luta sindical face ao neoliberalismo no Brasil: do novo sindicalismo à construção de alternativas à esquerda*, faz uma análise do movimento sindical brasileiro em meio ao processo de implementação do neoliberalismo, tomando por referências as principais organizações sindicais existentes no período, seja pela esquerda seja pela direita, notadamente, a Central Única dos Trabalhadores, a Força Sindical e a CSP-Conlutas.

O interesse pela temática decorreu de minha inserção nas lutas sociais da classe trabalhadora, desde os tempos de militância no movimento estudantil, na graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão, passando também pela militância político-partidária no Partido Socialismo e Liberdade.

O estudo presente dá continuidade, de certo modo, a uma pesquisa desenvolvida no período de 2004 a 2007, junto ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), sob a orientação da Profa. Dra. Josefa Batista Lopes, na qual foi feita a análise da relação entre duas importantes organizações da classe trabalhadora, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

As inquietudes com a situação dos trabalhadores e trabalhadoras na atualidade despertaram-me para a necessidade de reflexão e análise sobre a resistência desta classe em meio ao desmonte dos direitos sociais e trabalhistas vivenciado no contexto neoliberal. Para tanto, optei por analisar o movimento sindical brasileiro uma vez que este constitui um dos principais instrumentos de organização política da classe trabalhadora.

Veja por outra vemos surgir questionamentos acerca da eficácia das organizações clássicas da classe trabalhadora, como os sindicatos e partidos. Um exemplo disso, foram as manifestações de junho de 2013 no Brasil, que ocorreram por fora das organizações tradicionais da classe nas quais estas instituições foram questionadas e até mesmo hostilizadas pelos manifestantes.

Em que pese, a ação das forças conservadoras reacionárias, que sob o discurso do “apartidarismo” insuflaram as massas contra as organizações de esquerda (partidos, sindicatos, movimentos sociais urbanos e rurais), percebemos nestas manifestações que tais organizações não conseguiram responder à altura o sentimento de descontentamento das classes subalternas com o projeto político e econômico desenvolvido à época no Brasil.

Nesse sentido, cabe-nos a reflexão sobre como estas organizações têm atuado na resistência ao neoliberalismo. Para tanto, tomamos como referência o movimento sindical brasileiro, buscando compreender: a) as implicações da reestruturação capitalista sobre o mundo do trabalho e as tendências atuais do movimento sindical; b) a atuação do movimento sindical brasileiro diante da implementação do projeto neoliberal no Brasil, com destaque para as principais centrais sindicais atuantes no período (Força Sindical e CUT) e; c) o processo de construção de alternativas à esquerda no movimento sindical brasileiro, com destaque para a CSP-Conlutas.

Consideramos que a análise do movimento sindical brasileiro só pode ser feita dentro de um processo que nos leve a compreender a dinâmica do capitalismo nos tempos atuais e a analisar as incidências do novo modelo de acumulação que emerge a partir dos anos 70 do século passado, a acumulação flexível, e suas implicações sobre o mundo do trabalho. Nesse sentido, há que se compreender a crise do modelo fordista-keynesiano e as bases sob as quais se assenta a acumulação flexível. Conforme Harvey (2010, p. 135):

De modo geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. [...] E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972.

A crise do modelo fordista-keynesiano leva o capital monopolista a implementar uma “estratégia política global” (NETTO; BRAZ, 2012) que se assenta em três pilares fundamentais: a *reestruturação produtiva*, a *financeirização* e a *ideologia neoliberal*. O êxito dessa estratégia dependia da derrota do movimento sindical de modo a solapar os direitos sociais e trabalhistas conquistados, impondo um modelo de acumulação pautado na flexibilização das relações de trabalho e na fragmentação da classe trabalhadora.

Tem-se, portanto, que com a crise do modelo de acumulação fordista-keynesiano a saída imposta pelo capital impõe à classe trabalhadora novas requisições e novos desafios ao movimento sindical. Desse modo, evidenciou-se uma crise do movimento operário (BIHR, 2001) e de seus principais instrumentos de representação.

No Brasil, a aplicação deste receituário vai acontecer a partir dos anos de 1990, com a vitória de Collor contra Lula (candidato sindicalista, representante das lutas contra a ditadura e contra o capital). A década anterior foi marcada pelo recrudescimento das lutas sociais que possibilitaram o surgimento de importantes organizações da classe trabalhadora, a exemplo do Partido dos Trabalhadores (1980), da Central Única dos Trabalhadores (1983) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (1984).

A CUT, nascida no seio daquilo que ficou conhecido como *novo sindicalismo*, propunha a organização autônoma da classe trabalhadora e colocou-se contrária à estrutura sindical corporativista construída sob o Estado varguista. Esta central, ocupou um papel de destaque no processo de redemocratização do país, tendo encampado a luta por uma Constituinte livre e soberana, luta esta que conquistou direitos importantes afiançados na Constituição Federal de 1988.

No entanto, há que se observar que as conquistas obtidas naquele período não foram capazes de enterrar a velha estrutura sindical, fazendo com que esta central também tivesse que se organizar por dentro dessa estrutura corporativista, ao mesmo tempo que seguia lutando contra ela.

A vitória do candidato neoliberal no pleito de 1989 significou uma importante derrota para a esquerda, tendo também a CUT sofrido seus reflexos. A implementação do projeto neoliberal no Brasil, contou com o apoio incondicional do *sindicalismo de resultados*, aqui representado pela Força Sindical, central sindical criada em 1991.

Nesse contexto marcado pela flexibilização das relações de trabalho, fragmentação da classe trabalhadora e crise do movimento sindical, assistimos ao aprofundamento da transformação vivida pela CUT em sua adesão ao *sindicalismo propositivo* – processo já iniciado em fins da década de 1980 –, em detrimento das práticas de confronto mais direto ao capital.

Há que se observar que tais mudanças estão intimamente relacionadas às condições objetivas das relações de trabalho nos anos de 1990. Como destaca Mattos (2014, p. 87), os anos 90 no Brasil foram

marcados pelo crescimento do desemprego até atingir patamares muito elevados. [...] Período em que se acelerou também o processo de reestruturação na organização das relações de trabalho nas empresas privadas e nas antigas estatais que são privatizadas nesse período, e pela intensa retirada de direitos dos trabalhadores, através de reformas na legislação. Esse conjunto de mudanças nas relações de trabalho teve, certamente, um efeito negativo sobre a capacidade de mobilização da classe trabalhadora porque, como sabemos, em momentos de desemprego muito elevado, o temor das demissões é um freio nas mobilizações sindicais.

Se é verdade que as mudanças nas relações de trabalho advindas do processo de reestruturação produtiva impõem novos limites e mais desafios à organização da classe trabalhadora, também é certo que somente a partir do enfrentamento direto ao capital e ao Estado capitalista é que os trabalhadores conseguirão resistir à intensificação da exploração capitalista.

No entanto, a partir da década de 1990 a direção majoritária da CUT assumiu o discurso da invencibilidade do capital e sua prática tendeu muito mais à negociação que ao conflito. Vale lembrar que a Articulação Sindical foi uma árdua defensora dos fóruns tripartites nos governos de Collor, Itamar e FHC, como as câmaras setoriais, a exemplo da experiência do setor automotivo.

A vitória de Lula/PT em 2002, longe de representar uma ruptura com o modelo neoliberal implementado no Brasil desde a década anterior, trouxe novos desafios ao movimento sindical brasileiro. Ao invés de um processo de enfrentamento direto com o capital, os governos petistas optaram pela conciliação de classes e, sem deixar de

atender aos interesses do grande capital nacional e internacional, atendeu também a frações da burguesia interna que vinham sendo desprivilegiadas nos governos antecedentes (BOITO JÚNIOR, 2018).

O modelo neoliberal implementado sob os governos do Partido dos Trabalhadores, assumiu uma cara mais social, naquilo que Antunes (2018) chamou de *socialiberalismo*, compondo uma frente ampla com setores da burguesia e da classe trabalhadora para implantação do programa *neodesenvolvimentista* (BOITO JÚNIOR, 2018). Tentando atender aos interesses do trabalho e do capital, o PT acabou concedendo a este último a melhor e maior parte do bolo, enquanto os trabalhadores ficaram com a parte menor.

A postura assumida pela Central Única dos Trabalhadores nos governos petistas foi de adesão acrítica ao programa de conciliação de classes implementado pelo PT. Mais do que isso, muitos dirigentes e ex dirigentes sindicais oriundos desta central passam a ocupar-se da gestão dos negócios burgueses, à frente dos fundos de pensão, ocupando cargos importantes nos ministérios e secretarias, além de terem assento em órgãos colegiados que discutiram e aprovaram as propostas de reformas neoliberais dos governos Lula, como é o caso do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), responsável pela proposta de reforma da previdência.

Em meio às contradições vivenciadas pelo movimento sindical nos governos do Partido dos Trabalhadores, tem início um processo de reorganização do sindicalismo brasileiro que se dá com a ruptura de alguns setores com a CUT em função de divergências sobre o apoio irrestrito desta aos governos petistas –, como é o caso da Intersindical e da CSP-Conlutas – ou mesmo sobre a não concordância com a estrutura sindical defendida por aquela central e a falta de espaço em seu interior para que as correntes minoritárias pudessem apresentar seus debates e suas posições – razão fundamental para a criação da CTB (GALVÃO, 2009; 2014; GALVÃO; MARCELINO; TRÓPIA, 2015).

Um outro aspecto fundamental que demarca esse processo de reorganização do sindicalismo brasileiro é a Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais, em 2008, que faz com que alguns setores se reaglutinem e formem novas entidades de cúpula com vistas, principalmente, à partilha do imposto sindical.

Nesse sentido, o desafio que nos colocamos no presente trabalho é o de analisar os impactos do processo de mudanças ocorrido no capitalismo contemporâneo sobre a organização dos trabalhadores brasileiros. De que maneira

a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal têm incidido sobre o mundo do trabalho? Quais as alternativas gestadas pela classe trabalhadora brasileira diante da capitulação do PT e da CUT ao projeto neoliberal, mesmo que sob a face do neodesenvolvimentismo?

Com vistas a tal empreitada, optamos por um recorte temporal que compreende os anos de 1990 a 2010, em que temos a implementação do modelo neoliberal sob os governos de Collor, Itamar, Fernando Henrique Cardoso e Lula. Entendemos que há mudanças significativas na adoção deste modelo nas décadas em questão que passam tanto pelas diferenças político-programáticas entre os partidos que estão aplicando esse projeto quanto pela conjuntura econômica em que se dá tal processo.

Tendo em vista o vasto número de organizações sindicais de trabalhadores existentes hoje no Brasil, optamos por analisar aquelas que possuem um maior peso sobre a classe trabalhadora brasileira, tendo em vista sua influência no processo político, e na disputa da direção dos rumos do sindicalismo no Brasil.

Desta feita, elegemos aqui a CUT, pelo seu histórico – herdeira do *novo sindicalismo* – e pela influência que ainda exerce sobre o conjunto do movimento sindical brasileiro, sendo esta a central com o maior número de sindicatos a ela filiados (2.447), segundo dados de 2016 do Ministério do Trabalho. Trataremos também da Força Sindical, segunda maior central sindical do país – com 1.777 sindicatos filiados em 2016, de acordo com o MT –, defensora do neoliberalismo e que desde sempre cumpriu um papel fundamental no tocante a travar as lutas da classe trabalhadora contra o capitalismo em sua fase neoliberal.

Por fim, elegemos a CSP-Conlutas também como foco de análise deste trabalho, uma vez que esta é, no âmbito do sindicalismo combativo, o pólo que mais tem aglutinado setores da classe trabalhadora – desde o segmento sindical até parte dos movimentos populares – na resistência ao projeto do capital e por apresentar uma proposta de organização da classe trabalhadora que extrapola o âmbito sindical.

Para tanto, procedemos a uma pesquisa bibliográfica a partir de revisão da literatura pertinente ao tema, com consulta a fontes documentais, informações obtidas na internet, assim como consulta a dados estatísticos referentes à representatividade das centrais no site do Ministério do Trabalho. Para a análise do processo de reestruturação capitalista e seus impactos sobre o mundo do trabalho,

apoiamo-nos em autores como David Harvey (2010), Netto e Braz (2012) e Antunes (2015), sem desprezar os demais estudiosos da temática.

No tocante à análise do movimento sindical, em especial do movimento brasileiro, tomamos como referência central os estudos de Boito Júnior (1999; 2018) e Ricardo Antunes (2015; 2018) em diálogo com outros especialistas da temática como Marcelo Badaró de Mattos (2009; 2014), Adalberto Moreira Cardoso (2003) e Teones França (2013), dentre muitos outros. Para uma análise específica das centrais sindicais, recorreremos principalmente aos trabalhos de Galvão (2009; 2014), Trópia (2004) e Guimarães Júnior (2016).

O trabalho que aqui se apresenta está estruturado em dois capítulos. No primeiro, intitulado “As transformações no mundo do trabalho e o movimento sindical brasileiro sob o neoliberalismo”, partimos de uma reflexão acerca do processo de reestruturação capitalista e seus impactos no mundo do trabalho, buscando perceber como estas transformações incidem sobre a organização sindical da classe trabalhadora. Na segunda seção, fazemos um resgate histórico do sindicalismo brasileiro, destacando a estrutura corporativista que se ergue com o Estado varguista, o surgimento do novo sindicalismo na década de 1970 e a criação da Central Única dos Trabalhadores, resultante desse processo.

No segundo capítulo, tratamos de analisar o movimento sindical brasileiro no contexto neoliberalismo no Brasil. Para tanto, iniciamos com a discussão acerca da criação da Força Sindical, central neoliberal, que disputou com a CUT nos anos de 1990 a direção do movimento sindical. A posteriori, tratamos da atuação da CUT nos marcos dos governos neoliberais, apresentando, inicialmente a postura assumida por esta central nos governos Collor, Itamar e FHC, postura essa que oscila entre a negociação e o confronto. Em seguida, analisamos a adesão desta central ao projeto de conciliação de classes em consonância com o processo que se verifica no interior do Partido dos Trabalhadores, apontando suas fragilidades e contradições em meio à implementação do projeto neoliberal nos marcos do governo de Lula da Silva.

Na última seção deste capítulo, fazemos algumas reflexões a respeito da reorganização sindical em curso no Brasil desde os anos 2000 e o processo de construção de alternativas ao sindicalismo cutista, que se dá a partir – mas não só – da construção da Central Sindical e Popular Conlutas.

Por fim, nas Considerações Finais, trazemos algumas reflexões sobre o processo de confluência da CUT com o projeto de conciliação de classes

implementado pelo PT, demonstrando que na verdade estas duas organizações nascem de um mesmo projeto político e caminham juntas ao longo da história na conformação deste projeto. Dessa forma, o transformismo vivido pelo Partido dos Trabalhadores também é identificado na CUT.

Desta feita, nesta parte final do trabalho, levantamos também algumas questões referentes ao processo de construção de alternativas à esquerda no âmbito do movimento sindical brasileiro. Refletimos, particularmente sobre a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-CONLUTAS) enquanto um pólo aglutinador do sindicalismo brasileiro mais combativo, apontando alguns limites ainda presentes nesta experiência embrionária que precisam ser superados para que esta central possa dar conta da complexidade de demandas apresentadas por uma classe trabalhadora heterogênea.

2. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO SOB O NEOLIBERALISMO

2.1 Transformações no mundo do trabalho e tendências do movimento sindical em meio à crise estrutural do capitalismo

A análise da organização da classe trabalhadora atualmente é impensável sem a reflexão acerca da dinâmica da acumulação capitalista contemporânea, com seus reflexos sobre o mundo do trabalho. Nesse sentido, faz-se imprescindível a compreensão da crise capitalista que se delineou a partir dos anos 1970, identificada por autores como Mészáros (2011) como uma *crise estrutural do capital*.

Não constitui novidade que a história do modo de produção capitalista (MPC) é também a história de uma sucessão de crises econômicas, cuja profundidade variou conforme a fase de desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, longe de ser um acidente de percurso, a crise é constitutiva do próprio capitalismo, expressando, portanto, suas contradições mais profundas (NETTO; BRAZ, 2012).

Sendo expressões da dinâmica contraditória do MPC, as crises apresentam causas múltiplas e configuram-se como contraditórias na medida em que

de uma parte, trazem à luz as contradições do MPC; de outro, criam as condições para uma reanimação e um novo auge, isto é, para um novo ciclo. De fato, elas significam, uma descapitalização e uma depreciação do capital (falências e quebras, fechamento de empresas, perda e destruição de mercadorias, queda do preço de equipamentos e instalações), oferecendo uma solução provisória para o fenômeno da superacumulação [...]; mas, simultaneamente, abrem a via para uma recuperação (aumento) transitória da taxa média de lucro (NETTO; BRAZ, 2012, p. 175, grifos dos autores).

Os autores supracitados destacam que as crises não somente são inerentes como também *funcionais* ao próprio desenvolvimento capitalista, já que com elas observamos um processo de restauração das condições propícias à continuidade deste modo de produção. Desse modo, as crises não têm por si só “o dom de conduzir o MPC ao colapso ou a faculdade de destruí-lo; deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo” (Idem).

No entanto, se é verdade que as crises não têm o poder mágico de destruir o capitalismo, também o é, o fato de que elas agudizam ainda mais as contradições deste sistema, tornando-se cada vez mais difícil ao capital corrigir os seus efeitos. É exatamente este o processo que se identifica a partir da década de 1970, quando

ocorre o esgotamento do padrão de acumulação fordista-keynesiano¹ – responsável pelos chamados “anos de ouro”² do capitalismo, – e início de uma *onda longa recessiva* (MANDEL, 1990 *apud* BEHRING, 2009).

A partir da segunda metade dos anos de 1960, observa-se uma queda na taxa de lucro das principais potências capitalistas, constatando-se que, precisamente, “entre 1968 e 1973, ela cai, na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1% e, no Japão, de 26,2 para 20,3%” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 225). Ainda segundo estes autores, entre 1971 e 1973 dois *detonadores* apontavam para o fim da ilusão do chamado “capitalismo democrático”, quais sejam:

o *colapso do ordenamento* financeiro mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro (rompendo, pois, com os acordos de Bretton Woods que, após a Segunda Guerra Mundial, convencionaram o padrão-ouro como lastro para o comércio internacional e a conversibilidade do dólar em ouro) e o *choque do petróleo*, com a alta dos preços determinada pela *Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP* (Idem).

Netto e Braz nos lembram que para além destes fatores de ordem econômica, existiram também os fatores sociopolíticos que contribuíram para fazer sucumbir o padrão de acumulação vigente à época. Trata-se do peso do movimento sindical, isto é, proletário, nos países centrais que, durante os anos sessenta e início da

¹ Dentre as principais características do fordismo, destacam-se: a produção em massa para o consumo de massa, a introdução da jornada de trabalho de oito horas a cinco dólares para os trabalhadores da linha de montagem nas fábricas Ford, além dos ganhos de produtividade para os trabalhadores do setor monopolista (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Segundo Harvey (2010, p. 121), “o que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”. Já no tocante ao keynesianismo, este consistiu num conjunto de medidas adotadas pelo Estado capitalista a fim de controlar o ciclo de crise do capital, reduzindo, portanto, seus efeitos mais drásticos. Para tanto, “o Estado, diga-se, o fundo público, na perspectiva keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento das políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.86). Com efeito, a maturidade do fordismo enquanto regime de acumulação de capital só se deu a partir de 1945, no pós-Guerra, quando este se aliou ao keynesianismo, o que resultou num processo de *onda longa de expansão econômica*, os chamados “anos dourados” do capitalismo, que foi de 1945 a 1973 (NETTO; BRAZ, 2012).

² “Os ‘anos dourados’ expressam exatamente esta *onda longa de expansão econômica* (que não foi a primeira a registrar-se na história do capitalismo), durante a qual crescimento econômico e taxas de lucro mantiveram-se ascendentes entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos sessenta” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 225).

década de 1970, tomou a cena contestando a organização da produção baseada no modelo taylorista-fordista, com destaque para as mobilizações francesa de 1968 (maio de 68) e italiana de 1969 (outono quente). Neste cenário, novos sujeitos políticos também entram em cena, dentre os quais são mais expressivos os negros nos Estados Unidos e os movimentos estudantil e feminista (Ibidem).

Nos anos de 1980-1982 observa-se uma queda ainda maior na taxa de lucro dos países imperialistas, juntamente a um acentuado recuo no crescimento da economia destes países. Verifica-se, portanto, que a *onda longa expansiva* dá lugar a uma *onda longa recessiva*. Behring (2009) recorre a Ernest Mandel para explicar esse processo:

[...] Mandel volta sua atenção para o período 1971-86, pontuando seu caráter depressivo, ou melhor, caracterizando-o como *uma onda com tendência à estagnação, perpassada por recessões longas e profundas e retomadas curtas e pouco expansivas*. Sinteticamente, a onda longa é o ponto de convergência de cinco crises de tipo diferente: as clássicas de superprodução, limitadas pela expansão do crédito, que vêm perdendo em eficácia, em cada pequeno ciclo; contenção brusca dos rendimentos tecnológicos (poucas e marginais invenções novas); crise do sistema imperialista (mesmo da dominação indireta dos países coloniais e semi-industrializados); crise social e política nos países imperialistas, com ascenso das lutas operárias, em função das políticas de austeridade; e, por fim, crise de credibilidade do capitalismo, enquanto sistema que possa garantir o nível de vida, o pleno emprego e as liberdades democráticas (BEHRING, 2009, p. 159, grifos da autora).

Apesar das medidas implementadas pelo capital monopolista a partir da década de 1970, não foi possível reverter o quadro da *onda longa recessiva*, ainda que as taxas de lucro tenham sido restauradas (NETTO; BRAZ, 2012). Destarte, vários autores convergem na caracterização de que o capitalismo vive, desde então, uma crise estrutural.

A novidade *histórica* da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este ou àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua *escala de tempo é extensa*, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário

das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2011, p. 795-796, grifos do autor).

Observa-se, portanto, que o capital encontra cada vez mais dificuldades em responder à magnitude da crise que se instalou a partir dos anos setenta do século passado. Tal assertiva, porém, não significa que o fim do sistema capitalista está próximo, mas que suas contradições estão cada vez mais latentes, ficando muito mais difícil de acreditar no canto da sereia de sua invencibilidade. Muito pelo contrário, as iniciativas de recuperação da taxa de lucro do capital impuseram cada vez mais exploração aos produtores da riqueza e destruição dos recursos naturais do planeta, trazendo à tona a maior contradição do sistema capitalista, como nos aponta Mézszáros:

Alguém pode pensar numa *maior acusação* para um sistema de produção econômica e reprodução social pretensamente insuperável do que essa: *no auge de seu poder produtivo, está produzindo uma crise alimentar global* e o sofrimento decorrente dos incontáveis milhões de pessoas por todo o mundo? Essa é a natureza do sistema que se espera salvar agora a todo custo, incluindo a atual “divisão” do seu custo astronômico (Idem, 2011, p. 21, grifos do autor).

Como parte das medidas utilizadas pelo capital para superação dessa crise, Netto e Braz (2012) apontam uma estratégia articulada sobre um tripé: a *reestruturação produtiva*, a *financeirização* e a *ideologia neoliberal*. Tal estratégia se dá no bojo do novo padrão de acumulação que se instaura a partir da década de 1970, a chamada *acumulação flexível*. David Harvey se dedicou a estudar esse processo e nos explica que:

A *acumulação flexível* [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia (*sic*) na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 2010, p. 140, grifo do autor).

O autor supracitado afirma que este novo padrão de acumulação se apresenta como resultado das tentativas de solução para as tendências de crise do capitalismo. Nesse contexto, operam-se mudanças substantivas no âmbito da produção que afetam diretamente o processo de constituição e organização da classe trabalhadora.

No âmbito da produção, verifica-se um processo de reestruturação produtiva em que a produção *rígida*, típica do modelo taylorista-fordista, é substituída pela produção *flexível*. Neste tipo de processo, a produção de massa e em série dá lugar àquela que se destina a mercados específicos, buscando atender “nichos” particulares de consumo que deem conta de variabilidades culturais e regionais (NETTO; BRAZ, 2012).

Com a reestruturação produtiva tem-se um processo de desconcentração industrial no qual unidades produtivas (inteiras ou em partes) são deslocadas para espaços territoriais que possibilitem uma maior exploração da força de trabalho, dado o baixo preço a ela pago ou mesmo pela ausência de legislações protetoras do trabalho e tradição de luta sindical. Destarte, acentua-se o caráter desigual e combinado do modo de produção capitalista (Idem).

Analisando as repercussões deste processo sobre o mundo do trabalho, Antunes (2015) chama a atenção para o fato de que o modelo japonês de produção operado na Toyota – e por isso chamado de toyotismo – foi o que mais impactos causou devido às inovações técnicas propiciadas pela indústria japonesa e pela propagação dos princípios básicos de organização da produção para o restante do mundo. Segundo Antunes (2015, p. 45):

ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. [...] sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos (Grifos do autor).

Vale destacar, conforme apontam Netto e Braz (2012), que os avanços técnico-científicos operados pela introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos – processo este que alguns estudiosos caracterizam como “terceira revolução industrial” - ocasionou um desenvolvimento das forças produtivas que

levou à enorme redução do trabalho vivo com a introdução de novas tecnologias à produção.

Nesse sentido, apresentam-se a partir daí novas exigências ao trabalhador envolvido diretamente na produção, devendo este ser *qualificado* e *polivalente*. Destarte, aquele operário especializado do modelo fordista, encarnado brilhantemente por Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos*, dá lugar ao trabalhador polivalente do modelo toyotista e o trabalho passa a ser realizado em equipe e não mais de maneira parcelada como no fordismo (GOUNET, 1992 *apud* ANTUNES, 2015).

Se bem notarmos, esse processo de desespecialização do trabalhador significou concretamente um “ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho” (ANTUNES, 2015, p. 74). O operário que antes era especialista em determinada função ou tarefa, hoje precisa dar conta de várias funções e, com o auxílio da tecnologia, tem-se um processo de intensificação da produção. Ou seja, o avanço das forças produtivas longe de significar a libertação do homem, no capitalismo, representa ainda mais sua submissão aos interesses do capital.

Verifica-se, pois, um uso cada vez maior da força de trabalho intelectual como estratégia de acumulação capitalista na contemporaneidade, uma vez que este trabalhador qualificado não apenas participa do processo produtivo operando máquinas complexas, mas atua no controle, aplicação e manipulação de controles cibernéticos (DREIFUSS, 1996 *apud* NETTO; BRAZ, 2012, p.239).

Tem-se, a partir daí “um estrato altamente privilegiado e até certo ponto poderoso da força de trabalho, à medida que o capitalismo depende cada vez mais da mobilização de forças de trabalho intelectual como veículo para mais acumulação” (HARVEY, 2010, p.175). Este setor da classe trabalhadora, porém, é extremamente reduzido em comparação com o conjunto da classe.

Sob o capitalismo contemporâneo, observa-se também um movimento inverso ao anteriormente descrito. Se de um lado temos atividades que requerem um alto nível de qualificação, de outro, existem muitas outras que demandam, por sua vez, uma força de trabalho menos qualificada, podendo esta ser substituída a qualquer tempo (NETTO; BRAZ, 2012). Tal assertiva implica dizer que a classe trabalhadora tem diante de si incertezas ainda maiores, tornando-se refém de um movimento que é próprio das mercadorias.

Como é possível observar, o atendimento das necessidades cada vez mais individualizadas do mercado, centradas num tempo mais hábil e numa maior qualidade do produto ofertado, demanda um processo mais flexível e um trabalhador capaz de executar várias tarefas.

Uma outra característica marcante do modelo toyotista é a *horizontalização* da produção, que se dá com a terceirização de elementos básicos do processo produtivo que deixam de ser executados pelas montadoras e passam às mãos das subcontratadas. Segundo Antunes (2015), esse processo possibilitou uma propagação ainda mais rápida dos elementos básicos do modelo toyotista – *flexível* – para o conjunto dos setores de produção.

Essa *horizontalização* acarreta também, no toyotismo, a expansão desses métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, *kanban*, *just in time*, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente (ANTUNES, 2015, p. 46).

Antunes (2015) e Harvey (2010) chamam a atenção para o fato de que a flexibilização da produção demandou e, realmente implicou, uma flexibilização dos direitos do trabalho, em alguns extremos, significou a sua quase liquidação.

Como já apontado anteriormente, os focos de acumulação flexível dar-se-ão em regiões desprovidas de tradição em luta sindical, com frágil ou mesmo nenhuma legislação protetora do trabalho, ocasionando sérios impactos para o trabalho organizado típico do fordismo. Aliás, vale dizer que na base da acumulação flexível está a ofensiva aos direitos do trabalho e à organização sindical.

De fato, a reestruturação produtiva não seria possível sem o ataque ao movimento sindical e este quadro é ainda mais grave pela existência, a partir de então, do desemprego em nível estrutural³.

De igual modo, o mercado de trabalho passou por um profundo processo de transformação, com a imposição de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Para tanto, este se apoiou no trabalho em tempo parcial, temporário ou

³ “Nesse plano, porém, o mais significativo é o fato de o capitalismo contemporâneo ter transformado o *desemprego maciço* em **fenômeno permanente** – se, nos estágios anteriores, o desemprego oscilava entre ‘taxas aceitáveis’ e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram que a crescente enormidade do exército industrial de reserva torna-se irreversível. Nem mesmo os ideólogos da burguesia escamoteiam esse fenômeno – tratam de *naturalizá-lo*, como se não houvesse outra alternativa que a de conviver com ele” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 232. Grifos dos autores).

subcontratado, na redução do número de trabalhadores e no aumento das horas extras, com sistemas de “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho de 40 horas semanais ao longo do ano, mas, que se estendem em períodos de pico de demanda (HARVEY, 2010).

Analisando essas mudanças no mercado de trabalho, Harvey identificou pelo menos dois grupos de trabalhadores: os do centro e os da periferia do mercado de trabalho. Ambos, no entanto, encontram-se num processo de identificação fundamental.

Os primeiros são aqueles trabalhadores em regime de tempo integral, alocados em funções essenciais dentro da empresa e que por isso gozam de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem e possuem mais direitos que outros grupos de trabalhadores, devendo ser “adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel” (HARVEY, 2010, p. 143). Este grupo, portanto, está em melhor situação que os demais trabalhadores.

O outro grupo ao qual o geógrafo britânico faz menção diz respeito à periferia do mercado de trabalho. Este, por sua vez, compõe-se de dois subgrupos: o primeiro, refere-se àqueles trabalhadores em tempo integral cujas habilidades são facilmente disponibilizadas no mercado de trabalho e que, por isso, sofrem uma alta taxa de rotatividade; o segundo subgrupo é aquele de trabalhadores cuja flexibilidade é ainda maior (empregados em tempo parcial, contratados por tempo determinado, temporários, subcontratados, etc.) e que, portanto, possuem menos direitos e segurança no emprego (Idem, p. 144).

Contudo, verifica-se, nas últimas décadas, uma tendência de redução dos trabalhadores do grupo central e uma maior utilização pelo capital da força de trabalho que se encontra na periferia, particularmente, aquela do segundo subgrupo.

Este fato, ainda segundo Harvey, tem diminuído o fosso que historicamente existiu entre trabalhadores brancos do sexo masculino e outros grupos de trabalhadores (negros, mulheres e outras minorias étnicas). No entanto, como aponta este estudioso marxista, estas novas condições do mercado de trabalho, longe de significarem a paridade entre trabalhadores brancos homens – historicamente privilegiados quanto aos direitos que possuem – e os demais grupos de trabalhadores, sinalizam apenas que aqueles unem-se a estes num quadro que, em geral, reacentua a vulnerabilidade de grupos desprivilegiados (HARVEY, 2010).

Tais mudanças identificadas na composição da força de trabalho com a acumulação flexível apontam para uma dupla processualidade que é, ao mesmo tempo, contraditória e multiforme (ANTUNES, 2015). De forma mais específica:

Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a *classe-que-vive-do-trabalho*. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de *intelectualização do trabalho manual*. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma *desqualificação* e mesmo *subproletarização* intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc (Idem, p. 75, grifos do autor).

Ricardo Antunes aponta, portanto, que as duas tendências – *intelectualização do trabalho manual* e *desqualificação* – são absolutamente compatíveis com o modo de produção capitalista. Nesse sentido, embora se constate na fase atual do capitalismo uma diminuição drástica do proletariado industrial e crescimento do setor de serviços, este fato não significa de maneira alguma a eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho* (Ibidem).

No bojo das transformações evidenciadas no mercado de trabalho, identificam-se mudanças também na organização industrial. Verifica-se, pois, o retorno a formas arcaicas de organização do trabalho e, nesse sentido, são retomadas formas de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalistas que, segundo Harvey, colocam-se agora não mais como apêndices, mas sim, como peças centrais do sistema produtivo.

Tem-se aqui, portanto, um retrocesso generalizado que se verifica, por exemplo, com a exploração do trabalho infantil e o uso de trabalho em condição análoga à escravidão, uma anomalia tão comum e recorrente no capitalismo contemporâneo⁴. Tal processo, tem grave implicação sobre a organização da classe trabalhadora, como aponta Harvey (2010, p. 145-146):

Com efeito, uma das grandes vantagens do uso dessas formas antigas de processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da

⁴ Por exemplo, ainda em nossos dias, “mais de 40 milhões de pessoas foram vítimas da escravidão moderna em 2016 globalmente. Além disso, a OIT também lançou uma nova estimativa de que cerca de 152 milhões de crianças entre 5 e 17 anos foram submetidas ao trabalho infantil no mesmo ano. As novas estimativas mostram que as mulheres e as meninas são as mais afetadas pela escravidão moderna, chegando a quase 29 milhões ou 71% do total. As mulheres representam 99% das vítimas do trabalho forçado na indústria comercial do sexo e 84% dos casamentos forçados. A pesquisa revela que, entre as 40 milhões de vítimas da escravidão moderna, cerca de 25 milhões foram submetidas a trabalho forçado e 15 milhões foram forçadas a se casar. O trabalho infantil continua concentrado principalmente na agricultura (70,9%). Um em cada cinco trabalhadores infantis trabalha no setor de serviços (17,1%), enquanto que 11,9% dos trabalhadores infantis trabalham na indústria” (ONU, 2017, s/p).

luta de classes. Nela, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando por um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas. A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multifuncional.

Este reordenamento do sistema produtivo, como podemos perceber, além de aumentar a exploração da força de trabalho, negando aos trabalhadores um mínimo de proteção social (seguridade social, direitos trabalhistas etc.), tem consequências sobre a forma de ser desta classe. Sob estas novas condições, uma parcela da classe trabalhadora – ou da *classe-que-vive* do trabalho, conforme Antunes (2015) – tende a não se perceber na condição de explorada e estes trabalhadores sentem-se “pequenos empresários”, “empreendedores”, ao trabalharem em sistemas de cooperativas familiares ou montarem pequenos negócios como saídas ao desemprego, por exemplo.

O trabalho em casa ou por conta própria, é visto muitas vezes pelo trabalhador como uma vantagem diante das formas tradicionais de trabalho – aquele em que o trabalhador tem horário para entrar e sair da empresa. Este trabalhador acredita ser dono do seu tempo, acredita que pode fazer seu horário, conciliar uma tarefa árdua como o trabalho com o conforto do lar. Mal percebe ele que, na verdade, é a sua vida privada que está sendo cada vez mais invadida pela lógica do capital, pois aquilo que restava de tempo livre passa a ser usado também para a produção de mercadorias e/ou de valorização do valor.

Nesse sentido, Antunes (2018) atenta para o fato de que vivenciamos desde as últimas décadas do século XX uma *nova era de precarização estrutural do trabalho*:

Se, entretanto, presenciamos no século XX a vigência da *era da degradação do trabalho*, nas últimas décadas daquele século e no início do XXI vivenciamos *outras modalidades e modos de ser da precarização*, próprios da fase da flexibilidade toyotizada, com seus traços de continuidade e descontinuidade em relação à forma taylorista-fordista. A degradação típica do taylorismo e do fordismo, que vigorou ao longo de praticamente todo o século XX, teve (e ainda tem) um desenho mais acentuadamente *despótico*, embora mais *regulamentado e contratualista*. O trabalho tinha uma conformação mais coisificada e reificada, mais maquinal, mas, em contrapartida, era provido de direitos e de regulamentação, ao menos para seus pólos mais qualificados (ANTUNES, 2018, p. 76-77, grifos do autor).

A nova forma de degradação do trabalho típica do toyotismo, tem uma incidência direta sobre a *forma de ser* da classe trabalhadora. Na medida em que ela

propõe uma maior “participação” do trabalhador na vida da empresa, seus traços de reificação⁵ – a partir de mecanismos de “envolvimentos”, “colaborações”, “parcerias”, “metas” etc. – são mais fortemente *interiorizados* pelos trabalhadores, possibilitando um ataque maior aos seus direitos sociais (ANTUNES, 2018). No tocante a este processo, pode-se destacar:

Desenha-se, então, uma nova forma de organização e controle do trabalho cuja finalidade central é, de fato, a intensificação do processo laborativo, com ênfase também no envolvimento qualitativo dos trabalhadores e trabalhadoras, em sua dimensão cognitiva, procurando reduzir ou mesmo eliminar os espaços de *trabalho improdutivo*, que não criam *valor*, sobretudo nas atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade etc., funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo*. Desse modo, reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, “metas”, “competências”, “parceiros” e “colaboradores” são partes constitutivas do ideário e da pragmática cotidiana da “empresa moderna” (ANTUNES, 2018, p. 104, grifos do autor).

Verifica-se, pois, que a empresa da era da flexibilização imprime aos trabalhadores um novo tipo de controle, no qual sob a aparência da “participação” os trabalhadores acabam tornando-se *déspotas de si mesmos*, no dizer de Antunes. Ao invés da figura do “supervisor” é o próprio trabalhador quem tem que se preocupar com a questão da produtividade no processo de trabalho, uma vez que este necessita agora “bater metas”, garantir maiores lucros ao patrão para ganhar algumas migalhas deste, competir com outros trabalhadores etc. Sob a *acumulação flexível*, o saber operário é utilizado para agregar ainda mais valor à produção e o trabalhador acredita que é parte decisiva no processo produtivo, no entanto, o exercício da subjetividade do trabalho está subordinado aos interesses das empresas (ANTUNES, 2018). Desse modo,

O exercício da subjetividade empresarial não comporta, por exemplo, a propositura de uma greve para melhorar as condições de trabalho. Ao contrário, trata-se de um exercício de subjetivismo antioletivo, antissindical e intensamente empresarial (Idem, p. 105).

Como já apontado anteriormente, esse processo terá repercussões também no movimento sindical, evidenciando-se a partir da década de 1980 uma tendência à

⁵ No campo marxista, o conceito de reificação permite a inteligibilidade do fenômeno social que consiste no estranhamento do trabalhador em sua atividade fundamental e, por conseguinte, em sua condição humana, ou seja, sócio histórica. Grosso modo, esta noção é tida como a consciência invertida da totalidade, isto é, a falsa consciência sobre a realidade, precisamente na época capitalista, isto implica na humanização das coisas (mercadorias) e a consequente coisificação dos homens (RENAULT, 2010).

diminuição das taxas de sindicalização⁶. A divisão cada vez mais acentuada entre trabalhadores estáveis – em número cada vez mais reduzido – e trabalhadores precarizados, põe em xeque o sindicalismo típico do fordismo, o *sindicalismo vertical*, que é mais corporativo, vinculado à categoria profissional (ANTUNES, 2015).

A fragmentação, a heterogeneização e complexificação da *classe-que-vive-do-trabalho* questiona na *raiz* o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora. Como diz Visser, o sindicalismo tem encontrado dificuldade para incorporar as mulheres, os empregados de escritório, os que trabalham no setor de serviços mercantis, os empregados de pequenas empresas e os trabalhadores em tempo parcial (Idem, p. 82).

As transformações verificadas no mundo do trabalho atingiram em cheio a subjetividade dos trabalhadores, incidindo sobre a consciência da classe e seus organismos de representação, tais como os partidos e sindicatos. Estes últimos passaram a uma linha mais defensiva, abandonando a luta anticapitalista e concentrando-se na luta pela preservação da jornada de trabalho e demais direitos sociais e trabalhistas conquistados nos marcos da sociedade capitalista. Nesse sentido, “quanto mais a ‘revolução técnica’ do capital avançava, lutavam para manter o *mais elementar e defensivo* dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: *o direito ao trabalho, ao emprego*” (Ibidem, p.199, grifos do autor).

Diante das transformações evidenciadas no processo de reestruturação produtiva e reorganização do trabalho, o movimento sindical tem tido grandes dificuldades de responder a estas transformações do ponto de vista das demandas e

⁶ Essas tendências observadas no movimento sindical geral, serão vivenciadas de maneira diferenciada pelos países do centro e os da periferia do sistema capitalista, verificando-se uma “*globalidade desigualmente combinada*, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados”. No caso do Brasil, por exemplo, a década de 80, foi a década das lutas sociais, contexto esse que possibilitou à classe trabalhadora brasileira conquistar direitos sociais e avançar no seu processo de reorganização sindical, com a emergência do assim chamado novo sindicalismo. Como aponta Antunes (2015, p. 201): “O nosso sindicalismo viveu, na década de 1980, ora no fluxo, ora no contrafluxo das tendências [...] descritas. Diria que, na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 1970; houve o nascimento das centrais sindicais, com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o *novo sindicalismo* ao longo da última década” (grifos do autor).

necessidades da classe trabalhadora. Nesse sentido, segundo Antunes (2015, p. 200):

Cada vez mais atuando sob o prisma institucional, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos, o sindicalismo vive uma brutal crise de identidade. Penso que se trata mesmo da *mais aguda crise no universo do trabalho*, com repercussões fortes no *movimento* dos trabalhadores. A *simultaneidade* da crise, tanto na materialidade quanto na subjetividade da *classe-que-vive-do trabalho*, torna-a muito mais intensa (grifos do autor).

No tocante a essa referida crise, o autor supracitado aponta alguns elementos que nos ajudam a compreendê-la. Um deles refere-se à redução do operariado fabril, industrial, concomitante com a crescente subproletarização do trabalho, através do trabalho precário, temporário, *part time* etc., além do processo de terceirização, tornando mais difícil a situação da classe trabalhadora com o aumento do desemprego e oferta de trabalhos com menos direitos sociais e trabalhistas. O resultado deste processo foi a diminuição do poder dos sindicatos e a sua dificuldade de responder às novas configurações do mundo do trabalho.

Segundo Alain Bihl (2001), o que se pode observar de derrotas mais significativas para o movimento operário mundial nas últimas décadas do século XX – que repercutem até hoje – foram: a *derrocada dos seus principais modelos*, quais sejam, o socialismo praticado na União Soviética e o reformismo social-democrata e; a *incapacidade do movimento operário em barrar o projeto neoliberal*.

No tocante aos modelos que serviram de referência para o movimento operário mundial – o socialismo soviético e o reformismo social-democrata – há que se observar que ambos não conseguiram se postular efetivamente enquanto alternativa concreta de superação do capitalismo no século XX. Estas foram importantes experiências que se contrapunham ao domínio do capital, ou pelo menos à sua forma mais ortodoxa, mas que não conseguiram avançar na construção de uma sociedade sem exploradores e explorados, uma sociedade comunista⁷.

Como afirma Alain Bihl (2001), tanto o socialismo de estado praticado na União Soviética quanto o reformismo social-democrata, resultam do mesmo modelo de movimento operário nascido na Europa Ocidental no fim do século XIX que foi tomado como universal a partir de seu berço.

⁷ Vale lembrar, que a social-democracia jamais propugnou uma ruptura com o capitalismo, defendendo apenas reformas no próprio regime do capital.

Nesse sentido, analisar a chamada crise do movimento operário e de seus instrumentos políticos de representação, incluídos aí os sindicatos, nos remete à compreensão de que se trata da crise de um modelo, o social-democrata, não devendo esta crise ser entendida como a derrocada final do movimento operário. Como nos aponta o próprio Alain Bihr (2001, s/p):

A luta pela emancipação do proletariado é uma luta histórica. Ela se desenvolve a longo prazo, na história mundial, e não ao nível das peripécias locais conjunturais da luta de classes, mesmo se estas têm, momentaneamente, sua importância. Portanto, até que se prove o contrário, a história continua. [...] Se o movimento operário está atualmente na defensiva, isto se deve às consequências de uma série de derrotas que, no entanto, fazem parte de seu processo de construção histórico. O proletariado de hoje não é mais o proletariado da metade do século XIX, nem mesmo aquele da primeira metade deste século. Contudo suas experiências têm ensinado muito, por exemplo: que é capaz pelo menos de modificar a dinâmica do capitalismo, confirmando assim – na sua própria visão – sua capacidade de ator histórico; que é capaz de se auto-organizar, de construir suas próprias organizações de classe; de elaborar seus próprios valores e idéias etc.

Nesse quadro complexo, verifica-se uma intensificação da tendência *neocorporativa*, que privilegia os interesses dos trabalhadores estáveis, vinculados aos sindicatos, em detrimento dos demais trabalhadores, identificados como subproletariado (ANTUNES, 2015):

Não se trata de um corporativismo estatal, mais próximo de países como Brasil, México, Argentina, mas de um corporativismo societal, atado quase que exclusivamente ao universo categorial, cada vez mais *excludente e parcializado*, que se intensifica frente ao processo de fragmentação dos trabalhadores, em vez de procurar novas formas de organização sindical que articule amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a classe trabalhadora (Ibidem, p. 84).

Partindo deste quadro, singularmente vivenciado pela classe trabalhadora com o processo de reestruturação produtiva, Antunes (2015) identifica algumas tendências que levam o movimento sindical a uma profunda crise durante a década de 1980 – no caso dos países de capitalismo avançado – e na viragem dos anos de 1980 para 1990, nos países da periferia do capitalismo.

Dentre as principais tendências identificadas por este autor, temos: 1) a individualização das relações de trabalho, que se constitui num elemento fundamental para o sindicalismo de empresa (ou “sindicato-casa”), originado na Toyota e expandido para o resto do mundo; 2) a forte desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho que atinge em cheio as conquistas históricas

do movimento sindical; 3) o esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países que aderiram ao sindicalismo participativo, com todas as consequências advindas desse processo; 4) uma crescente burocratização e institucionalização das entidades sindicais que vão se distanciando cada vez mais dos movimentos sociais autônomos e perdendo sua radicalidade ao se distanciarem da luta anticapitalista; 5) através do culto ao individualismo exacerbado e da resignação social, o capital consegue isolar e coibir cada vez mais os movimentos de esquerda, sobretudo, aqueles com uma prática anticapitalista (Idem).

É, pois, nesse cenário cheio de minúcias e, em certa medida, até adverso, que devemos pensar os limites da ação sindical. Se por um lado, a situação da classe trabalhadora – fragmentada, heterogênea e complexa – impõe ao movimento sindical uma ação ainda mais incisiva contra os ditames do capital na atualidade, por outro, é exatamente essa situação específica que se coloca como grande empecilho à ação sindical. Constitui, portanto, tarefa número um do movimento sindical, como aponta Antunes, romper com o fosso que existe entre os trabalhadores estáveis – que ainda possuem alguns direitos – e os trabalhadores sem direitos (precarizados, terceirizados, subcontratados etc.), de modo que a luta de um segmento seja também a luta de outro, ainda que as condições que levem ambos setores a lutar sejam um tanto quanto diferente.

2.2 Um resgate histórico do sindicalismo no Brasil: da formação da classe operária brasileira ao surgimento e crise do novo sindicalismo.

Para compreendermos o processo de formação da classe operária brasileira e o surgimento e desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, consideramos imprescindível situarmos em que contexto se dá a constituição desta. Nesse sentido, faz-se necessário o entendimento acerca do processo de constituição e consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

Antunes (1990), tomando por base estudos feitos por Francisco de Oliveira, João Manuel C. de Melo e Sérgio Silva, aponta que a análise da particularidade do caso brasileiro não pode ser feita transpondo-se mecanicamente as experiências dos casos clássicos de países como França e Inglaterra de transição revolucionária para o capitalismo para a realidade vivenciada no Brasil, pois, no caso brasileiro, tem-se:

[...] um processo lento, gradual, conciliatório, reformista, com alguma similitude, se quiséssemos uma *aproximação ainda absolutamente preliminar*, com a transição alemã. Justamente por essa semelhança, a *via prussiana* – enquanto modo específico de constituição do capitalismo na Alemanha – mostra-se como uma referência teórica da qual se pode partir quando se procura entender a particularidade do caso brasileiro (ANTUNES, 1990, p. 42, grifos do autor).

Destoando dos casos clássicos de constituição do capitalismo, a forma como este processo se deu na Alemanha, a *via prussiana*, é entendida por Antunes (1990) como um importante referencial, pois, pode ser tomado como ponto de partida para a compreensão do caso brasileiro. Vejamos:

Inegavelmente, também aqui a propriedade teve papel fundamental no processo de constituição do modo de produção capitalista, impedindo que um campesinato ativo – entendido como o pequeno proprietário rural clássico – pudesse dirigir o encaminhamento da questão agrária pela via “norte-americana” ou “francesa”; também aqui o processo de modernização teve, a nível político imediato, um “reformismo pelo alto” que exclui qualquer possibilidade efetiva de participação dos segmentos populares. Tal como na Alemanha, o Estado brasileiro sofreu um processo de fortalecimento e hipertrofia, o que lhe possibilitou avançar e dirigir o processo de transição para o capitalismo industrial no Brasil. O desenvolvimento das forças produtivas industriais foi também, nos dois países, lento, tardio, *sofrendo entraves e limitações* por parte dos segmentos contrários à industrialização; no Brasil também verificou-se, portanto, um processo conciliatório com o *velho*, representado pelo latifúndio, e o *novo*, expresso pela industrialização, entre o mundo agrário e o industrial, sendo que o desenvolvimento deste deu-se pelo pagamento de um alto tributo ao historicamente velho (ANTUNES, 1990, p. 47, grifos do autor).

O conceito de *via prussiana* foi formulado por Lenin em meio à sua tentativa de compreender a especificidade da Rússia no processo de transição para o capitalismo. O revolucionário russo coloca no centro de sua análise a questão agrária – mais especificamente as formas de dissolução dos resquícios feudais, que se colocam como empecilhos para a modernização das relações capitalistas de produção no campo – e o faz analisando os casos da Alemanha e dos Estados Unidos da América (MAZZEO, 2015). Para tanto:

[...] Lenin esboça em largos traços as formas históricas da revolução burguesa e suas incidências no campo: 1) a transformação de relações feudais, a partir de uma “metamorfose” gradual que substitui os métodos de produção tradicionais pelas formas burguesas modernas; 2) a transformação que se processa pela *via* da revolução burguesa que dissolve as relações feudais. No primeiro caso, Lenin está destacando o processo histórico alemão e a aliança entre a burguesia e a nobreza *junker* que dele constituem-se agentes – a *via prussiana*. No segundo caso, a ênfase é o caso norte-americano-estadunidense, em que o *farmer* transforma-se pela fragmentação radical dos grandes latifúndios em granjeiro capitalista – a *via americana* (MAZZEO, 2015, p. 130-131, grifos do autor).

Dentre os dois casos analisados por Lenin, não restam dúvidas de que a *via americana* não pode ser tomada como modelo referencial para se analisar o caso do Brasil, devido à sua característica fundamental de ruptura revolucionária com a estrutura colonial. Nesse caso, se quisermos alguma similitude com um dos modelos apresentados, devemos tomar a *via prussiana* como referencial de análise comparativa ao caso brasileiro, pelas razões já demonstradas por Antunes.

No entanto, apesar da *via prussiana* poder ser tomada como modelo referencial de análise da constituição do capitalismo industrial no Brasil, a mesma só pode ser usada como ponto de partida em contraste com os casos clássicos de transição. Isso porque os processos vivenciados no Brasil e na Alemanha apresentam diferenças bastante consideráveis, ou seja, como afirmou Chasin em *O Integralismo de Plínio Salgado*:

estaremos diante de singularidades distintas acolhíveis, do ponto de vista de certos aspectos abstratamente tomados, sob um mesmo particular, que antes os *separa dos casos clássicos*, do que os identifica entre si (CHASIN, 1978 *apud* ANTUNES, 1990, p. 47-48, grifos do autor).

Enquanto na Alemanha a propriedade latifundiária é uma herança do feudalismo, no Brasil esta insere-se na dinâmica da acumulação primitiva de capital pela Metrópole sendo, portanto, uma herança colonial.

Um outro traço distintivo entre os dois casos é o fato de que apesar da industrialização nos dois países ser lenta e retardatária, na Alemanha esse processo se dá em uma velocidade e contexto – fins do século XIX – que possibilita a este país alcançar rapidamente o estágio imperialista do capitalismo.

[...] no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o 'verdadeiro capitalismo' alemão é *tardio*, enquanto o brasileiro é hipertardio... De maneira que ficam distinguidos, neste *universal das formas não-clássicas*, das formas que, no seu caminho lento e irregular para o progresso social, pagam alto tributo ao acaso, *dois particulares* que, conciliando ambos com o historicamente velho, conciliam, no entanto, com um *velho* que não é, nem se põe como o mesmo (CHASIN, 1978 *apud* ANTUNES, 1990, p. 48. Grifos do autor).

Nesse sentido, a *via prussiana* apesar de apresentar-se como referencial teórico de análise para o caso brasileiro quando comparado aos modelos clássicos de transição para o capitalismo, como França e Inglaterra, por exemplo, não dá conta da singularidade do processo vivenciado pelo Brasil. Nesse caso, o conceito teórico

formulado por Chasin, a *via colonial* supera a *via prussiana* exatamente por considerar os aspectos particulares do caso brasileiro: inexistência de um modo de produção feudal antecedendo o capitalismo e um processo de industrialização que se dá hipertardia e retardatariamente, subordinado ao capital monopolista (ANTUNES, 1990). Como nos diz Mazzeo (2015, p. 132):

Assim, a teoria da *via colonial* eleva e possibilita apreender, em sua dimensão ontológica, o *elemento morfológico de gênese colonial* – preconizado por Caio Prado Jr. – que vem sendo mantido por uma burguesia débil e que, historicamente, não conseguiu realizar mais do que um “transformismo” pela metade. Isso porque, implementa, *in continuum*, um processo modernizador, o qual, além de estar situado no terreno da permanente contrarrevolução interna, possibilita também adequações de tipo *modernização-subordinada* do capitalismo brasileiro, em relação ao conjunto societal burguês (Grifos do autor).

Segundo Antunes (1990), existem, ainda, outros elementos fundamentais que distinguem o caso brasileiro das formas clássicas de constituição do capitalismo e que servem para a compreensão da formação da classe operária no Brasil.

No caso brasileiro, a industrialização se dá num contexto em que predomina a grande indústria, ou seja, não se passou pelas formas clássicas de produção (o artesanato, a manufatura e a grande indústria). Desse modo, o processo de formação do operariado brasileiro também destoa da formação da classe operária dos países clássicos, onde o processo seguiu as mesmas etapas de constituição do capitalismo.

Em verdade, no Brasil, a classe operária nasceu em meio a um mundo fabril, no contexto da grande indústria, embora esta tenha se constituído hipertardiamente. A particularidade da formação da classe operária brasileira reside, portanto, no fato de que ela nasce no seio da grande indústria, porém, a industrialização brasileira apresenta-se debilitada pelo contexto agrarista (ANTUNES, 1990). Desta maneira:

[...] no caminho objetivado pela *via colonial*, a classe operária, apesar de encontrar as condições concretas para o seu desenvolvimento dadas pela grande indústria, teve por outro lado uma restrição estrutural dada pela pesada herança do latifúndio e da economia agrário-exportadora. Sendo um país de capitalismo hipertardio, onde o verdadeiro capitalismo, em sua configuração industrial, praticamente iniciava o seu processo de consolidação, dessa situação é decorrente uma classe operária que, apesar de ter atingido a fase última do seu processo de formação – o trabalhador da indústria mecanizada – deveria ainda expandir-se quantitativa e qualitativamente, aumentando o seu contingente na medida em que o parque industrial desenvolvesse com mais vigor seus departamentos. Ao nascer nas condições objetivamente favoráveis ao desenvolvimento, a classe operária brasileira teve um processo de formação distinto do proletariado europeu e sua *incompletude* verifica-se pela sua capacidade em transitar do *em si* ao *para si* (ANTUNES, 1990, p. 58. Grifos do autor).

Feitas estas considerações iniciais sobre o contexto em que se dá a formação da classe operária brasileira, mostra-se fundamental abordar, de forma específica, o surgimento e desenvolvimento do sindicalismo no Brasil. Para tanto, recorreremos inicialmente à análise de Mattos (2009) sobre tal processo. Afinal, concordamos com este autor quando ele diz que:

[...] numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classes – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas (MATTOS, 2009, p. 17).

É comum nos estudos sobre a formação da classe operária no Brasil tomar-se como único fato histórico determinante a vinda dos imigrantes europeus no século XIX. No entanto, é preciso perceber os elos existentes entre o trabalho escravizado e o trabalho assalariado em nosso país no século XIX, uma vez que, até 1888 – ano em que se deu o fim oficial da escravidão e a repressão ao tráfico negreiro –, os trabalhadores escravizados eram responsáveis não somente pelas atividades nos grandes latifúndios monocultores, mas também realizavam importantes tarefas nas principais cidades brasileiras (portos, transportes terrestres, comércio urbano e até mesmo nas primeiras fábricas) (MATTOS, 2009).

Embora em condições diferentes, trabalhadores escravizados ou livres conviviam uns com os outros compartilhando hábitos, valores, experiências de trabalho e de organização e luta. Assim, muitas lutas empreendidas pelos escravizados tiveram o apoio e solidariedade dos trabalhadores assalariados da época e a “luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação” (MATTOS, 2009, p. 21).

Nesse processo, as experiências de luta e organização também foram compartilhadas, como é o caso das associações de caráter religioso (permitidas aos escravizados), as associações de ajuda mútua (mutuais) – que não tinham caráter religioso e que eram compostas apenas por trabalhadores assalariados –, as greves e primeiras associações com caráter sindical⁸. Vale ressaltar que as primeiras organizações operárias eram marcadas pela forte presença de lideranças negras.

⁸ Até 1888 os sindicatos propriamente ditos ainda não haviam se formado. De acordo com Abramides (1995, p. 36): “É na passagem do século que efetivamente se inicia o movimento sindical, com a criação de associações operárias livres como: ligas operárias de resistência e sociedades de auxílio mútuo. As últimas são reconhecidas por lei, já que não criam conflitos entre patrões e empregados.

Sendo a escravidão um aspecto central da luta de classes no século XIX, é necessário não perdermos de vista que a luta pela liberdade se coloca naquele momento como um eixo de ligação entre trabalhadores escravizados e trabalhadores assalariados.

Ainda que não se possa falar em uma classe operária completamente formada no período supramencionado, é imprescindível levarmos em conta que através da partilha de experiências de trabalho e de vida, entre escravos e assalariados, foi possível também a partilha de experiências de organização e de luta. Tal processo acaba “gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe” (MATTOS, 2009, p. 30).

Segundo Marcelo Badaró Mattos (2009), a República Velha (1889-1930) constitui um momento histórico determinante para a formação da classe trabalhadora brasileira e do movimento operário, em que pese o pequeno volume do operariado industrial naquele período.

Vale destacar que o cenário brasileiro do mercado de trabalho à época era de profunda diferenciação quanto à origem nacional e étnica dos trabalhadores. Pois, os trabalhadores de origem negra em geral ocupavam-se de funções domésticas e recebiam uma remuneração menor do que os estrangeiros, péssimas condições de trabalho nas fábricas, com superexploração de mulheres e crianças, além de baixos salários e alto custo de vida nas cidades.

No tocante à participação política dos trabalhadores na República Velha evidencia-se que pela via da política partidária esta era praticamente inexistente devido à proibição do voto dos analfabetos, das mulheres, dos menores de 21 anos, além de outros sujeitos sociais.

No entanto, outras formas de participação podem ser observadas como, por exemplo, no caso de protestos urbanos violentos contra aumentos de tarifas públicas e intervenções abusivas do poder público na vida privada dos indivíduos (como ocorre, por exemplo, na “Revolta da Vacina” em 1904⁹) (MATTOS, 2009).

Mantém estreitas relações com a Igreja, interessada em sustentar o sistema, o *status quo*. [...] O caráter dessas associações é beneficente, mas já inclui as reivindicações pela jornada de oito horas de trabalho”.

⁹ “A Revolta da Vacina é um movimento comumente citado como tendo sido uma reação de cunho exclusivamente popular, encorajada pelo descaso das autoridades para com a higiene e a saúde. Esse ‘abandono urbano’ pelo qual passava o Rio de Janeiro não foi combatido apenas com soluções práticas e diretas de higienização de casas, ruas e mercados, mas com uma lei que instituiu a

Em termos de lutas sindicais, Abramides (1995) destaca que a partir de 1901 inicia-se o ciclo de greves operárias que tem por expoentes as greves gerais de 1905, 1907, 1917 e 1919. Tais greves apresentavam como principais reivindicações: melhores salários, redução da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho do menor, aposentadoria etc. Como fruto destas pressões dos trabalhadores, em 5 de fevereiro de 1907 é criado o decreto-lei nº 1.637 que se refere à legalização dos sindicatos.

No processo de formação do movimento sindical, correntes políticas com concepções e práticas sindicais distintas disputaram a direção das primeiras organizações sindicais. Logo nas primeiras décadas do século XX, o peso maior foi dos anarquistas que defendiam a ideia da ação direta (a greve) como principal meio para a mobilização e conscientização dos trabalhadores para a transformação profunda da sociedade (fim das classes e do Estado).

Como estratégia para despertar a mobilização operária, esses sindicalistas revolucionários defendiam a utilização intensiva de meios de propaganda, como os jornais e as palestras. [...] Os anarquistas acreditavam, ainda, que a emancipação social dos trabalhadores dependia de sua libertação moral dos vícios e das ideologias da burguesia [...]. Uma verdadeira cultura operária deveria, segundo essa ótica, surgir e difundir-se por meio de bibliotecas proletárias, centros de estudos, círculos culturais, escolas livres, teatro social e literatura engajada (MATTOS, 2009, p. 49).

Todavia, apesar das inúmeras frentes de batalha desenvolvidas pelos libertários, a greve e os sindicatos aparecem com um destacado papel. De fato, os primórdios do anarquismo no Brasil se confundem com o próprio surgimento do sindicalismo enquanto organismo político. Nas palavras de Edgar Rodrigues, um dos maiores historiadores anarquistas da temática:

O sindicalismo, na sua expressão maior, não pretende apenas mimosear questões alimentares, nem o sindicato objetiva eternizar a desigualdade pela greve econômica (...) suas pretensões são imensas, transformadas, emancipadoras e revolucionárias (RODRIGUES, 2004, p. 14).

No entanto, no início dos anos 1920 verifica-se um declínio do anarcossindicalismo, a partir da repressão do Estado com o fechamento de entidades sindicais e jornais de trabalhadores, prisão de lideranças sindicais etc. Além deste

obrigatoriedade da vacinação, provocando desconforto popular diante da agressividade da medida, elemento, teoricamente, propulsor da revolta. Entretanto, mais do que um movimento de indignação popular contra as decisões governamentais, a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro determinou uma comoção sediciosa que emergiu em meio a um contexto de confrontos políticos entre as autoridades brasileiras, conflitos que foram relatados diariamente pela imprensa, pretensamente preocupada em zelar pela saúde pública e também em definir suas posições políticas” (CRESCÊNCIO, 2008, p. 57).

fator, contribuiu também para o referido declínio a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922.

Em verdade, os comunistas privilegiavam a política partidária, mas viam nos sindicatos espaços importantes de aglutinação de trabalhadores e difusão de sua doutrina. Em fins da década de 1920, esta fração ganhou hegemonia no meio sindical e logo foi criada uma central sindical sob sua orientação, a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB) (MATTOS, 2009).

Além dos anarquistas e dos comunistas, tiveram atuação também no nascente movimento sindical – embora àquela época não conseguissem dirigir o movimento – aqueles que defendiam a conciliação de classes, que acreditavam que os trabalhadores para alcançarem seus objetivos deveriam cooperar com o Estado e o patronato. Era um grupo heterogêneo composto por católicos, “não extremados”, “práticos” e cooperativistas que eram chamados de sindicalistas “amarelos” pelos seus adversários (Idem).

Todavia, a partir da década de 1930, sob o primeiro governo Vargas, o Estado assume o papel de regulador e protetor ao apresentar-se como inventor da legislação social (MATTOS, 2009). Segundo Abramides, “a partir de 1930, tem-se, portanto, um afastamento cada vez maior da democracia liberal, até surgir um quadro corporativista estatal – elitista, paternalista, com baixo nível de institucionalização, o que confere enormes poderes a Getúlio Vargas” (1995, p. 42).

De um lado tem-se um processo de centralização político-administrativa que leva a uma conformação autoritária do Estado brasileiro. De outro, uma política social que interfere não somente no âmbito da reprodução da força de trabalho, mas também no controle da classe trabalhadora e do movimento sindical ao instituir uma legislação sindical que tinha por características:

[...] o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio de representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; [...] leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista (MATTOS, 2009, p. 63).

Tal estratégia é parte do novo tratamento dado pelo Estado à *questão social*. Percebendo que não é mais possível atuar apenas pela repressão, o Estado passa a intervir legalmente nas organizações sindicais, instituindo o modelo de sindicato oficial,

sendo este atrelado ao Estado, servindo como interlocutor entre os trabalhadores e o governo e vice-versa.

Apesar do papel desenvolvido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em difundir o modelo de sindicato oficial, as organizações sindicais autônomas resistiram a esse processo e até 1934 havia dois tipos de sindicatos: o oficial e o livre. No entanto, não foram poucas as investidas do Estado para neutralizar o sindicalismo mais combativo, dentre as quais destacam-se: o estímulo à criação de sindicatos oficiais e vinculação da concessão de benefícios das novas leis trabalhistas à representação oficial, ocasionando uma pressão das bases sobre as lideranças sindicais combativas (MATTOS, 2009).

Sob a justificativa de defesa da interposição dos interesses coletivos sobre os individuais, o Estado interventor foi se impondo gradativamente. Nesse cenário, o corporativismo foi se afirmando e, com ele, uma estrutura sindical de *cima para baixo* cujo reconhecimento e aprovação devem partir do próprio governo. Segundo Abramides (1995, p. 44), “este fato marca, também, o fim do sindicalismo baseado na luta de classes, que vê nas lutas econômicas e salariais um meio de chegar à abolição da exploração baseada na propriedade privada dos meios de produção”.

Um fato importante que demarca esse processo de controle estatal sobre os sindicatos é o Decreto-lei nº 24.694, de 12 de julho de 1934, portanto, quatro dias antes da promulgação da Constituição de 1934. Tal decreto é uma resposta à Assembleia Constituinte que havia fixado a pluralidade sindical e a autonomia dos sindicatos (ABRAMIDES, 1995).

O artigo 2º em sua letra “c” reafirma o sindicato como órgão de colaboração de classes, sendo que os seus estatutos deveriam passar pela aprovação do Ministério do Trabalho, ficando as organizações sindicais submetidas à fiscalização e eventual intervenção do Estado. Além disso, estas não poderiam desenvolver atividades políticas e/ou manifestar qualquer tipo de posicionamento ideológico ou religioso (Idem).

Apesar dessas medidas em 1934 já indicarem um controle do Estado sobre os sindicatos, foi sob o Estado Novo que tal controle se consolidou, através da Constituição de 1937 e do Decreto-lei nº 1402, de julho de 1939 (ancorado na *Carta Del Lavoro*¹⁰, de Mussolini).

¹⁰ “[...] a Carta del Lavoro, mãe do corporativismo fascista e totalitário, não apenas inspirou, mas teve partes inteiras traduzidas literalmente na legislação sindical e trabalhista plasmada na Constituição de

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio controla os estatutos, a economia, as finanças, as eleições e obriga os sindicatos a manter um livro de registro. Volta a obrigatoriedade do sindicato único, a unicidade sindical, mas permite-se a coexistência com as associações profissionais [...]. Proíbe-se totalmente o direito à greve. O caráter dessa legislação vicia de paternalismo as relações entre trabalhadores e governo (ABRAMIDES, 1995, p. 48).

Três outras medidas corroboraram para a institucionalização desta estrutura sindical dependente do Estado: a criação do salário mínimo em 1940, a criação do imposto sindical em 1942 e a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.

No tocante ao imposto sindical, este permitia um controle direto do Estado sobre as finanças e atividades desenvolvidas pelos sindicatos. Sobre este imposto, França (2013, p. 95) aponta:

O imposto sindical é uma contribuição compulsória referente a 1/30 do salário do trabalhador descontada anualmente, criada pelo trabalhismo de Vargas para que os sindicatos tivessem condições financeiras para se estruturar, com sede campestre, assistência jurídica, odontológica etc. e dessa forma se tornassem mais atraentes e conseguissem expandir o número de filiações, o que até aquele momento não havia conseguido. [...] A divisão do montante desse dinheiro seria realizada da seguinte forma: 54% ficaria com os sindicatos, 15% com a federação, 5% com a confederação, 20% com o Ministério do Trabalho e 6% com os bancos para saldar seus custos.

Verifica-se, portanto, uma mudança significativa no papel do sindicato. De órgão classista de representação dos interesses dos trabalhadores a ele filiados, responsável por organizar as lutas dos trabalhadores por direitos trabalhistas e sociais, os sindicatos passam a exercer funções que são de responsabilidade do Estado. Ou seja, ao invés do sindicato organizar os trabalhadores para lutarem por saúde, educação, assistência social, enfim, por políticas sociais, esta organização passa a ofertar esses tipos de serviços, numa perspectiva claramente corporativista, na qual apenas tinham direitos aqueles trabalhadores vinculados a estes sindicatos.

Já no que se refere à unicidade, esta é a expressão de uma estrutura sindical fragmentada e verticalizada, em que cada categoria profissional pode ter apenas um sindicato por município, evidenciando-se com isso a ausência de concorrência conjugada aos rígidos limites impostos pela legislação sindical.

O estabelecimento dessa estrutura sindical atrelada ao Estado contribuiu para o enfraquecimento do movimento sindical autônomo e classista. Contudo, isto não

1937, que fundou o Estado Novo e reiterou a *constitucionalização* do direito do trabalho no Brasil, iniciada pela Constituição de 1934” (CARDOSO, 2003, p. 128).

significa uma falta de resistência por parte das lideranças mais combativas a tal processo de tutela governamental.

Analisando tais circunstâncias, Mattos (2009, p.72) contrapõe-se à interpretação tradicional que afirma ter existido um pacto entre trabalhadores e Estado, em que aqueles “abriam mão da autonomia e combatividade de seus sindicatos, em troca de benefícios materiais concedidos pela legislação social” e explica que a legislação social já havia sido praticamente toda elaborada entre 1930 e 1935 e as organizações combativas de trabalhadores seguiram resistindo à tutela do Estado. Além disso, o autor afirma que os ganhos materiais da classe trabalhadora com a legislação social precisam ser relativizados na medida em que durante o período de guerra houve restrições à legislação trabalhista e impôs-se uma situação de extrema exploração da classe operária.

Vianna (1999) também chama a atenção para o fato de que a interpretação estadonovista sobre a história da criação das leis do trabalho, de um lado, nega a pressão exercida pela classe operária na luta por direitos sociais, fazendo com que as leis sociais sejam vistas como uma outorga do Estado às classes subalternas. De outro, toma-se a “revolução de 30” como um marco divisor no novo trato dado pelo Estado brasileiro à questão social, que de “caso de polícia” passa a ser vista como caso de política. Desse modo:

A legislação que rege os direitos fundamentais do trabalho (descanso dominical, regulamentação da jornada de trabalho, trabalho do menor, da mulher, férias, caixas de seguro, sindicatos e leis de acidente de trabalho antecede a 30. A própria criação da figura de um Estado intervencionista sobre o mercado não consiste em obra original dos anos 30. A intervenção foi legitimada pela emenda constitucional de 1926, que criou a Comissão de Legislação Social da Câmara, rompendo com a ortodoxia liberal da Carta de 1891 (VIANNA, 1999, p. 59).

Durante o período de 1945 até o golpe de 1964, a estrutura sindical permaneceu inalterada. No entanto, verificam-se fases distintas de mobilização sindical: no período de 1945-1946 tem-se a retomada das lutas no processo de redemocratização; entre 1947 e 1950, anos finais do governo Dutra, a repressão aberta ao movimento sindical; durante o segundo governo Vargas e primeiros anos de JK acontece a retomada das direções sindicais por parte dos setores mais combativos além do ressurgimento das greves, e, no início dos anos de 1960, tem-se as grandes mobilizações (MATTOS, 2009). Todavia, apesar das mobilizações evidenciadas nas conjunturas citadas, deve-se observar que:

[...] as lideranças mais combativas preferiram usar os recursos do sindicato oficial a combater decisivamente seu modelo atrelado ao Estado. Quando o golpe de 1964 pôs fim às esperanças de amplas transformações sociais no país, aquela estrutura mostrou seu potencial repressivo. Milhares de cassações de dirigentes e intervenções em entidades sindicais desmantelaram, em poucos meses, o trabalho de duas décadas de mobilização (MATTOS, 2009, p. 77-78).

A ditadura militar instaurada no Brasil a partir de 1964 impôs ao movimento sindical, mais combativo, muitíssimos limites, mas também, algumas importantes oportunidades. Como era de se esperar, a intervenção militar sobre os sindicatos e as lideranças sindicais combativas processou-se de forma rápida e violenta. Os sindicatos sofreram intervenção direta do governo e as lideranças foram duramente perseguidas. Além disso, houve a criação de diversos mecanismos de desmobilização dos trabalhadores, a exemplo do fim da estabilidade aos dez anos de serviço que fora substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e desmonte do sistema previdenciário com a substituição dos IAPs pelo INPS (MATTOS, 2009).

No entanto, essa conjuntura marcada pela repressão e superexploração da classe trabalhadora, que produziu o chamado “milagre brasileiro”, possibilitou a retomada das greves e lutas sindicais a partir da década de 1970, através da ação de ativistas combativos que organizaram os trabalhadores a partir das empresas.

A ditadura inaugurada no Brasil, em 1964, situa-se no marco do que Florestan Fernandes (1976) configurou como a terceira fase do desenvolvimento do capitalismo brasileiro: a irrupção do capitalismo monopolista. No bojo deste processo, o regime instaurado no Brasil em 1964 teve como principais marcas a falta de democracia e um modelo de desenvolvimento econômico que gerou um aumento significativo da concentração de renda e a elevação da dívida externa do país.

Conforme Oliveira (1999), o golpe de 1964 representou também todo um esforço por parte das elites dominantes de anular a construção política empreendida pelas classes subalternas desde os anos trinta do século passado. Tal processo coaduna-se com uma característica marcante da formação da sociedade brasileira, qual seja, a destituição da fala dos sujeitos pertencentes às classes dominadas.

Se por um lado a ditadura militar promoveu a cassação dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros com o fechamento de várias organizações políticas de trabalhadores e estudantes, por outro, impulsionou, associado a outros fatores de ordem econômica e social, a organização dos diversos setores de trabalhadores que lutavam contra o projeto de modernização conservadora das elites, que produzia cada

vez mais pobres e miseráveis, à revelia da propaganda dos militares sobre o chamado “milagre econômico”.

Frente ao exposto, torna-se possível notar que é partindo deste cenário complexo que devemos compreender a retomada das lutas operárias e sindicais no território brasileiro. Mais especificamente, cumpre agora compreender aquilo que se convencionou chamar de *novo sindicalismo*. Segundo Abramides (2016, p. 463):

A denominação Novo Sindicalismo, no final dos anos 1970, advinha da contraposição ao sindicalismo pelego, de sustentação da ordem do capital e da ditadura. É importante, porém, lembrar que o sindicalismo combativo esteve presente em toda a trajetória do sindicalismo durante o século XX, por meio do anarcosindicalismo, dos socialistas, comunistas, trotskistas, das pastorais operárias (vinculadas à Teologia da Libertação), e desenvolveram uma ação sindical classista e de lutas. Portanto, não se trata de um novo sindicalismo, posto que o sindicalismo classista de outrora estava sendo retomado nesse momento após anos de repressão ao movimento sindical. Essa designação passa a ter influência na teoria dos chamados ‘novos movimentos sociais’, que questionam os movimentos clássicos da classe, o sindicato e o partido.

Como já demonstrado em passagens anteriores, de fato, o sindicalismo combativo esteve presente em toda a história do sindicalismo brasileiro, não tendo, portanto, surgido na década de 1970. No entanto, o novo sindicalismo constitui sim uma novidade histórica na medida em que resulta de um contexto específico de lutas do movimento operário contra a ditadura militar e a estrutura sindical corporativista.

Como já sinalizado anteriormente, o “milagre brasileiro” se deu à custa da superexploração da força de trabalho, intensificando a industrialização do país e tendo como consequência o crescimento do proletariado industrial que começa a se mobilizar em seus locais de trabalho, as fábricas, a partir de 1975.

No ano de 1977 tem início a luta pela reposição salarial e os metalúrgicos de São Bernardo do Campo realizam assembleias com mais de cinco mil trabalhadores para organizar a luta pelos 34%. Em 1978, eclodem as greves nas fábricas que se combinam às greves de muitas outras categorias de trabalhadores que as realizam pela primeira vez (ABRAMIDES, 1995).

Tais mobilizações apresentam como principais características: extrapolar o âmbito da fábrica e expandir-se para o espaço da cidade, da Câmara Municipal, dos estádios etc.; enfatizar a organização dos comitês de fábrica, das comissões operárias, oposições sindicais etc.; ter como reivindicações sindicais a luta por liberdade e autonomia sindical e pelo direito de greve, a estabilidade no emprego

para os dirigentes sindicais, negociações diretas com os patrões, melhoria das condições de trabalho etc. Desse modo, segundo Abramides (1995, p. 97):

O novo sindicalismo no Brasil, que surge a partir de 1978, é sem dúvida um marco na vida de história e luta da classe trabalhadora no país. A concepção e prática sindical apresenta traços de descontinuidade e diferenças profundas em relação à existente no período anterior e durante a ditadura militar.

Como expressão de uma nova concepção e prática sindical o *novo sindicalismo* contrapôs-se ao sindicalismo “oficial”, ancorado na estrutura sindical corporativista, herdada do governo de Getúlio Vargas, além de combater o “peleguismo”, com sua política de colaboração de classes calcada no imposto sindical e o populismo sindical que se apoiava em ações assistencialistas para obter adesão das massas.

Vale ressaltar que no bojo desse processo em que é gestado o *novo sindicalismo* temos a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980, sendo este em sua origem um partido classista, identificado “com a luta por uma sociedade sem exploradores e explorados sem afirmar, contudo, que essa luta é pelo socialismo” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 37).

Desde 1979 há a tentativa por parte das lideranças sindicais do ABC paulista, dentre as quais encontrava-se Luís Inácio Lula da Silva, de construção de uma central sindical que aglutinasse todo o sindicalismo combativo. Desse modo, em 1983, é fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que reunia os sindicatos que se identificavam com o *novo sindicalismo* e as oposições sindicais que tentavam afastar os pelegos dos sindicatos.

Surgida da luta contra a estrutura sindical oficial, a Central apresenta como princípios fundamentais: a democracia sindical, a unidade da classe trabalhadora, a liberdade e autonomia sindicais, a organização por local de trabalho etc. (MATTOS, 2009).

Vale destacar que o processo que dá origem à Central Única dos Trabalhadores foi marcado por divergências entre os grupos que compunham o movimento sindical à época. Os sindicalistas combativos criticavam a Unidade Sindical¹¹ por definirem-na como pelega, burocrática e autoritária que pretendia se

¹¹ “[...] A Unidade Sindical era formada por lideranças tradicionais do movimento sindical anterior a 1978 e por militantes do PCB, PC do B e do MR-8. Esses grupos formarão a Confederação Geral dos

transformar em uma Central Sindical por meio dos pelegos e reformistas. Estes, portanto, adiaram o quanto puderam a fundação da nova central.

Descontentes com a concepção e prática sindical defendidas pelos sindicalistas combativos que resultou na criação da CUT, os adeptos do sindicalismo de “resultados ou negócios” criaram mais tarde a Força Sindical. Os defensores deste tipo de sindicalismo afirmam que o movimento sindical deve ser apolítico e ter sua ação restrita ao âmbito sindical (ABRAMIDES, 1995).

Para o *sindicalismo de resultados*, o sindicato nada mais é que um elemento de reprodução do capital e nada tem em comum com a formação de militantes. Nas palavras do dirigente sindical Luís Antônio de Medeiros¹², o papel do sindicato é “vender por um preço mais caro a força de trabalho de seus associados” (*apud* TRÓPIA, 2004, p. 45). Destarte, a greve consiste tão somente num elemento de barganha comercial. Este setor defende claramente o neoliberalismo como saída frente ao capitalismo e por isso é contrário a qualquer intervenção estatal na economia. Defendem, ainda, a unicidade sindical definida em lei, expressão da velha estrutura sindical.

O processo de construção da CUT representa por si mesmo uma ruptura com a estrutura sindical oficial que proibia a formação de centrais sindicais. No entanto, esse processo foi marcado também por contradições uma vez que não é fácil romper com tal estrutura tendo que sofrer as pressões dela decorrentes, como demonstrou Teones França (2013, p. 105):

[...] a pressão exercida pela estrutura oficial sobre o *novo* sindicalismo será bastante forte, como demonstra um panfleto da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo por ocasião da eleição da diretoria dessa categoria em 1981, quando ao final da campanha havia a caracterização de que a oposição finalmente venceria o pleito e derrotaria a direção vigente desde 1964. Sob a justificativa de que “a massa operária está[va] atrasada e

Trabalhadores, em 1986. Eram taxados, por aqueles que fundarão a CUT, como sindicalistas conciliadores” (FRANÇA, 2013, p. 106).

¹² Nascido na cidadezinha de Eirunepé (AM) no dia 23 de janeiro de 1948, Luiz Antônio de Medeiros é um sindicalista e político brasileiro. Tendo vivido entre as cidades de Manaus, Fortaleza e Rio de Janeiro, ao longo da década de 60, foi nesta última que Medeiros tomou contato com a política. Em 1968 entrou para a luta armada e, em 1969, foi preso pelo mesmo motivo. Em 1971, após rever a liberdade, rumou para o Chile, todavia, este país também conhece a sua ditadura em 1973. Tal fato obriga Medeiros a dirigir-se até Cuba e, posteriormente, para a União Soviética. Em 1977, retorna ao Brasil e ingressa no sindicalismo do ABC paulista em 1979. Atravessou os anos de 1980 alternando entre um cargo e outro no meio sindical, culminando, enfim, no apoio, já na reta final, ao candidato que sairia vencedor do pleito presidencial, Fernando Collor de Melo. Seu passo derradeiro seria, no entanto, a criação da Força Sindical em 1991. Esta central, como veremos, servir-lhe-ia, inclusive, de trampolim eleitoral nos anos seguintes (ARAÚJO; BASTOS, 2013).

não dá[va] para mudar a mentalidade arraigada desde os últimos cinquenta anos de uma só vez”, a oposição apelou para o assistencialismo em um material intitulado “Vamos melhorar o atendimento médico”.

O que se percebe, portanto, é uma profunda contradição entre o discurso crítico da Oposição Metalúrgica Sindical que, na década de 1970 contrapunha-se totalmente à estrutura sindical oficial e ao assistencialismo do sindicalismo atrelado ao Estado, e a prática sindical empreendida por este grupo. Porém, concordamos com França (2013) de que é necessário levar em consideração as contradições próprias da luta de classes, sobretudo nos períodos avessos à democracia, como é o caso da ditadura militar.

No que tange às propostas do *novo sindicalismo* para o movimento sindical estas foram aprovadas na primeira Conferência da Classe Trabalhadora (1ª Conclat) em 1981 e tratava tanto de questões referentes ao direito do trabalho quanto à estrutura sindical.

No tocante ao direito do trabalho, a 1ª Conclat defendia a criação de um novo Código Nacional do Trabalho, uma vez que acreditava que a legislação trabalhista brasileira não representava os interesses da classe trabalhadora. Enquanto esse Código não fosse criado era necessário lutar pela revogação imediata do Título V da CLT, que tratava da estrutura sindical do Estado e da restrição ao direito de greve, pela modificação da legislação vigente quanto às restrições aos direitos econômicos, sociais e de ação sindical dos trabalhadores, assim como pelo cumprimento pleno dos dispositivos da CLT de proteção ao trabalho (FRANÇA, 2013).

Dentre as questões referentes ao sindicalismo, defendia-se dentre outros aspectos: independência dos sindicatos quanto aos patrões, Estado, confissões religiosas, partidos políticos e outras demais associações políticas; direito de sindicalização a todos os trabalhadores, inclusive aos funcionários públicos; liberdade e autonomia sindical, de modo que os sindicatos determinariam seus estatutos e regulamentos, conforme decisão de suas bases; autossustentação financeira, de maneira que os sindicatos buscassem meios próprios junto aos trabalhadores de financiar suas atividades, sem depender de recursos do Estado, pois era exatamente por isso que os sindicalistas combativos colocavam-se contra o imposto sindical.

No congresso de fundação da CUT, em 1983, as declarações feitas são de caráter genérico quanto à transformação da estrutura sindical oficial, sendo as

propostas de 1981 enfatizadas na Plenária Nacional de 1984, com o adendo de que a CUT fosse reconhecida como órgão máximo de representação dos trabalhadores junto ao Estado, “o que demonstrava que a briga com o Estado praticamente se restringia à liberdade sindical” (FRANÇA, 2013, p. 108).

A orientação de organização da classe trabalhadora a partir dos ramos de atividade econômica com unificação das datas-base foi uma das deliberações do congresso da CUT de 1986. À época, os ramos propostos para o enquadramento sindical foram: agropecuária, comércio e serviços, industrial, autônomos urbanos, serviço público e inativos (Idem).

Como já apontado anteriormente, a CUT surge da luta contra a estrutura sindical oficial, mas, ao mesmo tempo, acaba tendo que se adequar a ela, como é o caso da reivindicação do direito à sindicalização de todos os trabalhadores, inclusive dos funcionários públicos, uma vez que até a promulgação da Constituição de 1988 estes não podiam se organizar em sindicatos.

França (2013) aponta que existem opiniões divergentes entre os estudiosos do movimento sindical brasileiro sobre a contradição ou não da CUT no tocante a esta reivindicação, na medida em que ela vem junto com a defesa de uma estrutura sindical desatrelada do Estado.

Destarte, autores como Boito Júnior, autor da tese do “sindicalismo de estado”¹³ acreditam ter sido um grande equívoco a transformação das associações de funcionários públicos em sindicatos, uma vez que, segundo ele, estes trabalhadores deram provas na década de 1980 de que é possível a organização da classe trabalhadora sem a proteção do Estado. Nesse sentido, “o sindicato pode ser representativo sem a carta sindical, pode manter-se financeiramente sem o recolhimento de contribuições sindicais compulsórias e pode forçar o patronato a negociar” (BOITO JÚNIOR, 1991, p. 64-65 *apud* FRANÇA, 2013, p. 111).

França pondera, porém, que independentemente de sua vinculação à estrutura sindical oficial, a CUT até meados da década de 1980 cumpriu um papel muito importante de mobilização dos trabalhadores, princípio básico do sindicalismo combativo, assim como conseguiu manter-se financeiramente de maneira independente com a contribuição dos seus filiados.

¹³ Segundo esta tese, “os sindicalistas no Brasil, mesmo os que surgiram após 1978, passaram a reivindicar a tutela estatal antes mesmo de o Estado impô-la” (FRANÇA, 2013, p. 111).

No entanto, a partir de 1985, período da “redemocratização”, observa-se um certo distanciamento das bandeiras socialistas, verificadas nos documentos de congressos cutistas e nos discursos de dirigentes sindicais, que exprimem a posição da corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical.

[...] não é coincidência que nos documentos que expressam as resoluções congressuais cutistas – que, reafirmo, representa a visão da maioria dirigente da Central pelo Estado, mas não de toda a organização – a reivindicação da autonomia sindical venha junto com a defesa do reconhecimento da CUT pelo Estado, assim como é feita a crítica ao poder normativo da Justiça do Trabalho, mas em nenhum momento se critica a participação da autoridade judicial burguesa como árbitro do conflito capital-trabalho (FRANÇA, 2013, p. 116).

Em que pese as conquistas obtidas com a Constituição de 1988 no tocante à questão da organização sindical – o fim da regulação do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, fim do estatuto padrão e direito à sindicalização dos funcionários públicos –, foram mantidos pontos centrais da estrutura sindical oficial com herança corporativista como: a permanência da unicidade sindical, do monopólio da representação, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho. Verifica-se a partir de então uma acomodação do sindicalismo combativo ao novo regime, configurando ao final da década de 1980 o fim da “era” conhecida como *novo sindicalismo*.

3. O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO NOS MARCOS DOS GOVERNOS NEOLIBERAIS: de FHC a Lula.

Conforme indicado no item 2.1, em meio à crise capitalista dos anos 1970 o capital engendrou uma saída ancorada em três pontos básicos: a *reestruturação produtiva*, a *financeirização* e a *ideologia neoliberal* (NETTO; BRAZ, 2012). Sendo assim, é importante destacar que o neoliberalismo se constitui como o pano de fundo ideológico que sustenta o processo de acumulação flexível, na atual fase do capitalismo, e, por isso mesmo, cumpre um papel determinante. Como aponta Harvey (2011, p. 16):

Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

Imerso em uma crise estrutural na década de 1970, o grande capital promoveu a disseminação de teses profundamente conservadoras, que nos anos de 1940 haviam sido defendidas pelo economista austríaco Friedrich August von Hayek (NETTO; BRAZ, 2012). Tratou-se, no entanto, de uma vulgarização das teses de Hayek¹⁴ a fim de incutir nos mais variados segmentos da sociedade as ideias que consubstanciavam o projeto de restauração do capitalismo à época:

O que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*) (Idem, p. 238, grifos dos autores).

No que se refere a estas duas ideias centrais destacadas por Netto e Braz, verifica-se, de um lado, uma naturalização das desigualdades produzidas pelo capitalismo. Deste prisma, é perfeitamente aceitável os bolsões de miséria existentes em muitos países periféricos, ou mesmo a convivência num mesmo espaço urbano de áreas tão ricas, consideradas nobres, e outras extremamente pobres, como acontece em muitas cidades brasileiras, por exemplo.

Do outro lado, no entanto, encontra-se a liberdade propugnada pelo neoliberalismo. Contudo, esta é a liberdade de mercado e isso significa concretamente a eliminação de toda e qualquer barreira à acumulação de capital. Nesse sentido, o Estado foi sendo tomado como “bode expiatório” para a crise vivenciada pelo capitalismo nos anos 70 do século XX, devendo, portanto, ter suas funções diminuídas, de modo a garantir a rentabilidade do capital.

[...] o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; *a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais* (Ibidem, p. 239, grifos dos autores).

¹⁴ De acordo com Montaño e Duriguetto (2011, p. 64): “Hayek efetivamente não descarta um sistema de ‘seguridade social’, porém, sob certas condições: ‘não há razão para que, numa sociedade que atingiu um nível geral de *riqueza* como a nossa, a *primeira forma* de segurança não seja garantida a todos sem que isso ponha em *risco* a liberdade geral”; “não há dúvida de que, *no tocante* à alimentação, roupas, e habitação, *é possível* garantir a todos um *mínimo* suficiente para conservar a saúde e a *capacidade de trabalho*’, acrescentando a assistência e o auxílio nas situações de risco, desemprego e catástrofes (Hayek, 1990, p. 124)”. O que se verificou em muitas experiências de países periféricos que aderiram ao projeto neoliberal, como foi o caso do Brasil nos anos 1990, foi a recusa até mesmo deste mínimo de segurança social capaz de garantir as condições necessárias à saúde e capacidade laborativa da classe trabalhadora.

A adoção deste receituário constituiu elemento fundamental para a consolidação do processo de mundialização do capital. O primeiro país a servir de teste para o ajuste neoliberal foi o Chile, em 1973, com o golpe de Estado dado por Pinochet ao governo eleito de Salvador Allende. Feito o teste, seguiu-se à aplicação deste modelo nos países capitalistas centrais, desse modo, as vitórias eleitorais de Thatcher (1979) e Reagan (1980) tiveram um papel fundamental, como destaca Chesnais (1996, p.34):

Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir *tão depressa e tão radicalmente* os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente.

Harvey (2010) explica que a crise de 1973-1975 resultou do confronto entre o crescimento das despesas públicas e a incapacidade fiscal do Estado diante das políticas keynesianas inflacionárias. Desse modo, ganhou espaço no debate público a retórica neoconservadora de Estado mínimo – em contraposição ao Estado de bem-estar social –, bem como o ataque ao salário real e à organização sindical. Foi nesse contexto que se deu a eleição de Thatcher e Reagan, sob a promessa de recuperar a saúde das economias inglesa e estadunidense, respectivamente.

Vale, porém, a ressalva de que esse Estado mínimo¹⁵ defendido pelos neoliberais, na verdade, não passa de um “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital”, nos dizeres de Netto e Braz (2012, p. 239). O que efetivamente se vê, ao longo de toda a história do capitalismo, é a intervenção estatal para o bom funcionamento do mercado.

¹⁵ “Resulta sumamente esclarecedor fazer menção ao caráter do Estado que tanto o liberalismo clássico (dos séculos XVIII e XIX) como o atual neoliberalismo propõe minimizar. O Estado que Locke e outros liberais enfrentavam era o Estado monárquico, absolutista, dono do destino de todos os seus súditos. Nesse contexto, a minimização desse Estado e a livre operação do mercado (como instância de regulação social, no lugar do Estado) perseguiram o fim de desimpedir as relações burguesas, as atividades capitalistas, portanto, o desenvolvimento da ordem do capital. Minimizar o Estado, aqui, significava minimizar o poder monárquico, e liberalizar o processo para a hegemonia capitalista. Não é essa a realidade atual. O neoliberalismo não tem como adversário político um verdadeiro Estado totalitário, como Hayek induz a pensar, mas na verdade, um Estado que, funcional ao desenvolvimento capitalista/industrial, no entanto incorpora e é permeado por diversas reivindicações trabalhistas; [...]. Assim, enquanto minimizar o Estado absolutista representava um progresso histórico no desenvolvimento das liberdades, contrariamente, minimizar o Estado Democrático e de Direito representa um projeto claramente *regressivo*” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 65).

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócio”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas (HARVEY, 2010, p.160).

Montaño e Duriguetto (2011) chamam a atenção para o fato de que o projeto neoliberal, enquanto estratégia de reestruturação geral do capital em meio à crise, aos avanços tecnocientíficos e às lutas de classes que se dão no pós-1970, desdobra-se em três frentes: a *ofensiva contra o trabalho*, a *reestruturação da produção* e a *(contra) reforma do Estado*.

No que concerne à *ofensiva contra o trabalho*, esta se dá de três modos: 1) o *rompimento com o pacto keynesiano e o enfraquecimento das organizações sindicais e trabalhistas*; 2) o *desprestígio das lutas e das organizações dos trabalhadores perante a opinião pública*; 3) a *desregulamentação do mercado de trabalho e a precarização do emprego* (Idem). Como se vê, o ataque à organização sindical e aos direitos do trabalho, constitui elemento central para o capital em sua estratégia de superação da crise estrutural.

No Brasil, a programática neoliberal ganha espaço com a eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989, porém, com os escândalos de corrupção que vieram à tona neste governo e que resultaram no *impeachment* deste presidente, o país entrará efetivamente no circuito neoliberal na década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A implementação do projeto neoliberal em nosso país impõe ao movimento sindical brasileiro grandes desafios no que tange à defesa dos interesses da classe trabalhadora. Vale dizer, por exemplo, que a ideologia neoliberal impregna até mesmo os setores mais combativos do movimentos sindical, como é o caso da CUT, que passa a adotar na década de 90 a perspectiva do “sindicalismo propositivo” ou “sindicalismo cidadão”, numa postura que oscila entre a negociação e o confronto, dando cada vez mais ênfase à primeira a partir de proposições políticas que pretensamente possam minimizar as perdas sofridas pelos trabalhadores em meio à reestruturação produtiva, mas que secundarizam a luta de classes.

Ainda no que diz respeito ao movimento sindical brasileiro no contexto da adesão do Brasil ao projeto neoliberal, cabe destacar o surgimento da Força Sindical, em 1991, central cuja concepção e prática são claramente neoliberais e

que disputou com a CUT os rumos e a direção do movimento sindical brasileiro. Esta organização corrobora com a maioria das teses neoliberais, sendo parceira dos governos na destruição de direitos sociais e trabalhistas e somente opondo-se a eles quando sua legitimidade está sendo ameaçada diante dos ataques proferidos à sua base sindical.

No caso da Central Única dos Trabalhadores, esta passou por um processo de abrandamento de suas posições, dando mais ênfase à negociação/proposição que aos processos de enfrentamento mais direto, como é o caso das greves, por exemplo. A perspectiva do sindicalismo propositivo esteve presente nas formulações da CUT, sobretudo, a partir de sua 4ª Plenária Nacional, ocorrida no ano de 1990 e a materialização do sindicalismo propositivo na prática cutista pôde ser observada, por exemplo, na participação da central em fórum tripartites, como as câmaras setoriais e na gestão dos recursos do FAT.

A análise do movimento sindical brasileiro no contexto dos governos neoliberais só pode ser feita à luz da conjugação de fatores internos e externos que nos possibilitem compreender os avanços e recuos na luta contra o neoliberalismo e na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Destarte, em que pese a dificuldade de resistir ao desmonte dos direitos sociais e trabalhistas durante os governos neoliberais, o movimento sindical empreendeu importantes lutas ao longo das últimas três décadas, ainda que o resultado destas não tenha sido capaz de barrar a maior parte da ofensiva do capital contra o trabalho, como é o caso das reformas neoliberais implementadas durante este período, sobretudo, a previdenciária e a trabalhista.

Segundo Galvão (2003), algumas das razões que nos ajudam a entender a dificuldade do movimento sindical em resistir a tal ofensiva são: a divisão que existe no interior do próprio movimento sindical, uma vez que parte deste adere ao projeto neoliberal; a assimilação de termos e práticas próprios do ideário neoliberal por parte de setores combativos do movimento sindical e; a repressão realizada pelo Estado, tanto no que se refere ao uso da força física quanto no uso de medidas legais.

Neste capítulo, trataremos da atuação do movimento sindical brasileiro no bojo da implementação do projeto neoliberal nas décadas de 1990 e 2000. Para tanto, analisaremos como se dá a atuação das centrais sindicais de maior peso e expressividade do período, notadamente, a Força Sindical e a Central Única dos

Trabalhadores na relação com os governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, assim como procederemos a uma breve análise do processo de reorganização sindical e construção de alternativas à esquerda, com o surgimento da CSP-Conlutas.

3.1 A emergência da Força Sindical e a “inevitabilidade do neoliberalismo”

Diferentemente da CUT, que surge como herdeira do sindicalismo mais combativo, sendo, portanto, legítima expressão do *novo sindicalismo*, a Força Sindical, fundada em 1991, nasce vinculada ao “velho peleguismo e [a]o sindicalismo de resultados” (TRÓPIA, 2004, p. 3). Para fazer jus a esta perspectiva, esta central dispõe de um programa, discurso e prática sindical que revelam a sua intimidade com o neoliberalismo.

Como sabemos, em fins do século XX, com o colapso na União Soviética e seu rápido esfacelamento, o plano econômico e político mundial passou por um momento de total reorganização, conforme observamos em nosso capítulo 2. Neste cenário, ideólogos do capitalismo chegaram a proclamá-lo como o mais elevado grau de desenvolvimento da humanidade e, por conseguinte, um suposto ponto de chegada do progresso, isto é, como sendo o próprio fim da história (FUKUYAMA, 1992).

Por seu turno, ao defender formas de ação sustentadas pela tese de que a globalização havia se consumado como um momento irrefutável, ou seja, como se o capitalismo fosse um modo de produção que havia se tornado insuperável e, portanto, necessário, a Força Sindical surge com o intuito de adaptação do sindicalismo às possibilidades ofertadas pelo sistema vigente.

Em verdade, apesar da sua retórica, verifica-se que a Força Sindical é, desde o seu nascedouro, a expressão do que havia de mais frágil no velho sindicalismo pelego, dispendo, no entanto, de suas próprias vicissitudes.

Precisamente a partir da década de 1990, esta central passou a ser a maior representante do sindicalismo de direita no Brasil, configurando-se, desde o seu ato de fundação, como uma instituição burocratizada e desenraizada das lutas sociais. De fato, tais assertivas podem ser facilmente verificadas numa análise dos dados referentes ao seu congresso de fundação:

A Força Sindical foi criada congregando uma massa de “sindicatos de carimbo”: sindicatos pequenos, com menos de 500 associados, alocados

em setores de pouca capacidade de pressão, na maioria dos casos dispersos pelas pequenas e médias cidades do interior, e cuja maioria de dirigentes – 67% do total – jamais tinha participado, até o congresso de fundação da Força Sindical, de qualquer congresso sindical. Ora, esse congresso de fundação realizou-se em 1991; nos dez anos anteriores, ocorreram dezenas de congressos estaduais e nacionais tanto da CUT, quanto das CGT's. Esses 67% representavam, portanto, a burocracia sindical mais imobilista (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 182-183).

Aqui vale ressaltar, ainda, que dentre estes delegados que participaram do congresso de fundação da Força Sindical a grande maioria (84%) era de dirigentes sindicais, sendo que uma parte significativa destes (47%) exerciam cargos de direção há mais de sete anos (BOITO JÚNIOR, 1999). Ou seja, tal fato evidencia que esta central fora construída de cima para baixo, isto é, sem muita representatividade na base das categorias de trabalhadores dos sindicatos que a compõem, demonstrando, desde o início, ser uma central sindical forjada em gabinetes.

Todavia, a Força sindical apresentava-se à classe trabalhadora como uma central afeita aos tempos modernos, encarnando fielmente o discurso da pós-modernidade de invencibilidade do capitalismo. Sendo assim, não podendo os trabalhadores superar a ordem vigente, cabia-lhes, na ótica desta central, traçar estratégias para ganhar alguma coisa junto ao capital.

Neste sentido, torna-se válido ressaltar que a identidade da FS era formatada para “parecer” a melhor e mais pragmática via de conquista de direitos sociais, ao opor-se ao que denominavam de “extremismo” do sindicalismo combativo – sobretudo da CUT.

Conforme Medeiros (*apud* TRÓPIA, 2004, p. 58), um dos nomes de maior destaque na Força Sindical, “a derrota não organiza os trabalhadores, o que organiza é a vitória e a vitória se conquista com o diálogo”. Sendo assim, toda uma estrutura sindical fora desenvolvida para mediar, como numa conversa de cavalheiros, as discordâncias entre trabalhadores e patrões.

Se bem notarmos, a posição defendida pelo dirigente é reafirmada pelo programa da Força Sindical pois, nesta oportunidade, a central apresenta-se, nitidamente, com uma proposta de defesa do capitalismo sob a justificativa da falência da experiência socialista, sobretudo, em face dos acontecimentos do Leste europeu e da URSS, como sinalizamos anteriormente.

O programa e as propostas da Força Sindical, delineados em seu Congresso de Fundação (1991) e aprovadas em seu II Congresso (1993), estão sintetizados no documento *Um projeto para o Brasil – A proposta da Força Sindical*, do qual destacamos: eliminação das restrições à ação do capital estrangeiro na economia, principalmente no sistema financeiro; redução do número de impostos; contrato coletivo de trabalho; liberdade de organização sindical (leia-se plurissindicalismo); Conselhos de Trabalhadores em empresas com mais vinte trabalhadores; fim da estabilidade para o funcionalismo público; voto misto com listas partidárias fechadas; mínimo de 3% a 5% para representação dos partidos no Congresso Nacional; perda do mandato parlamentar por infidelidade partidária; criação do Ministério da Defesa e fim do serviço militar obrigatório (COSTA, 1995, p. 229, grifos do autor).

Como se pode observar, o projeto da Força Sindical é um projeto claramente capitalista que propõe uma aliança entre o capital nacional e o capital internacional, além de uma aliança entre Estado e capital privado e entre trabalhadores e capitalistas (Idem). Nestes termos, esta central não se opunha ao neoliberalismo, ao contrário, via-o como sinônimo de progresso e propunha-se a colaborar com os governos que viessem a implementá-lo.

Desse modo, na perspectiva do *sindicalismo de resultados*, defendido pela Força Sindical, o papel do sindicato é o de negociar as melhores condições para a venda da mercadoria mais importante no capitalismo: a força de trabalho.

Armando Boito Júnior (1999) destaca que embora o programa da Força Sindical estivesse identificado com a política neoliberal, a maioria dos dirigentes desta central acabava não tendo um compromisso mais efetivo com o neoliberalismo. “O que os unifica ideologicamente é um conservadorismo político genérico, a moderação ou passividade na ação sindical e a atitude defensiva frente a militância cutista” (Idem, p. 184).

Desse modo, enquanto organização, a condição de subserviência aos governos neoliberais será uma marca fundamental da Força Sindical, fato que se justifica pelo aporte de recursos que estes governos destinaram a essa central.

Uma interessante ilustração do quadro descrito pode ser encontrada, por exemplo, na aproximação de Luiz Antônio de Medeiros – dirigente sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e fundador da Força Sindical – com o governo Collor. Este contato rendeu recursos na ordem de 4,5 milhões de dólares para a montagem do aparelho sindical de Medeiros. Tais recursos foram levantados junto à Caixa Econômica Federal e aos Ministérios da Saúde e Educação, para a realização de convênios com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que não se realizaram (Ibidem).

Desde o primeiro momento, a Força Sindical mostrou-se apoiadora do governo Collor, assim como faria com o de Fernando Henrique Cardoso. Mais do que isso, esta central teve um papel ativo na implementação das políticas neoliberais dos referidos governos, bem como beneficiou-se de muitas medidas do governo neoliberal de Lula¹⁶, como de costume, não confrontando-o.

A central formulou projetos de lei para a flexibilização do mercado de trabalho que foram, todos, aprovados pelo Parlamento entre 1995 a 1999: jornada de trabalho flexível (também proposta por sindicatos da CUT, mas não pela central), contratos temporários de trabalho, com redução dos custos indiretos de contratação e demissão temporária. Ademais, a central apoiou abertamente as privatizações (CARDOSO, 2003, p. 65).

O polêmico tema das privatizações fora também, desde o princípio, um dos pontos preferidos da atuação da presente central sindical. De fato, em nenhum momento os seus principais dirigentes se eximiram da defesa explícita desta tese, muito pelo contrário.

No tocante ao tema das privatizações, em especial, Boito Júnior (1999) destaca que a Força Sindical teve um papel fundamental durante o leilão das grandes siderúrgicas e empresas dos ramos petroquímico e fertilizantes, nos governos Collor e Itamar Franco, uma vez que ela dirigia os sindicatos de trabalhadores das maiores empresas que foram privatizadas à época.

O autor supracitado afirma ainda que o apoio da Força às privatizações deu-se de duas formas. Em um primeiro plano, os dirigentes sindicais que atuavam nas empresas sujeitas à privatização, taxavam a CUT de “estatista” e “retrógrada” por esta colocar-se contra a privatização, o que supostamente impedia a modernização do país, isto é, o progresso. “De outro lado, negociavam com as direções das empresas estatais o montante de ações que seria reservado para os funcionários da empresa a ser privatizada, o preço dessas ações e o financiamento a juros subsidiados para a sua compra” (Idem, p. 187).

Com isso, diversas empresas seguiram, gradativamente, o caminho da privatização, dentre as quais encontravam-se a USIMINAS, a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e a Companhia Acesita (atual Aperam South

¹⁶ Embora tenhamos acordo com as análises daqueles que caracterizam o governo Lula como neoliberal, consideramos importante destacar que entre este governo e o de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) não pode ser colocado um sinal de igual, uma vez que existem diferenças significativas entre ambos, diferenças estas que serão tratadas mais adiante.

America) etc. Todavia, apenas uma possibilitou a emergência de um fenômeno absolutamente imprevisível: a greve dos trabalhadores, a favor da privatização.

O leilão da Mafersa, realizado em 1995, mobilizou grande parte dos trabalhadores para uma greve de protesto chamada pela Força Sindical contra o adiamento do leilão da empresa. Esta paralisação é o único indício de envolvimento ativo dos empregados pela privatização da própria empresa e é importante para mostrar que a incorporação deles não ocorria apenas por coerção ou oportunismo, mas por assimilação da ideologia neoliberal (TRÓPIA, 2004, p. 69).

Foi assim que, além de negociar com o governo a possibilidade dos trabalhadores comprarem ações das empresas privatizadas, a Força Sindical também jogou trabalhadores de empresas públicas contra trabalhadores de empresas privadas. Para tanto, fortaleceram o discurso neoliberal de que aqueles são privilegiados, tendo em vista os salários e benefícios subsidiários por eles recebidos, além da estabilidade no emprego que é garantida (CARDOSO, 2003).

Consoante, portanto, com tal discurso, a Força Sindical defendeu a reforma administrativa do Estado. Inicialmente, “a central defendia uma Reforma pautada na redução da diferença entre trabalhadores do setor público e trabalhadores do setor privado” (TRÓPIA, 2004, p. 80). Contudo, quando o processo foi aprovado e atingiu “também a aposentadoria do setor privado (aumento do tempo de contribuição, fim da aposentadoria por idade, por tempo de serviço e das aposentadorias especiais do setor privado), a central reagiu” (Idem, p. 80-81).

No entanto, o fato é que as posições da Força Sindical ocasionaram, direta ou indiretamente, diversas demissões tanto do setor privado, quanto de funcionários públicos. E, a certa altura, “Paulo Pereira da Silva, então segundo homem da FS, propôs um empréstimo compulsório sobre os salários de servidores que excedessem US\$12 mil ao ano para financiar o déficit público” (Idem, p. 65-66).

Tendo em vista que o desemprego aparece como um tema central no cenário brasileiro a partir dos anos 90 e que a Força Sindical nasce em meio ao processo de reestruturação capitalista que impôs derrotas significativas ao movimento sindical, esta central, sob a justificativa de lutar pela manutenção dos empregos, não hesitou em fechar acordos com as empresas, reduzindo salários em favor dos referidos empregos. A prática sindical desta central não apontava, portanto, para a desmercantilização da força de trabalho (LOBO, 2010), mas antes, pela sua manutenção.

A identificação da Força Sindical com os governos neoliberais, sobretudo com o governo de FHC, não lhe impediu de fazer a crítica contra as medidas da política econômica que atacavam mais ferozmente os direitos dos trabalhadores de sua base de representação. Visto que:

Um ponto particular dessa política passou, pelo menos desde 1996, a ser rejeitado, ainda que de modo localizado, pela central de Medeiros: a abertura comercial e o desemprego industrial que ela acarreta, inclusive, ou principalmente, na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 186).

Lobo (2010) destaca que durante todo o governo FHC a Força Sindical fez críticas severas à política econômica, porém, no primeiro mandato, estas críticas limitaram-se à equipe econômica, apontando apenas para possíveis correções a serem feitas no Plano Real pois, na visão da central, era preferível a inflação a uma política de estabilização que levasse ao desemprego.

Reeleito, Fernando Henrique Cardoso manteve a mesma política econômica anterior: juros elevados como forma de atrair capital externo – sobretudo, após o ataque especulativo sofrido pelo Real em decorrência da crise russa. A política de juros elevados inibia novos investimentos, repercutindo sobre a produção e o consumo. Apesar de reclamada pelos setores produtivos, a desvalorização do Real, realizada em janeiro daquele ano, trouxe novos problemas para a atividade industrial, pois elevou o custo dos insumos importados. O Brasil renovou o acordo com o FMI e intensificou o pagamento da dívida externa – que saltou de US\$759 milhões em novembro de 1998 para US\$ 1,122 bilhão, no mesmo mês de 1999. Este cenário agravou ainda mais o desemprego que bateu a casa dos 20% em abril (TRÓPIA, 2004, p. 223).

No final da década de 1990, no entanto, as críticas passaram a ser direcionadas a todo o governo. “Em 1999, [...] Luiz Fernando Emediato, [...] uma das lideranças da Central, ataca não apenas a equipe econômica, mas o governo como um todo, acusando-o de ter-se afastado dos princípios social-democratas, tornando-se extremamente liberal” (LOBO, 2010, p. 235).

No entanto, cabe aqui a observação de que o discurso de descontentamento com o governo neoliberal de Fernando Henrique não refletia uma prática contundente de enfrentamento ao neoliberalismo. Como exemplo, podemos citar a ação limitada desta central na greve geral de junho de 1996, convocada pela CUT, cujo ponto de convergência entre as duas centrais foi apenas a já citada questão do desemprego.

Em verdade, alguns outros pontos são bastante ilustrativos da postura de colaboração da Força Sindical com os governos brasileiros e, por seqüência, com o

neoliberalismo. Um deles diz respeito à sua aceitação à flexibilização das regras de contratação no mercado formal de trabalho em favor da manutenção do emprego (LOBO, 2010). Verifica-se, portanto, uma postura passiva diante da redução de direitos da classe trabalhadora.

Assim é que, em 1997, em resposta à ofensiva empresarial expressa em declarações segundo as quais os trabalhadores e sindicatos deveriam aceitar a redução dos salários e garantias ou sofreriam demissões em massa, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo admite rapidamente fixar com o SINDIPEÇAS [sindicato patronal] acordos que implicavam na redução de salários, a fim de evitar as oito mil demissões que as empresas do setor de autopeças ameaçavam efetivar (Idem, p. 237).

Embora a CUT também tenha fechado acordos que apontavam para a flexibilização de direitos trabalhistas, o que diferencia a ação da Força Sindical da prática cutista é que aquela aceitava de pronto os termos propostos pelos empresários, sob a bandeira da “manutenção do emprego” enquanto esta última ainda forjava alguma reação aos intentos patronais de retirar direitos dos trabalhadores.

Todavia, mesmo com o acordo firmado entre o SINDIPEÇAS e a Força Sindical, tendo em vista que apenas três empresas aderiram ao mesmo, uma grande empresa do ramo, a COFAP, não hesitou em realizar inúmeras demissões (LOBO, 2010). O que se vê é que os capitalistas não são capazes nem mesmo de cumprir os acordos que lhe trazem benefícios, razão pela qual os trabalhadores não devem acreditar nas promessas que são feitas pelos patrões.

Para Cardoso (2003), o apoio da Força Sindical às políticas sindicais dava-se, por um lado, na perspectiva de ganhar alguma recompensa por parte do governo e das elites políticas à sua lealdade, por outro, com o objetivo de minar as bases sociais da Central Única dos Trabalhadores.

Assim, a vinculação da central ao discurso neoliberal e a aprovação popular de FHC em seus primeiros anos de mandato, fez com que a Força Sindical colhesse alguns dividendos mais tarde, como a aprovação da Lei do Contrato Temporário de Trabalho, em 1998, cuja iniciativa foi atribuída à central e apresentada como um grande feito (Idem).

Vale destacar que diferentemente do laço umbilical que sempre existiu entre a CUT e o Partido dos Trabalhadores, a aliança firmada entre a Força Sindical e qualquer partido político que estivesse no poder dava-se de forma mais frouxa, mais

pragmática. Desse modo, “o fracasso das políticas públicas jogaria, recorrentemente, a FS nos braços da oposição, porém nunca de forma decisiva ou irreversível” (Ibidem, p. 68).

Destarte, enquanto a CUT serviu de instrumento do Partido dos Trabalhadores no movimento sindical, na conquista pelo poder, a Força Sindical, por sua vez, serviu à projeção de suas lideranças particulares, sem vinculação a um projeto partidário específico, mas, atendendo prontamente aos interesses da classe dominante. Foi assim que vimos figuras como Medeiros e Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, ganharem projeção nacional e tornarem-se congressistas.

Antunes (2018, p. 207) afirma que a atuação da Força Sindical não se restringiu ao âmbito sindical:

[...] em sintonia com os governos federais ao longo da década de 1990, fez campanha sistemática contra a atuação do MST, chegando a criar a Força da Terra para combatê-lo e tentar se constituir – sem nenhuma efetividade – como alternativa entre os trabalhadores rurais.

Frente ao exposto, torna-se fácil compreender que na década de 1990, a Força Sindical disputava acirradamente com a CUT o posto de maior representante do movimento sindical brasileiro, nascendo, aliás, como contraponto frontal ao projeto defendido pela CUT e seus aliados, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o Partido dos Trabalhadores.

Para a Força Sindical, defender o neoliberalismo implicava necessariamente enfrentar o PT – como bem o fez apoiando os governos de Collor, Itamar e Fernando Henrique, aos quais o PT e a CUT faziam oposição – e o MST – como no exemplo citado em que foi criada a Força da Terra. Mas, apesar das diferenças programáticas entre a Força Sindical e a CUT, o transformismo sofrido pelo Partido dos Trabalhadores e por esta última central serão determinantes para uma maior aproximação entre as duas centrais, sobretudo nos governos petistas de Lula e Dilma.

Verifica-se, portanto, que a Força Sindical soube tirar vantagens dos governos petistas, na medida em que colaborou com a implementação do programa neoliberal aplicado pelo PT.

De acordo com Soares (2013), a criação do Fórum Nacional do Trabalho, instituído pelo Decreto 4.796, de 29 de julho de 2003, constituiu o elemento central da estratégia conciliatória do governo Lula com as centrais sindicais.

Composto de forma paritária e tripartite, com representantes do governo, empresários e trabalhadores, o Fórum serviu para integrar as centrais sindicais ao aparato governamental na gestão de Lula da Silva. O FNT é apresentado no Decreto 4.796/2003 com as seguintes finalidades:

promover o entendimento entre os representantes dos trabalhadores e empregadores e o governo federal, com vistas a construir consensos sobre temas relativos ao sistema brasileiro de relações de trabalho, em especial sobre a legislação sindical e trabalhista; subsidiar a elaboração de projetos legislativos de reforma sindical e trabalhista nas esferas constitucional e infraconstitucional; e submeter ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego os resultados e conclusões sobre matérias aprovadas no âmbito do FNT (BRASIL, 2003, s/p).

A atuação conjunta da Força Sindical e da CUT foram decisivas para o andamento dos trabalhos do FNT e aprovação das pautas defendidas pelo governo Lula, uma vez que juntas ocupavam 11 das 21 vagas destinadas aos trabalhadores neste fórum – sendo 6 cadeiras da CUT e 5 da Força Sindical (SOARES, 2013).

Ademais, a luta pelo reconhecimento formal das centrais sindicais foi um outro ponto que aproximou ainda mais a Força Sindical da CUT nos governos petistas, luta esta consagrada pela promulgação da Lei nº11.648/2008, que legaliza as centrais, dando-lhes poder para assumir a coordenação da representação dos trabalhadores através das organizações sindicais que a elas estiverem filiadas, além de permitir-lhes participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais instâncias tripartites, cuja pauta seja de interesse geral dos trabalhadores (BRASIL, 2008).

Com a legalização, em 2008, as centrais passaram a ter acesso a 10% da contribuição sindical destinada aos sindicatos filiados; um montante de cerca de R\$ 55,5 milhões, que passaram a ser divididos, proporcionalmente, entre elas. Em 2010 foram R\$ 84,3 milhões para as centrais: segundo o MTE, as duas maiores centrais, CUT e FS, receberam R\$ 27,3 milhões e R\$ 23,6 milhões, respectivamente – valores que representam 80% do orçamento da Força e 60%, da CUT (SOARES, 2013, p. 543).

Desse modo, a distância existente entre a CUT e a Força Sindical na década de 1990, tornou-se cada vez menor a partir do transformismo sofrido pela Central Única dos Trabalhadores nos anos 2000. Verificamos, ainda, que a agenda neoliberal levada a cabo pelos governos petistas possibilitou uma boa acomodação da Força Sindical nestes governos, uma vez que o programa do PT – agora na esfera de poder central – não mais se choca com o programa da central neoliberal. Com isso, pode-se afirmar que, embora majoritariamente alinhado ao neoliberalismo:

O apoio da Força Sindical ao neoliberalismo foi, portanto, seletivo. Enquanto os feixes da política neoliberal incidiram sobre o setor público e apenas, indiretamente, sobre o setor privado, a central aceitou-a. Todavia, quando as consequências afetaram sua principal base, a central reagiu ora com moderação – apresentando propostas compensatórias (qualificação profissional, contrato temporário e jornada flexível) e paliativas (PLR) –, ora com protestos (TRÓPIA, 2004, p. 223).

Por todos os ângulos torna-se possível notar, no entanto, que a emergência da Força Sindical foi determinante tanto para a consolidação do neoliberalismo enquanto ideologia, junto a determinadas parcelas de trabalhadores atingidas pela reestruturação produtiva, a exemplo dos metalúrgicos, assim como para a devastação do próprio movimento sindical. Porém, como veremos, estas tarefas não foram exclusivas desta central.

3.2 O papel da CUT na organização dos trabalhadores no enfrentamento ao neoliberalismo

A CUT, nascida das lutas do *novo sindicalismo*, vai sofrer uma mudança significativa em sua concepção e prática sindical a partir dos anos 1990. Com efeito, a eleição de Fernando Collor de Melo em 1989 e as medidas neoliberais por este governo adotadas, vão impactar fortemente esta central.

Não é demais lembrar que o cenário que impulsiona as lutas do novo sindicalismo e que marcam o nascimento e a atuação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, é completamente diverso daquele da década de 90 do século passado. A luta que se colocava para o movimento sindical nos anos de 1980 ia além da pauta puramente econômica. Como destaca Armando Boito Júnior (1999, p. 132):

Entre o seu congresso de fundação, em 1983, e o seu terceiro congresso regular, em 1988, a CUT foi aprovando e reafirmando as seguintes palavras-de-ordem, referentes à economia e à política social: não-pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, contra a privatização das estatais. Em momentos críticos da luta democrática, a CUT aprovou, em seus congressos, palavras-de-ordem tais como: boicote ao Colégio Eleitoral – que acabaria por eleger Tancredo Neves e José Sarney – e luta por uma Constituinte exclusiva e soberana, opondo-se à atribuição de poderes constituintes ao Congresso que deveria ser eleito em 1986.

A Central Única dos Trabalhadores teve, portanto, um papel importante na luta contra o projeto de desenvolvimento social e econômico em curso no país nos anos

80, projeto este marcadamente pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiário (Idem).

Vale ressaltar que durante a Constituinte de 1986, a CUT atuou em favor das diversas pautas da classe trabalhadora, não restringindo-se à questão sindical. Reforma agrária, direitos sociais e trabalhistas e não pagamento da dívida externa eram bandeiras sob as quais a central organizava as lutas na década de 1980, em aliança com movimentos populares que defendiam estas mesmas pautas.

As lutas empreendidas por esta central sindical no período em questão davam-se a partir de uma plataforma de transformações econômicas e sociais que se enfrentava com a política econômica do governo Sarney. Para tanto, a CUT mobilizava seus sindicatos a participarem de campanhas contra o pagamento da dívida externa, na luta pela reforma agrária, em greves nacionais de protesto contra o modelo econômico vigente etc (Ibidem). Nesse sentido, a concepção que a direção da CUT apresentava sobre o papel do sindicato, situava-o no jogo da luta de classes, como parte de um conflito de interesses maiores.

De acordo com Boito Júnior (1999), corroborou para esta visão a Assembleia Nacional Constituinte, na medida em que esta politizou o debate no seio do movimento sindical, colocando o conflito entre as classes sociais antagônicas no plano geral da política. Segundo este autor:

A CUT interveio nesse processo orientada por uma visão [...] segundo a qual a sociedade estava dividida por um conflito básico: num lado, encontravam-se os trabalhadores, assalariados ou não, e, no outro, os banqueiros, latifundiários e grandes empresários. A CUT via como sua tarefa formar uma grande frente para fazer valer os interesses do campo popular na elaboração da Constituição (Idem, p. 135).

O reconhecimento do conflito de interesse entre as classes sociais, no entanto, não implicava diretamente, segundo Armando Boito Júnior (1999), numa visão marxista de sindicato. Nesse sentido, mostra-se válido, parece-nos, um debate acerca da concepção marxiana e marxista de sindicato para pensarmos os limites e possibilidades desta forma de organização da classe trabalhadora.

Antes de tudo, é importante lembrar que o debate em torno da organização política a partir da teoria de Marx e Engels se dá com base no reconhecimento da luta de classes como fio condutor da história. Isto implica dizer que:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo,

mestre de corporações e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (MARX; ENGELS, 2010, p. 40).

Sendo a sociedade capitalista aquela que simplifica estes antagonismos de classe, opondo a sociedade em duas classes fundamentais, burgueses e proletários, Marx e Engels vão argumentar no *Manifesto Comunista* a necessidade de os trabalhadores organizarem-se enquanto classe contra a exploração capitalista e pela emancipação humana, sendo esta possível apenas com a destruição do capitalismo a partir de uma revolução proletária.

A discussão em torno das classes sociais configura-se como uma das mais importantes no âmbito da tradição marxista. Embora a sua existência seja bastante anterior ao próprio modo de produção capitalista, neste tipo de sociedade, de acordo com a visão marxiana, as classes sociais são determinadas na esfera da produção. “Ou seja, o tipo e o volume da renda, a capacidade de consumo, o acesso ao mercado, são os elementos *determinados* das classes, o lugar e o papel na esfera produtiva, são os aspectos *determinantes*” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 86, grifos dos autores).

Nesse sentido, os aspectos que comumente são utilizados para caracterizar as classes sociais como aqueles que indicam a qual classe pertence cada indivíduo na sociedade, na verdade, são definidos pela posição que cada homem e mulher ocupa em relação à produção: se dono dos meios de produção ou se detentor apenas da força de trabalho – e seus respectivos desdobramentos supraestruturais.

De acordo com Cardoso (1995), a vinculação de Marx ao movimento operário entre 1844 e 1846 marca o encontro deste autor com a economia política e verifica-se, a partir de então, o aparecimento das categorias *classe* e *revolução* no âmbito da obra do pensador alemão. No *Manifesto Comunista* de 1848, Marx e Engels caracterizam a sociedade burguesa como aquela dividida fundamentalmente em duas classes: burguesia e proletariado.

O reconhecimento desses dois campos fundamentais da luta de classes na sociedade capitalista não implica no desconhecimento das demais classes e/ou frações de classes, apenas verifica-se a ênfase dada à definição de classe social a partir das relações econômicas que os grupos estabelecem entre si (CARDOSO, 1995).

Nesse sentido, tem-se a definição de “classe em si” enquanto uma das dimensões da constituição de classe, referindo-se à própria existência de uma classe social em uma dada formação socioeconômica. Como aponta Marx no livro *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, ao tratar da classe camponesa, são as condições econômicas de existência idênticas para um determinado grupo social que o constitui enquanto classe social, enquanto “classe em si”. Ou seja:

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela sua cultura das outras classes e as opõem a estas de um modo hostil, aquelas formam uma classe (MARX, 2008, p. 325).

A outra dimensão da constituição de classe (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011) diz respeito ao conceito de “classe para si”. Este remete à consciência que os indivíduos pertencentes a uma classe têm deste pertencimento, ou seja, a consciência de seus interesses e organização para a luta em defesa destes. Portanto, a passagem da condição de “classe em si” para a de “classe para si” pressupõe a organização política do proletariado, conforme se pode notar da explicação de Marx em *A Miséria da Filosofia* (1985, p. 159):

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já em face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política.

Verifica-se, portanto, que a presença de elementos objetivos (a realidade existente) e subjetivos (os sujeitos que fazem parte dela) são determinantes para a formação da consciência de classe (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Como exemplo, podemos citar a passagem do *Manifesto Comunista* em que Marx e Engels apontam que as próprias condições de desenvolvimento da indústria e crescimento do proletariado permitiram a aglutinação e união dos operários que se perceberam todos nas mesmas condições de exploração e começaram a lutar contra tal feito (CARDOSO, 1995). Nas palavras dos próprios autores alemães:

[...] com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses e as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda a diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. [...] os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular toma cada vez mais o caráter de confrontos entre duas

classes. Os operários começam a formar coalisões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaver de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim. De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. (MARX; ENGELS, 2011, p. 47-48).

Como já assinalado anteriormente, a passagem da “classe em si” à “classe para si”, pressupõe um processo de organização e luta da classe trabalhadora. Inicialmente, esta luta diz respeito aos aspectos econômicos da exploração capitalista levando os trabalhadores a uma “consciência sindical” cujo grau máximo é o nível reivindicatório. Nesse sentido, a luta econômica (ou sindical) configura-se como uma luta reformista na medida em que suas reivindicações se estabelecem nos marcos do capitalismo. Diz respeito, portanto, às mudanças nas condições da compra e venda da mercadoria mais importante, a força de trabalho (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Todavia, a sinalização para os limites da luta econômica não implica uma desqualificação desta por parte de Marx e Engels e de outros pensadores marxistas como Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Gramsci etc. Ao contrário, estes têm em comum o reconhecimento de que a luta econômica constitui um momento importante da luta de classes, não podendo ser vista como um fim em si mesma.

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência – *coalizão*. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral aos capitalistas. [...] à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. [...] Nesta luta – verdadeira guerra civil –, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político (MARX; ENGELS, 1985, p. 158-159).

A luta econômica tem o mérito de reunir os trabalhadores em torno de reivindicações que dizem respeito à condição de existência destes enquanto classe trabalhadora, a “classe em si” e, desse modo, tem o papel de educar os trabalhadores para uma luta maior, a luta contra o próprio capitalismo. Nesse sentido, trata-se de reconhecer os limites da luta econômica (sindical) e não de desprezá-la.

Destacando o papel do partido político revolucionário na organização da luta pelo socialismo, Lênin em *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*, escrito

entre 1901 e 1902, apresenta a distinção entre a organização dos operários para a luta meramente econômica e a organização dos revolucionários social-democratas:

A luta política da social-democracia é muito mais ampla e mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. [...] a organização de um partido social-democrata revolucionário deve inevitavelmente constituir um *gênero diferente* da organização dos operários para a luta econômica. A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, sindical; em segundo lugar, o mais ampla possível; em terceiro lugar, deve ser o menos clandestina possível [...]. Nos países que desfrutam de liberdade política, a diferença entre a organização sindical e a organização política é perfeitamente clara, como também é clara a diferença entre as *trade-unions* e a social-democracia (LÊNIN, 2010, p. 181).

O revolucionário russo entendia que às organizações sindicais competia a luta econômica e que estas deviam servir como suporte da agitação política e da organização revolucionária. Estas deviam ser amplas, de massas, e nelas deviam atuar os membros do partido revolucionário cujo papel seria o de influir na consciência dos operários para que estes se interessem por questões de ordem social e política (LÊNIN, 2010).

Rosa Luxemburgo em *Greve de massas, partido e sindicatos*, publicado em 1906, no calor da primeira tentativa de revolução na Rússia, tratará dos problemas teóricos e organizativos da época (BOGO, 2010) e colocará a necessidade de superação da dicotomia existente entre luta econômica (sindical) e luta política.

Discorrendo sobre a greve de massas na Rússia, Rosa aponta que esta serviu para criar no proletariado as condições para a luta política cotidiana, especialmente para o parlamentarismo (LUXEMBURGO, 2010). De acordo com a revolucionária polonesa, existe uma interação entre a luta econômica e a luta política.

[...] o movimento no seu conjunto não se orienta unicamente no sentido de uma passagem do econômico ao político, mas orienta-se também no sentido inverso. Cada uma das grandes ações políticas das massas se transforma, após ter atingido o seu apogeu, numa multiplicidade imensidade de lutas econômicas. [...] Quando a luta política se estende, se clarifica e intensifica, não só a luta reivindicativa continua como se estende, se organiza e se intensifica paralelamente (LUXEMBURGO, 2010, p. 285).

Nesse sentido, verifica-se que não há uma oposição entre estes dois tipos de luta, mas ambas representam aspectos e/ou momentos da luta de classes em sua totalidade. Para a autora, enquanto a luta sindical engloba os interesses imediatos de grupos particulares, a luta política representa os interesses da classe operária em sua totalidade, ou seja, os interesses da sua emancipação (LUXEMBURGO, 2010).

No debate sobre a organização da classe trabalhadora, segundo a tradição marxista, é inegável a distinção existente entre sindicato e partido. Ademais, esta se dá em função da própria diferenciação entre luta econômica e luta política.

A luta econômica (sindical) é de responsabilidade dos sindicatos por ter um caráter mais específico no que se refere ao seu objetivo central: “melhorar a situação material e cultural do proletariado, além de ampliar seus direitos políticos” (FRANÇA, 2013, p. 191). Trata-se, portanto, de uma luta reformista, de melhorias nos marcos da sociedade capitalista.

Para Marx e Engels, assim como para Lênin e Trotsky, no que tange à tarefa de organizar os trabalhadores para a revolução social, isto é, a luta política, esta fica a cargo do partido revolucionário. Nesse sentido, ambos os tipos de organização são muito importantes para a luta da classe trabalhadora, mas cada uma tem um papel específico neste processo.

Teones França (2013, p. 186) ao tratar do debate sindical no âmbito do marxismo clássico aponta que “tanto Lênin quanto Trotsky seguiam a análise de Marx e Engels e enfatizavam o aspecto educativo dos sindicatos para a classe operária”. Mais ainda, para Trotsky “os sindicatos, assim como o partido revolucionário, eram importantes para que o proletariado compreendesse a sua missão histórica, ou seja, ser o sujeito social da revolução” (Idem).

Desse modo, não se trata de opor uma luta à outra, tampouco de opor uma organização à outra. Ao contrário, trata-se de compreender os limites e possibilidades de cada uma no que se refere ao processo de organização da classe trabalhadora na luta contra o capital.

De posse destes fundamentos, é possível retomar o debate acerca da concepção cutista de sindicato de forma mais determinada. Com isso, torna-se mais apropriado pensar que esta central operou com uma visão reformista no tocante à luta da classe trabalhadora, nos marcos do que é o papel do sindicato na visão marxiana ou marxista clássica.

Mesmo que a atuação da CUT na década de 1980 tenha incorporado pautas extraeconômicas, sua luta e programa permaneceram nos marcos do capitalismo como, aliás, aponta o próprio Armando Boito Júnior quando nota que a CUT não via a luta sindical como parte do socialismo. Esta central, bem como o Partido dos Trabalhadores, com quem mantinha relações estreitas, tinha apenas um discurso

genérico sobre o socialismo, demonstrando sua intenção de vincular-se à tradição do movimento internacional dos trabalhadores (BOITO JÚNIOR, 1999).

Mas o conteúdo desse socialismo, bem como os meios para se chegar a ele, nunca foram definidos – a CUT e o PT faziam questão de não defini-los, argumentando que o socialismo no Brasil deveria ser (re)inventado. [...] Ora, a transição socialista não se encontrava na ordem do dia no Brasil. As lutas práticas assumidas pela central naquela década – democracia, salários, reforma agrária, não-pagamento da dívida externa – e as bandeiras que ela propagou – estabilização do sistema financeiro, da saúde, do transporte coletivo – configuravam um programa de transformações democrático-popular, e não um programa socialista. Mas foi, justamente, por defender um programa adequado à conjuntura que a CUT cresceu (Idem, p. 139).

De nossa parte, acreditamos que a defesa de um programa de transformações democrático-popular, adequado à conjuntura da época, não elimina a possibilidade de defesa do socialismo como estratégia maior de luta da classe trabalhadora. Assim, os direitos que se possa conquistar na sociedade capitalista não podem ser encarados como o fim máximo desta luta. Dito de outro modo, o problema não é a defesa de um programa democrático-popular enquanto parte da tática adotada pelo movimento sindical, mas entender que a luta se encerra quando essas conquistas são alcançadas nos marcos da sociedade capitalista.

Apesar disso, nos limites do que é a luta sindical, a CUT dos anos 80 cumpriu bem o seu papel e, aproveitando-se da conjuntura que lhe era propícia, soube apresentar uma agenda para os trabalhadores brasileiros, agenda esta que extrapolava o âmbito puramente sindical. Todavia, como veremos, tal situação mudou nos anos 1990.

No sentido expresso, não nos parece que a CUT que atuou com uma perspectiva de sindicalismo combativo na década de 1980, não tenha atuado com uma visão marxista de luta sindical, como sublinha Armando Boito Júnior ao expor que:

[...] a direção da CUT concebia o sindicato como parte de um conflito maior, que opunha diferentes classes sociais. Não se tratava de uma visão marxista da luta sindical. A CUT não pensava o Estado como um aparelho que organiza a dominação de classe e nem via a luta sindical como parte do socialismo. Apenas o *governo*, considerado como defensor dos interesses dos capitalistas, era visto como parte integrante do conflito de classes. E mesmo frente a esse governo a corrente dirigente da CUT apresentava uma posição oscilante. Em alguns momentos, pareceu acreditar, a despeito da crítica que lhe faziam as correntes de esquerda da central, na possibilidade de induzir o governo Sarney a mudar sua política de modo a atender os interesses dos trabalhadores (Ibidem, p. 136-137).

Em que pese a perspectiva de conciliação de classes, presente desde o primeiro momento na concepção e prática da Articulação Sindical – corrente que dirigia majoritariamente a CUT – parece-nos que esta corrente, que é a mesma que historicamente dirigiu o Partido dos Trabalhadores, atuou desde sempre com uma leitura vulgar de Gramsci sobre as categorias Estado, sociedade civil e hegemonia, a partir da qual entende que a classe trabalhadora pode chegar a constituir-se enquanto classe hegemônica apenas participando e disputando espaço no interior de governos burgueses “progressistas” ou democrático-populares. De acordo com Galvão (2014, p. 110):

A partir dos anos 1990, a central incorpora progressivamente uma leitura liberal de Gramsci, passando a opor Estado e sociedade civil, e a negligenciar os vínculos entre ambas as esferas (Dias, 1994). Com isso, a valorização dos movimentos sociais e a estratégia de ocupação de espaços no interior de uma sociedade civil atravessada por conflitos de classe, estratégia privilegiada nos anos 1980 no contexto da luta contra o Estado ditatorial, dá lugar à disputa de hegemonia no interior de um Estado democrático “de direito”. A discussão sobre a natureza de classe do Estado é substituída pela crença de que é possível transformar o Estado por dentro. Mas essa conversão só se completa com a ascensão do PT ao governo federal. A afinidade político-ideológica da CUT com o governo petista facilita o movimento de aproximação com o Estado e a prioridade à ação institucional. A pressão sobre o Estado é exercida por meio da apresentação de propostas, desconectada da mobilização necessária à conquista da hegemonia no plano da sociedade civil. Assim, a disputa de hegemonia resume-se a ter um projeto, mesmo que o referencial de classe desse projeto seja esvaziado ou diluído numa política de compromisso.

O que se observa é que a CUT foi dando mais ênfase aos espaços institucionais a partir dos anos 90, em detrimento da luta política. Isto é, privilegiou as negociações por dentro do aparelho do Estado, para a manutenção de direitos dos trabalhadores, muitas vezes sem fazer a devida pressão por fora dos organismos institucionais. Assim, ela foi agindo mais na defensiva diante de uma conjuntura completamente desfavorável à classe trabalhadora.

Cabe-nos, ainda assim, rememorar o debate marxiano e marxista do papel do sindicato e dos limites da luta sindical. Mesmo nas lutas mais radicalizadas empreendidas pelo movimento sindical, vale lembrar que esta não se dá numa perspectiva de superação da ordem capitalista. Ela serve, sim, à educação dos trabalhadores. Pode levá-los a uma luta ainda mais radical contra o sistema que os oprime, mas a tomada do poder do Estado capitalista, numa visão marxiana e marxista, não será obra do sindicato, mas do partido. O sindicato, assim como outras organizações da classe trabalhadora, assume um papel educativo importante para a

passagem da *classe em si* à *classe para si*, como discutimos anteriormente, porém, o seu papel é restrito ao âmbito da sociedade capitalista, sendo suas pautas reformistas.

É fato que a Central Única dos Trabalhadores não tinha em seu programa e prática sindical uma perspectiva socialista, porém, isto não significa ignorar que esta central esteve na década de 1980 envolvida com as questões político-partidárias, influenciando na disputa pelo poder. Segundo Cardoso (2003, p. 62):

na década de 1980 e início da de 1990, a CUT não abandonou, por momento algum, seu lugar como movimento de oposição a qualquer partido ou coalização partidária no poder (nacional ou local) desde seu aparecimento em 1983. [...] O objetivo principal foi, quase sempre, organizar os trabalhadores para ganhar eleições pelo PT e seus aliados de esquerda, e somente então tomar parte direta no processo político institucional. Vale dizer, a ação política estratégica da CUT não pode ser compreendida fora de um projeto de poder que incluía o PT e outros partidos também representados em sua estrutura interna de poder.

Não é demais lembrar que o Partido dos Trabalhadores, assim como a CUT, é fruto das lutas do *novo sindicalismo*. Portanto, muitos daqueles líderes sindicalistas que estiveram participando ativamente da construção da nova central sindical estavam também atuando na construção de um partido da classe trabalhadora.

O debate travado no seio do movimento sindical era a formação de um partido dos trabalhadores, com caráter de massas e popular, que abarcasse os diversos setores da classe trabalhadora, das classes populares, intelectuais e setores da classe média. Esse debate se estendeu durante todo o ano de 1978 e início de 1979, quando do lançamento oficial da proposta de construção do novo partido, com a resolução aprovada no Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins-SP. Estavam lançadas as bases para a formação do Partido dos Trabalhadores (ALBUQUERQUE, 2008, p. 11).

Podemos verificar que o sindicalismo cutista, sendo parte importante da construção do Partido dos Trabalhadores foi também influenciado pelas vitórias e derrotas que este partido sofreu na década de 1990. Desse modo, a eleição de Fernando Collor de Melo em 1989 e a derrota de Luís Inácio Lula da Silva, líder sindical, candidato pelo Partido dos Trabalhadores neste pleito, acabou sendo determinante na mudança de direção estratégica vivenciada pela Central Única dos Trabalhadores na década de 1990.

Ademais, é importante assinalar que a Articulação, corrente que historicamente dirigiu a CUT, é a mesma que também dirigiu o PT desde sempre. Esta, por sua vez, oscilou entre práticas confrontacionistas e negociais e, sob o neoliberalismo, sua

postura mais negociada e propositiva prevaleceu no âmbito da Central Única dos Trabalhadores, para não falar do PT.

Como aponta Antunes (2018), tanto a CUT quanto o PT sofreram transformações profundas em suas características definidoras ainda no final da década de 1980. No caso do partido, este sofreu um processo de institucionalização, assumindo alianças mais amplas, mais pragmáticas. No caso da CUT, expressão do *novo sindicalismo*, esta assumiu a defesa de um sindicalismo mais “propositivo”, de “cooperação conflitiva”, questionando a validade da greve como instrumento da luta imediata da classe trabalhadora. Desta feita, “[...] os anos 1990 serão marcados pela consolidação das ‘novas’ práticas tanto do PT quanto da CUT. O refluxo do padrão conflitivo, a inserção e a atenção cada vez maiores do partido no cenário político-eleitoral serão a tônica” (ANTUNES, 2018, p. 185).

Boito Júnior (1999) destaca que, embora a postura combativa da CUT nos anos de 1980 não tenha impedido a deterioração dos salários naquela época, esta foi imprescindível para a constitucionalização de uma série de direitos trabalhistas, sociais e políticos, dificultando a implementação do projeto neoliberal no Brasil na década de 1990, já que, segundo o referido autor, esta implementação poderia ter sido mais avançada se os governos não precisassem de uma maioria qualificada para aprovar reformas constitucionais.

No que tange às dificuldades enfrentadas pela CUT ainda nos anos de 1980, evidencia-se a questão da organização de base, a partir de comissões por empresa, algo bastante presente nos discursos oficiais da central, mas que não se deu na prática desta (BOITO JÚNIOR, 1999). É fato inegável que a CUT optou por se organizar dentro da estrutura sindical corporativa de Estado, tendo crescido agregando os sindicatos oficiais ao mesmo tempo em que buscava obter reformas liberalizantes dessa estrutura sindical. Em que pese essa estrutura ter se modificado, algumas características básicas de antes permaneceram, constituindo-se, em certa medida, num gargalo para a Central Única dos Trabalhadores.

Apenas no âmbito do serviço público é que os sindicatos cutistas organizaram-se por fora da estrutura sindical, devido à particularidade desse setor que, até 1988, estava proibido de organizar sindicatos oficiais vinculados à estrutura corporativa de Estado.

Impedidos de se organizar por dentro do Estado, os funcionários públicos construíram sindicatos autônomos frente a este. Mesmo quando conseguiram a

liberação para organizar sindicatos oficiais, com a aprovação do direito à organização sindical previsto na Constituição de 1988, muitos sindicatos autônomos não conseguiram converter-se em sindicatos oficiais, devido às particularidades desta categoria, assim como também devido à recusa de muitos sindicatos em se adequarem à legislação sindical e trabalhista (Idem).

Desse modo, tivemos uma CUT formada, de um lado, por sindicatos oficiais do setor privado enquadrados na estrutura sindical corporativa de Estado reformada e, de outro, por “sindicatos autônomos, que procuram assimilar, em alguns aspectos, as características da estrutura sindical” (Ibidem, p. 140).

No tocante à organização das bases, Boito Júnior (1999) destaca que nas empresas os sindicatos cutistas tiveram como preocupação central o controle da comissão de empresa pelo sindicato, dificultando, assim, a sua criação pelas bases sindicais.

Diferentemente do que se passa com a maior parte do movimento sindical internacional, comissão de empresa é vista, pelos dirigentes alocados no sindicato de Estado brasileiro, apenas como um concorrente incômodo, que não agrega muita coisa como meio de sustentação política e financeira do sindicato (Ibidem, p. 140).

Tal postura não foi evidenciada no serviço público, onde as organizações por local de trabalho difundiram-se mais exitosamente. Isso porque, neste setor, os sindicatos não estavam tão atrelados à estrutura sindical corporativa de Estado e precisavam estar organizados nos locais de trabalho para garantir sua representatividade e existência financeira junto aos funcionários públicos, além da maior liberdade de organização no local de trabalho verificada no serviço público (Ibidem).

Nesse sentido, evidencia-se no âmbito da CUT dos anos 80, uma ampla participação no processo constituinte com ações de massa, como as greves nacionais de protesto por ela organizadas, porém, o trabalho de base com a organização por local de trabalho ficava prejudicado, dificultando a realização de greves de luta (Ibidem).

Um outro traço característico das ações desenvolvidas pela Central Única dos Trabalhadores ao longo da década de 1980 é o fato de que a luta salarial seguiu sendo organizada a partir das categorias profissionais, obedecendo ao calendário oficial das datas base e disciplinadas pela Justiça do Trabalho. “A ação de protesto

unificada no topo conviveu, ao longo do período, com a luta salarial segmentada e enquadrada na estrutura sindical na base do movimento” (Ibidem, p. 141).

Como sabemos, o neoliberalismo como projeto ideológico, constitui uma das estratégias do capital de imposição de um novo modelo de acumulação capitalista, qual seja, a acumulação flexível. Esta, por sua vez, trouxe modificações tanto na produção quanto na organização da força de trabalho, tendo como um dos seus eixos fundamentais o ataque ao movimento sindical e aos direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, cabe-nos uma reflexão sobre como o movimento sindical brasileiro tem reagido a esse processo.

3.2.1 A resistência cutista ao neoliberalismo nos anos de 1990 a 2002

Vários estudiosos do movimento sindical no Brasil, têm apontado para a mudança de estratégia desenvolvida pela CUT a partir da implantação do neoliberalismo em nosso país. Trata-se de uma mudança de concepção e prática sindical que se reflete nas linhas de ação desempenhadas por esta central durante os governos neoliberais. Essa mudança de rumo, segundo Antunes (2018) e muitos outros estudiosos, já estava em curso desde os anos 80 e tem como marco o III Congresso da CUT (Concut), realizado em 1988, a partir do qual verifica-se uma postura mais *propositiva*, mais afeita à *negociação* e menos *confrontacionista*. Tal postura consolida-se no IV Concut, em 1991.

Rejeitando fortemente em sua prática a estratégia conduzida durante a década de 1980, a CUT passava a defender e executar um sindicalismo moderado, resultado a um só tempo das diretrizes político-ideológicas da tendência hegemônica no seu interior, a Articulação Sindical – e em sintonia com o cenário de refluxo da atividade sindical durante esse período, tanto no âmbito internacional quanto no Brasil (ANTUNES, 2018, p. 199).

Essa mudança vivenciada pela Central Única dos Trabalhadores em seu III Congresso demarca, conforme Antunes (2018), o fim da era do *novo sindicalismo*. Tem-se, a partir de então, uma CUT mais disposta à negociação com governos claramente interessados em atacar os direitos da classe trabalhadora, alguns destes recém-conquistados com a Constituição Federal de 1988. A nova conjuntura que se abre com a aprovação da CF de 1988 e as eleições presidenciais de 1989 também corroboraram para isso (MATTOS, 2009).

Vale dizer que o problema não está necessariamente na disposição à negociação, mas na falta de um confronto maior quando o jogo de forças é desigual.

Como sabemos, no capitalismo, trabalhadores e patrões – e o Estado representando o interesse destes últimos – estão sempre em luta e, por isso, não é possível à classe trabalhadora obter vantagem em negociações que abandonem o confronto como parte da estratégia central na luta por direitos.

Sob o governo Sarney, época em que a estratégia da CUT era outra, a central já tinha por duas vezes, entabulado negociações com o governo. [...] Uma característica importante dessa fase é que as tentativas de negociação não levaram a central a abandonar a estratégia de mobilização nacional contra a política econômica do governo. Os próprios encontros com o governo eram utilizados para divulgar e agitar a plataforma da CUT. [...] A intervenção da CUT funcionava mais como uma denúncia da política econômica do que como a busca efetiva de um acordo (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 145).

Enquanto uns autores apontam o III Concut de 1988 como o marco inicial da mudança da Central Única dos Trabalhadores, outros, como Armando Boito Júnior, sinalizam a IV Plenária Nacional da CUT, ocorrida em 1990, na cidade de Belo Horizonte, como o início deste processo. “Nessa plenária, a direção da CUT lançou e fez aprovar a ideia de um ‘sindicalismo propositivo’, que seria uma opção ao ‘sindicalismo defensivo’ dos anos 80” (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 131). Tal proposta aponta para a elaboração de políticas apresentadas pela central e negociadas em fóruns tripartites, composto por representantes do movimento sindical, governo e empresariado.

A eleição de Collor em 1989, primeiro governo eleito pelo voto direto após a redemocratização, demarcou a vitória do projeto neoliberal no Brasil e imputou uma derrota ao movimento sindical e demais movimentos sociais de esquerda, em particular, e à classe trabalhadora como um todo. Em que pese as greves e manifestações que ainda ocorreram na década de 1990, verifica-se a partir desta nova conjuntura inaugurada com a vitória do projeto neoliberal nas urnas, um certo refluxo do movimento sindical, que se expressa na queda dos índices de sindicalização e na redução do tamanho das bases de algumas categorias, nos problemas quanto à sustentação dos sindicatos do ponto de vista financeiro e nas opções políticas assumidas pelas lideranças (MATTOS, 2009).

Os motivos do refluxo são vários e têm diversas origens. Frente elas, destacam-se três níveis de problemas: a experiência dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical coporativista (o sindicato único, o poder normativo, o imposto...) e as opções políticas das lideranças da CUT em um quadro

marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores (MATTOS, 2009, p. 126).

Com efeito, as transformações no mundo do trabalho impuseram mudanças significativas também no âmbito da organização da classe trabalhadora. Como aponta Ricardo Antunes:

O desdobramento dessa mutação vem consolidando uma prática sindical que, além de fetichizar a negociação, transforma os dirigentes em *novos gestores* que encontram na estrutura sindical mecanismos e espaços de realização, tais como operar com fundos de pensão, planos de saúde, além de inúmeras vantagens intrínsecas ao aparato burocrático típico do *sindicalismo de Estado* vigente no Brasil desde a década de 1930 (ANTUNES, 2018, p. 192, grifos do autor).

O que se verifica, portanto, é que a partir desse processo tem-se um sindicalismo mais propenso à negociação, mais integrado à lógica capitalista, acreditando que a partir disso poder-se-ia minimizar os efeitos da reestruturação produtiva sobre o conjunto da classe trabalhadora. Aliás, o discurso da Articulação Sindical, que justifica a adoção do sindicalismo propositivo é o da inevitabilidade da abertura e “modernização” econômica (BOITO JÚNIOR, 1999).

Nessa linha do sindicalismo “propositivo”, cabe ao movimento sindical apresentar propostas que interessem não somente aos trabalhadores como também aos empresários e aos governos neoliberais. Desse modo, a participação dos trabalhadores nos fóruns tripartites, através dos sindicatos que os representam, assume um caráter ativo de elaboração de propostas que deem conta de conciliar os interesses de classes. Nega, portanto, o antagonismo de classes ou, pelo menos, coloca-o em plano secundário.

A negociação empreendida a partir do sindicalismo “propositivo” contrapõe a negociação à ação grevista, o que faz com que os sindicatos tenham menos condições de barganhar conquistas à classe trabalhadora. É nesse ponto que se verifica a maior fragilidade do sindicalismo combativo no bojo dos governos neoliberais. Como destaca Boito Júnior (1999), na década de 1990, sob os governos Collor e Itamar, a CUT é chamada à negociação, porém, suas exigências reduzem-se à questão da reposição das perdas salariais. Outras centrais, como a Força Sindical, também foram chamadas à negociação com tais governos em momentos de dificuldades para estes, no entanto, assim que conseguiram o que intentavam tanto Collor quanto Itamar romperam o acordo unilateralmente.

O sindicalismo propositivo, é, estritamente falando, um método de ação sindical: elaborar propostas próprias para negociá-las com os empresários e os governos (neoliberais). Dentro desse método, é certo que o conteúdo pode variar. Contudo, o próprio método impõe, de antemão, limites importantes. Se o objetivo é participar dos fóruns decisórios com os governos (neoliberais) e empresários, é preciso ser comedido e realista nas propostas; caso contrário, desliza-se para o confronto, que é o que o método propositivo pretende evitar. Portanto, o método propositivo condiciona uma postura conciliatória com o neoliberalismo. É o que se vê nos casos dos conteúdos das propostas de política industrial e de política educacional (Idem, p. 159).

Um dos pontos a ser considerado nesta linha adotada pela direção da CUT diz respeito à valorização da livre negociação em detrimento da luta unificada por direitos sociais e trabalhistas. Dessa forma, ganha destaque a proposta de contrato coletivo de trabalho que acabou desarmando os trabalhadores em meio à luta em defesa dos seus interesses de classe no contexto do neoliberalismo (Ibidem).

A proposta de contrato coletivo de trabalho, formulada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e adotada pelo Departamento Estadual de São Paulo dos Metalúrgicos da CUT, privilegiava os acordos trabalhistas em detrimento dos textos legais que regulamentavam os direitos dos trabalhadores. Segundo Boito Júnior (1999), tal proposta inspirava-se na prática do sindicalismo italiano que concebia uma negociação que se dava em nível nacional, realizada entre as centrais sindicais, associações patronais e governo e que descia, a partir daí, para os níveis inferiores (estados, regiões, categoria, setores e empresas) aos quais iam sendo adicionadas cláusulas acordadas entre as partes.

Tal proposta, entretanto, não levava em consideração a distinta realidade do caso brasileiro. Além destas diferenças, verifica-se que a CUT não possuía força suficiente para conduzir este processo de negociação nacional de modo que pudesse se impor diante dos interesses dos governos e dos patrões. Ao contrário, a proposta de contrato coletivo de trabalho defendida por esta central, acabou por estimular o neocorporativismo com a divisão dos trabalhadores, na luta prática, por setores e empresas. Outrossim, tem-se a substituição da luta unificada e de massas por direitos sociais e trabalhistas pela luta fragmentada que é desfavorável aos segmentos menos organizados da classe trabalhadora e com menor peso na luta sindical (Ibidem).

Um outro ponto de inflexão da CUT ao projeto de conciliação de classes defendido pelo sindicalismo “propositivo”, foi a participação desta central nas câmaras setoriais do setor automotivo, que se configuravam como fóruns tripartites,

dos quais participavam representantes do governo, das empresas e dos trabalhadores.

Segundo França (2013), as câmaras setoriais, que surgiram no Brasil no governo de Juscelino Kubitschek, são retomadas no governo Sarney como um fórum bipartite composto por representantes do governo e de empresas de um mesmo ramo produtivo, com o objetivo de ajustar os aumentos de preços em períodos inflacionários. No governo Collor, as câmaras passam a ter o papel de negociar e coordenar programas que promovam o incremento da qualidade e da produtividade de cada setor.

O início da participação dos trabalhadores brasileiros em fóruns desse tipo se dá a partir da atitude do deputado federal pelo PT, Aloísio Mercadante, que fez constar um artigo na lei que amparava as câmaras, n. 8.178, de 21 de março de 1991, no qual fazia com que elas passassem a ser definidas como organismos a serem compostos por 'representantes do Ministério da Economia, dos empregadores e dos trabalhadores dos respectivos setores produtivos ou das entidades sindicais nacionais'. A proposta do petista, provavelmente já articulado com os sindicalistas da CUT pertencentes à sua corrente no partido – Articulação – era transformar as câmaras em organismos tripartites dos setores produtivos em geral e não especificamente do complexo automotivo (Idem, p. 44-45).

A defesa das câmaras setoriais pela direção cutista dá-se em meio ao processo de reestruturação produtiva no Brasil em que se verifica o crescimento alarmante do desemprego com o fechamento de diversos postos de trabalho. É emblemático, por exemplo, o anúncio pela empresa Ford do fechamento de sua fábrica de motores em São Bernardo no início dos anos 1990, fato este que fez com que o Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo, na pessoa do seu presidente, Vicentinho, apresentasse a esta empresa a disposição do sindicato em colaborar para a retomada da produtividade do setor e garantia certa dos lucros da mesma.

Tal disposição à colaboração, partia do pressuposto de que a reestruturação produtiva era algo inevitável, contra o que não se podia lutar. Nesse sentido, cabia ao movimento sindical apresentar propostas, no âmbito das câmaras setoriais, que levassem em consideração também os interesses dos trabalhadores. Ou seja, era necessário garantir os altos níveis de produtividade das empresas para que se pudesse manter os empregos e níveis salariais da época, desse modo, “as principais propostas dos trabalhadores passaram a ser ‘redução dos preços dos automóveis, estabilidade no emprego e recuperação dos salários’” (Ibidem, p. 47).

Sob esta perspectiva, a direção da CUT acreditava que com a diminuição do preço dos automóveis aumentaria o consumo, havendo, portanto, um aumento na produção e, por sua vez, no emprego e no salário. Verifica-se, no entanto, que esta perspectiva isenta o capital de sua responsabilidade pelo desemprego e pela redução do nível dos salários. Ao contrário do que imaginavam os dirigentes cutistas, a participação nas câmaras setoriais do setor automotivo “demonstrou ser ineficaz para barrar o crescimento do desemprego e a desindustrialização e colocou a CUT a reboque dos interesses das montadoras de veículos” (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 163).

Diante do cenário desolador que estava posto para o conjunto da classe trabalhadora nos anos 90, a estratégia implementada pela CUT mostrou-se incapaz de frear os efeitos devastadores do projeto neoliberal implementado no Brasil. A participação desta central em quatorze das vinte e seis câmaras setoriais criadas nos governos Sarney e Collor, só possibilitou acordos efetivos entre trabalhadores e patrões em apenas três: construção naval, setor automotivo e setor de máquinas e equipamentos agrícolas (Idem).

A comprovação da ineficácia das câmaras setoriais para a garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores pode ser verificado em dados referentes aos acordos do setor automotivo. Vejamos:

Andréia Galvão realizou um balanço cuidadoso dos acordos e resultados da câmara do setor automotivo. [...] concluiu que os objetivos declarados do acordo da câmara do setor automotivo que mais interessavam aos trabalhadores (aumentar 4 mil postos de trabalho nas montadoras e 90 mil em toda cadeia e recuperar os salários com o aumento real de 20% entre abril de 1993 e abril de 1995) não foram cumpridos. Os objetivos que interessavam diretamente ao patronato, por seu turno, foram largamente ultrapassados. De 1991 a 1995, a produção de veículos no Brasil, consideradas todas as montadoras do país, cresceu 70,33%, saltando de 960. 219 unidades para 1.635. 541. A produtividade passou de 8,8 veículos por trabalhador em 1991 para 14,8, em 1994. O faturamento das montadoras saltou de 12 para 19 bilhões de dólares. As montadoras foram as grandes beneficiárias da câmara setorial (Ibidem, p. 166-167).

Verifica-se, portanto, que as negociações realizadas nas câmaras setoriais automotivas trouxeram muito mais ganhos aos capitalistas do setor que aos trabalhadores. Observa-se, por exemplo, o aumento significativo da produtividade por trabalhador, um dos pontos fundamentais do processo de reestruturação produtiva.

Os sindicatos cutistas acreditavam que contribuir com a retomada do crescimento econômico seria imprescindível para a garantia do emprego e dos níveis salariais desejados. Nesse sentido, os trabalhadores deveriam empenhar-se em garantir a elevação da produtividade das empresas.

De acordo com Teones França (2013), o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em 1993, para defender a renovação do acordo das montadoras realizado no ano anterior, passou a propagandear como fato positivo do acordo a ampliação do mercado consumidor de automóveis no Brasil. Seria esta, segundo este sindicato, a grande solução para os problemas vivenciados pelos trabalhadores e capitalistas.

Desta feita, “os próprios trabalhadores passavam a ser os principais divulgadores do produto vendido pela empresa. Sem dúvidas, está presente aí a ideia de que a empresa seria como uma família nos moldes tradicionais” (Idem, p. 49). Há, portanto, uma perspectiva de conciliação de classes, a partir de uma visão de que todos podem sair ganhando com tal colaboração entre trabalhadores e empresários.

Propostas como as do contrato coletivo de trabalho e das câmaras setoriais representam um retrocesso à luta e organização autônoma do movimento sindical brasileiro, uma vez que elas se centram na defesa de interesses específicos de um segmento da classe trabalhadora – aquele inserido no mercado de trabalho – configurando, assim, aquilo que Boito Júnior identifica como um novo corporativismo:

[...] a ideologia neocorporativista setorial materializa-se em uma linha de ação sindical que desvia o sindicalismo tanto da luta por transformações estruturais da sociedade brasileira quanto da luta por reformas tendentes a erigir, no Brasil, um Estado de bem-estar social. De um lado, o movimento sindical é levado a buscar soluções setorializadas, através da livre-negociação e da elevação do *consumo individual* no mercado, para necessidades que, num Estado de bem-estar, seriam atendidas pela manutenção e ampliação dos *serviços e equipamentos públicos*. A proposta de contrato coletivo de trabalho e a prática da câmara setorial valorizavam a negociação de convênios de saúde com grupos privados, aposentadoria privada complementar, auxílio educação, etc. De outro lado, o apoio aos pleitos dos capitalistas pela redução da carga tributária e por crédito subsidiado mina a base financeira sobre a qual se assentam os direitos sociais (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 171).

Esta perspectiva conciliatória da CUT materializa-se em muitas outras posições assumidas por esta central ao longo dos governos neoliberais no Brasil, como, por exemplo, na participação dos conselhos gestores de fundos públicos, a partir da década de 1990, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No caso do FAT, criado em 1980 para

pagar o seguro-desemprego, este passou a financiar cursos de qualificação profissional. Tais cursos que antes ficavam a cargo apenas do sistema S (SENAI, SENAC etc.) passaram, então, a ser ofertados também pelas centrais sindicais com os recursos do FAT. Com isso, o movimento sindical assumia a ideia da “empregabilidade”, responsabilizando o trabalhador pelo desemprego, uma vez que este não estaria suficientemente qualificado para as novas exigências do mercado de trabalho (MATTOS, 2014).

No tocante ao tema das privatizações, eixo fundamental do programa neoliberal aplicado nos anos 90 no Brasil, a posição da CUT oscilou entre a luta efetiva contra esta política e o recrudescimento da ação confrontacionista da central. Segundo Boito Júnior (1999), esta luta chocava-se com a linha do sindicalismo “propositivo” assumida pela CUT, uma vez que esta última acabou por desarmar o conjunto dos sindicatos cutistas no enfrentamento ao neoliberalismo.

No bojo desse movimento contraditório da direção cutista, verifica-se a luta dos funcionários públicos contra as reformas administrativa e da previdência, a luta contra a privatização do parque siderúrgico e da indústria petroquímica, durante os governos Collor e Itamar. Porém, durante os primeiros anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, tem-se um abandono cutista da luta contra as privatizações, fato que só foi superado em 1997, quando da privatização da Vale do Rio Doce (Idem).

Armando Boito Júnior (1999) aponta ainda fatores que podem ter concorrido para a CUT ter abandonado a luta contra as privatizações no governo FHC: as derrotas contra as privatizações nos governos Collor e Itamar, a vitória eleitoral de Fernando Henrique logo no primeiro turno do pleito de 1994 e a ascensão de Vicente Paulo da Silva à presidência da Central Única dos Trabalhadores no mesmo ano.

[...] a gestão de Vicente Paulo da Silva, iniciada em 1994, corresponde a uma fase em que a CUT aproxima-se mais do neoliberalismo do que a na gestão anterior, sob a presidência de Jair Meneguelli. [...] Na gestão Vincentinho, a luta contra as privatizações foi, durante 1995 e 1996, relegada a segundo plano, só cobrando vigor [...] por ocasião da privatização da Companhia Vale do Rio Doce em 1997. Também durante aqueles dois anos, as tentativas de acordo com o governo foram revalorizadas e deixaram de se pautar numa plataforma de exigências mínimas, como ficou claro na tentativa, também frustrada, de acordo em torno da reforma da previdência pública (Ibidem, p. 180-181).

Essa tentativa de Vincentinho de fechar um acordo em torno da reforma da previdência com o governo FHC acabou saindo como um tiro no pé. Tal postura contribuiu para o reavivamento dos debates e lutas no interior da CUT, forçando a

Articulação Sindical a abandonar qualquer perspectiva de conciliação com este governo neste ponto e levando-a a reassumir a luta contra as privatizações (Ibidem).

Ao longo de toda a década de 1990 verifica-se, portanto, uma profunda transformação na estrutura e prática sindical adotada pela Central Única dos Trabalhadores. São exemplos desse processo: a diminuição da participação das bases nos congressos cutistas e aumento da presença de líderes sindicais, a adesão à proposta de *sindicato orgânico*¹⁷ formulada pela Articulação Sindical, a filiação à Confederação Internacional das Organizações Livres (CIOSL)¹⁸, a implementação de programas de qualificação profissional com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador, a participação em câmaras setoriais, como no “acordo das montadoras” em 1993, a apresentação de acordo em torno da reforma da Previdência proposta por Fernando Henrique Cardoso em 1996 etc.

Esse transformismo da Central Única dos Trabalhadores aprofunda-se ainda mais durante os anos 2000 sob os governos do Partido dos Trabalhadores. Vale dizer que a CUT apoiou a proposta de reforma sindical do governo Lula, participando do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) mesmo esta proposta contrariando claramente suas resoluções congressuais sobre a estrutura sindical.

É verdadeira a afirmação de que o processo de reestruturação produtiva vivenciada a partir da década de 70 teve grandes implicações para o mundo do trabalho e, conseqüentemente, para a organização dos trabalhadores. No entanto, segundo França (2013, p. 194):

Mais do que a reestruturação produtiva, fragilizou ainda mais o sindicalismo da CUT o fato dessa Central considerar esse processo como inexorável e se contentar a encontrar soluções para amenizar os seus efeitos negativos para os trabalhadores, identificando, por conseguinte, aspectos positivos nesse conjunto de transformações.

Nesse sentido, o giro sofrido pela CUT nos anos 1990 fez com que esta central estivesse cada vez menos alinhada aos interesses da classe trabalhadora, defendendo concepções liberais e de valorização da cidadania do tipo “sindicalismo propositivo” e “sindicalismo cidadão”, “desenvolvimento com distribuição de renda”, “cidadania para todos” em detrimento da luta de classes (FRANÇA, 2013).

¹⁷ De acordo com Mattos (2009, p. 136): “a nova estrutura sugerida acabaria com a concepção de sindicato como frente única de trabalhadores, optando pelo modelo europeu dos sindicatos ideologicamente afinados com a Central a qual se filiam”.

¹⁸ Esta Confederação, “historicamente foi dominada pelo sindicalismo de negócios norte-americano, viveu um longo período de subordinação à lógica da guerra fria e, mais recentemente, passou a ser expressão da social-democracia europeia” (FRANÇA, 2013, p. 170).

O giro sofrido pela central herdeira do legado do *novo sindicalismo* brasileiro aprofundou-se ainda mais sob os governos petistas de Lula (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma (2011-2014 e 2015-2016), observando-se uma total subserviência da CUT ao governo federal. Tal processo gerou rupturas no interior desta central – assim como também o vivenciou o próprio Partido dos Trabalhadores –, levando, assim, a um lento e difícil processo de reorganização do movimento sindical e construção, ainda que de forma embrionária, de outros instrumentos de organização da classe trabalhadora, do qual a Central Sindical e Popular CSP-CONLUTAS é parte.

Vejamos, então, como se deu a atuação da CUT em meio aos governos petistas.

3.2.2 A adesão da CUT ao projeto de conciliação de classes dos governos petistas

Antes de adentrarmos no debate sobre a atuação da CUT durante os governos do Partido dos Trabalhadores, consideramos fundamental caracterizarmos esses governos tendo em vista a diferença que eles estabelecem com relação aos demais que implementaram o projeto neoliberal no Brasil. Desse modo, é imprescindível uma análise – ainda que breve – das movimentações das classes e frações de classe sob os governos petistas para que possamos compreender como vem se dando o enfrentamento ao neoliberalismo pelo movimento sindical, particularmente aquele segmento herdeiro do *novo sindicalismo*.

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, representou, de certo modo, uma derrota – ainda que conjuntural – ao projeto neoliberal, uma vez que as classes subalternas viam na candidatura do PT, uma contraposição ao projeto implementado por Fernando Henrique Cardoso ao longo da década de 90.

As eleições presidenciais de 2002, que levaram Lula da Silva e a aliança política por ele comandada ao governo brasileiro, foram saudadas interna e externamente como um marco do desgaste das políticas neoliberais, aplicadas cegamente pelos governantes brasileiros (com inspiração em outros casos internacionais) ao longo dos anos de 1990. Afinal, Lula, apesar de eleito por uma aliança com partidos conservadores e com declarações de campanha que reforçavam sua disposição de “não romper contratos”, era o sindicalista que havia comandado greves em plena ditadura militar e fundado o Partido dos Trabalhadores a partir das forças acumuladas pelo “novo sindicalismo” (MATTOS, 2009, p. 145).

Ainda que a aliança com um partido da burguesia, o PL do vice José Alencar, juntamente com a famosa *Carta ao Povo Brasileiro*¹⁹ fossem claras demonstrações das mudanças sofridas pelo PT nos últimos anos, verificam-se diferenças significativas com relação ao programa implementado pelo PSDB da década de 90. Como aponta Lopes (2012, p.223):

Apesar das sinalizações feitas durante a campanha, havia uma expectativa dos setores mais à esquerda no PT de que, eleito, Lula asseguraria um governo com essa orientação e que contribuiria para o fortalecimento das lutas sociais. Mas a eleição e o governo de Lula e do PT como oportunidade de contribuição ampla e efetiva para avanços na construção do projeto emancipador da classe trabalhadora e da sociedade brasileira não se efetivou. A opção histórica do líder sindical das lutas operárias de 1978 e combatividade do final do século XX, ancorado no maior partido nascido das lutas sociais na América Latina, foi colocar-se a tarefa de administração dos interesses do capital em um momento dos mais perversos para a classe trabalhadora: a financeirização com seu capital fictício, parasitário, o rentismo. Uma opção da qual não poucas vezes Lula manifestou orgulho em seus discursos.

Se é verdade, portanto, que Lula/PT não rompe com o neoliberalismo, também é inegável que o programa neoliberal implementado por este partido difere significativamente do programa do PSDB. Nesse sentido, cabe-nos refletir sobre as condições de sobrevivência deste modelo no século XXI e quais concessões a burguesia precisou fazer para se manter no poder. Do mesmo modo, é necessário analisarmos o movimento que existe no interior da classe trabalhadora com a ascensão do PT ao governo federal, através de seus instrumentos de organização e representação, no caso, nos limites do trabalho que ora apresentamos, trataremos, particularmente, do movimento sindical.

Antunes (2018), fala de uma processualidade contraditória na vitória de Lula nas eleições de 2002:

a vitória da “esquerda” no Brasil ocorreu quando ela estava mais fragilizada, menos respaldada e menos ancorada em seus polos centrais, que lhe davam capilaridade (classe operária industrial, assalariados médios e trabalhadores rurais), e quando o *transformismo* já havia metamorfoseado e convertido o Partido dos Trabalhadores em um *Partido da Ordem* (ANTUNES, 2018, p. 221, grifos do autor).

Ou seja, ao mesmo tempo que o voto em Lula pela classe trabalhadora, representa uma rejeição ao programa neoliberal implementado pelo PSDB na década de 1990, as alianças e o programa apresentado pelo Partido dos

¹⁹ Trata-se de “uma espécie de protocolo assumido por Lula/PT para com os banqueiros e o mercado internacional” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 51).

Trabalhadores naquele pleito, apontam claramente para uma continuidade do modelo neoliberal, ainda que sob a nuance do socialliberalismo²⁰ (ANTUNES, 2006, 2018) ou do neodesenvolvimentismo²¹ (BOITO JÚNIOR, 2018).

Armando Boito Júnior (2018) procedendo a um estudo sobre as relações de classes nos governos do PT destaca que sob o neoliberalismo no Brasil, que se iniciou com o governo Collor e sobrevive até os dias atuais, tem-se a hegemonia do grande capital financeiro internacional junto à burguesia compradora²². Tal fato não significa, porém, que outras frações de classe não tenham se beneficiado no governo petista. Aliás, segundo este autor, o atendimento dos interesses daquilo que ele chama de grande *burguesia interna*²³, constitui o traço distintivo do governo Lula.

[...] o governo Lula representa uma novidade: sem romper, *até aqui*, com a hegemonia do grande capital financeiro internacional, Lula promoveu a ascensão política da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder. Isto é, o governo Lula, pelo menos no tema que nos ocupa, que é o tema do empresariado e de sua relação com o Estado, não seria, a despeito de manter o modelo capitalista neoliberal, uma mera continuidade do governo FHC (Idem, p. 26, grifos do autor).

Sob o governo Lula, temos uma variante do projeto neoliberal. Ao invés da orientação neoliberal mais ortodoxa, representada pelo PSDB e seus aliados, o PT implementou um neoliberalismo ancorado no crescimento econômico do capitalismo brasileiro, a partir de uma frente política denominada por Boito Júnior (2018) de

²⁰ O social-liberalismo tem origem no Reino Unido, com a vitória de Tony Blair e seu partido New Labor – antigo Partido Trabalhista (Labour Party) –, em 1997, diante do desgaste do programa neoliberal implementado de maneira brutal pelo thatcherismo e apresenta-se como uma “terceira via”, propondo uma mesclagem entre o liberalismo e os elementos mais modernos da social-democracia, não rompendo, na essência, com o neoliberalismo. O Partido dos Trabalhadores, nas décadas de 90 e 2000, assumiu um programa similar, sendo os governos Lula e Dilma caracterizados por autores como Ricardo Antunes como social-liberais. “[...] a ‘terceira via’ foi, fundamentalmente, uma forma de preservação do essencial do neoliberalismo em sua política econômica, em seu desenho ideopolítico e em sua pragmática, com um verniz social-democrático cada vez mais descorado. Foi o que restou da social-democracia na fase mais destrutiva do capitalismo, que tenta mascarar alguns elementos do neoliberalismo, preservando sua engenharia econômica básica e sua ideologia regressiva. Por isso é que a ‘terceira via’ tem sido uma *via alternativa* que o capitalismo vem gestando para manter o fundamental do que o neoliberalismo *clássico* construiu e quer de todo modo preservar” (ANTUNES, 2018, p. 221, grifos do autor).

²¹ “O *neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal*” (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 106).

²² A burguesia compradora compreende aquela que representa os interesses dos países imperialistas no interior dos países dependentes e coloniais. No caso do Brasil, este setor da burguesia corresponde aos grandes bancos nacionais (BOITO JÚNIOR, 2018).

²³ “O conceito de burguesia interna indica a fração da burguesia que ocupa uma ‘posição intermediária’ entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições anti-imperialistas. Ver Poulantzas, 1976” (Idem, p. 25, grifos do autor).

neodesenvolvimentista, formada pela grande burguesia interna brasileira (sua força dirigente), a baixa classe média, o operariado urbano e os camponeses, sendo também composta pelos setores mais precarizados da classe trabalhadora.

O campo neoliberal ortodoxo reúne, *grosso modo*, o grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia plenamente integrada a esse capital, parte dos grandes proprietários de terra e a alta classe média do setor público e do setor privado (Ibidem, p. 159).

Apesar das diferenças óbvias dos governos de Lula e Fernando Henrique, há que se observar que o petista não rompe com o neoliberalismo, como aponta o autor supramencionado em outra passagem:

O que, sim, a literatura política e econômica aponta como certo é que a manutenção do modelo neoliberal, apenas reformado pela política neodesenvolvimentista, atende a poderosos interesses das grandes empresas e é possível demonstrar que grande parte da burguesia lutou e luta para que pilares desse modelo sejam mantidos (Ibidem, p.149).

Segundo Boito Júnior (2018), formou-se no Brasil a partir do século XXI uma frente política por ele denominada de *neodesenvolvimentista*. Esta frente apresenta um programa que tem por características:

a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo e que, portanto, têm maior impacto no crescimento da demanda; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juros favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica; e e) incremento do investimento estatal na superestrutura. [...] o governo Dilma iniciou mudanças na política de juros e cambial, reduzindo a taxa básica de juros e o *spread* bancário e intervindo no mercado de câmbio para desvalorizar o real, visando baratear o investimento produtivo e oferecer uma proteção – muito tímida, é verdade – ao mercado interno (Idem, p. 105).

Verifica-se, portanto, que este programa neodesenvolvimentista incorpora demandas da burguesia interna e de setores da classe trabalhadora, no entanto, o faz mantendo a hegemonia do grande capital internacional. Desse modo, ele difere – pelas condições históricas e políticas atuais – do programa desenvolvimentista do século XX.

O modelo neoliberal aplicado no Brasil a partir dos anos de 1990 diferencia-se do modelo desenvolvimentista, seja este em sua fase nacional reformista (1930-

1964), seja na fase pró-monopolista da ditadura militar (1964-1985), uma vez que, neste último modelo tivemos uma expansão dos direitos sociais e trabalhistas, ainda que de forma limitada, enquanto que naquele verificou-se um movimento inverso (Ibidem).

Aliás, foi exatamente essa regressão de direitos sociais e trabalhistas identificada na aplicação do receituário neoliberal durante toda a década de 90 no Brasil que ocasionou o desgaste deste modelo junto à classe trabalhadora e à baixa classe média, possibilitando, assim, a ascensão do PT à esfera de poder central em 2002. No entanto, numa análise das políticas macroeconômicas implementadas pelo governo Lula é possível observar que muitos direitos sociais e trabalhistas sofreram redução, abalando a própria unidade da frente neodesenvolvimentista como observaremos mais adiante.

Segundo Boito Júnior (2018), este movimento de regressão de direitos da classe trabalhadora no neoliberalismo é o que tem garantido a unidade política mínima das diversas frações da classe burguesa, tendo em vista que mesmo que haja algumas desvantagens para determinados setores, como é o caso da burguesia industrial que mesmo com o processo de desindustrialização²⁴ do país a partir da reestruturação produtiva, obtém vantagens provenientes do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas que superam os inconvenientes do modelo neoliberal.

Não é difícil notar, portanto, que mesmo a indústria, como parte da classe capitalista, tem algo a ganhar com o neoliberalismo, assim como também o faz a nova burguesia de serviços. Para tanto, a desregulamentação e a desmercadorização, mantidas pelo governo Lula, são essenciais.

Inclusive as grandes empresas, que se acredita respeitarem a legislação trabalhista, também usufruem, mesmo que indiretamente através de seus fornecedores e da prática da subcontratação, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos custos que essa desregulamentação propicia; a mercadorização de direitos e de serviços como saúde, educação e previdência também atende, de modo variado, diferentes setores da burguesia. Em primeiro lugar, ela estimula a expansão dos negócios de uma nova fração burguesa que eu denomino nova burguesia de serviços, beneficiária direta do recuo do Estado na área dos serviços é apenas uma das modificações promovidas pelo modelo neoliberal na composição da burguesia brasileira. Em segundo lugar, a mercadorização reduz os gastos sociais tradicionais do Estado, atendendo à pressão do grande capital para se apropriar do orçamento público (Ibidem, p. 27-28).

²⁴ De acordo com Boito Júnior (2018, p. 27), esse processo é entendido como “a redução do produto industrial no conjunto do produto interno bruto e como o rebaixamento tecnológico da indústria instalada”.

Outro elemento fundamental da política neoliberal é a privatização, que o governo Lula fez questão de manter, inovando com as Parcerias Público-Privadas para serviços públicos e infraestrutura. Como aponta Boito Júnior (2018), a privatização atinge de modo distinto os diversos setores da burguesia. O que se verifica com a diminuição das empresas estatais é a redução de um setor da burguesia nacional – a burguesia nacional de Estado que estava na cúpula dessas empresas – e o crescimento da nova burguesia de serviços. Esse quadro, denota uma importante mudança na composição da burguesia brasileira.

No que diz respeito à abertura comercial e desregulamentação financeira – elemento não menos importante do modelo neoliberal – verifica-se que este se choca com os interesses do capital industrial na medida em que privilegia o grande capital financeiro nacional e internacional (Ibidem).

No Brasil e em outros países dependentes, esse capital financeiro funciona, em grande medida, como capital usurário e predador – o capital dinheiro portador de juro que se valoriza, a taxas muito elevadas, sem financiar a produção capitalista (posse dos títulos da dívida pública, fornecimento de empréstimo ao consumidor a taxas que chegam a 8% ao mês, empréstimo consignado, a taxas ditas “populares”, dirigidos a assalariados e aposentados de baixa renda etc.) (Ibidem, p.32)

Como sabemos, sob os governos petistas o sistema financeiro lucrou exorbitantemente. De acordo com dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil e apresentados no Boletim nº 82 da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, de setembro de 2014, temos o seguinte balanço dos lucros do sistema financeiro nos governos de FHC, Lula e Dilma:

Tabela 1: Lucro líquido do sistema financeiro nacional, em valores corrigidos pelo IPCA

Governo	Total acumulado	Média anual
FHC (1995 – 2002)	R\$ 63,63 bilhões	R\$ 7,95 bilhões
Lula (2003 – 2010)	R\$ 254,76 bilhões	R\$ 31,84 bilhões
Dilma (2011 – 2013)	R\$ 115,75 bilhões	R\$ 38,58 bilhões

Fonte: Banco Central do Brasil *apud* CONTEC, 2014, p. 3.

Outro aspecto importante a ser considerado no tocante à implementação do modelo neoliberal no Brasil a partir dos anos 90 é que a abertura comercial e a desregulamentação financeira acabaram por prejudicar a grande indústria interna,

uma vez que esta perdeu mercado para os produtos importados, além de ter que pagar mais caro pelos empréstimos tomados junto aos bancos para incrementar seus negócios. Além disso, este setor sofreu também com a redução dos investimentos estatais em infraestrutura e fomento à produção (BOITO JÚNIOR, 2018).

A partir dos aspectos apresentados, observa-se que a fração burguesa que mantém a hegemonia sob o neoliberalismo, é o grande capital financeiro nacional e internacional, tendo em vista que absolutamente “todos os aspectos da política neoliberal – o desmonte do direito do trabalho e social, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira – atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia” (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 34).

Vale ressaltar que, com exceção do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, todos os outros aspectos da política neoliberal causam atritos no interior da burguesia, uma vez que, contrariam – alguns mais e outros menos – os interesses das demais frações burguesas que compõem o bloco no poder (burguesia média, burguesia de Estado, grande capital industrial) (Idem).

Com os governos de Lula e Dilma, verificam-se ações que intentaram minimizar os efeitos perversos do processo de reestruturação produtiva sobre a indústria nacional, fato que leva Boito Júnior a sustentar a ideia de que estes governos implementam um programa de desenvolvimento de novo tipo, por isso denominado de *neodesenvolvimentismo*.

Essa denominação enseja polêmica. Vários economistas têm enfatizado o processo de desindustrialização em curso no Brasil. Mantemos, ao menos por enquanto, tal denominação porque: a) os governos Lula e, principalmente, o governo Dilma tentam contrarrestar, sem romper com o modelo neoliberal, os efeitos desindustrializantes de tal modelo. Ao longo do biênio 2011-2012, Dilma Rousseff tomou uma série de medidas na área do câmbio, dos juros, dos impostos e das compras de Estado nessa direção; b) parece-nos que se pode falar em neodesenvolvimentismo ainda que a indústria de transformação não tenha, como de fato não tem, o papel que teve no velho desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2012); e c) o neodesenvolvimentismo envolve, também, uma política social de transferência e distribuição de renda – aumentos reais do salário mínimo e políticas compensatórias (Ibidem, p. 107).

Os aspectos que diferenciam os governos petistas dos governos de Collor, Itamar e FHC dizem respeito tanto ao atendimento de algumas demandas de setores da burguesia brasileira que vinham sendo menosprezadas pelos governos neoliberais da década de 90 quanto à implementação de uma política social

focalizada e assistencialista que se volta para os segmentos mais marginais da classe trabalhadora. Tudo isso, sem deixar de atender aos interesses do grande capital nacional e internacional. Assim, “o governo Lula tanto minimizou os níveis de indigência social como favoreceu o grande capital, abrindo o país ao capital forâneo. E fez ainda mais: transnacionalizou setores importantes da burguesia brasileira” (ANTUNES, 2018, p. 223). Como aponta Boito Júnior (2018), os governos do PT encheram de fôlego (e de lucro) a burguesia interna brasileira.

A conformação da frente neodesenvolvimentista nos governos petistas – que denota uma aliança ampla, ainda que pragmática, entre setores da burguesia e da classe trabalhadora – só foi possível graças ao transformismo vivenciado ao longo da década de 1990 pelo Partido dos Trabalhadores e por alguns movimentos cujo núcleo dirigente seja o mesmo do partido, como é o caso da Central Única dos Trabalhadores. Desse modo, o programa apresentado por Lula em 2002 e a conformação desta frente apenas expressam o processo de mudanças operadas no interior do PT nos anos anteriores e não o contrário. Ou seja, não foi o PT que mudou ao chegar ao poder (à esfera de poder central), mas foi a mudança por ele sofrida que possibilitou a conformação desta vasta aliança, tornando-o mais tragável à burguesia.

A composição da frente neodesenvolvimentista que dá sustentação aos governos do PT, nos possibilita perceber as contradições e dificuldades dos governos petistas em atender aos interesses de todos os seus pares, dificuldade esta que se agrava ainda mais com os efeitos da crise econômica mundial sobre o Brasil.

No que tange às classes e frações de classes que dão sustentação aos governos Lula e Dilma, Boito Júnior (2018) aponta para a grande burguesia interna, que se constitui como força dirigente da frente, está presente nos mais diversos setores da economia (agronegócio, mineração, construção pesada, indústria de transformação, grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional) e reivindica o favorecimento e proteção do Estado na concorrência com o capital estrangeiro.

[...] a priorização dos interesses dessa fração do grande capital interno pelo Estado brasileiro nos governos Lula da Silva e Dilma Rouseff aparece em inúmeros aspectos da política econômica. Um elemento fundamental é a busca de superávits na balança comercial que favoreceu enormemente o agronegócio, a mineração e outros setores ligados à exportação de

produtos agropecuários e de recursos naturais. A política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) [...] passou a contar com um orçamento muitas vezes maior que aquele de que dispunha na década de 1990 e a priorizar um reduzido número de grandes empresas predominantemente nacionais como receptores dos programas de empréstimos a juros favorecidos ou subsidiados. A política de compras do Estado brasileiro e das grandes empresas estatais também mudou sob os governos neodesenvolvimentistas. Essa política passou a priorizar as grandes empresas predominantemente nacionais ou implantadas no Brasil. Finalmente, a política externa do Estado brasileiro articulou-se com essa nova política econômica e também de modo a priorizar os interesses da grande burguesia interna. Um fato importante nessa área foi o arquivamento das negociações em torno da Alca, bem como o fortalecimento do Mercosul. Aliás, nesse importante episódio da política externa, grandes empresários e o movimento sindical e popular acabaram convergindo para uma posição. A grande burguesia interna é a força que mais ganha com a política neodesenvolvimentista (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 108–109).

No que tange às classes dominadas, compuseram a frente neodesenvolvimentista: o operariado urbano e a baixa classe média, através do sindicalismo e do PT; o campesinato, através de organizações de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); os trabalhadores desempregados, subempregados, marginalizados, organizados em movimentos populares, como os movimentos por moradia e desempregados, ou aqueles setores desorganizados, que são a ampla maioria da base social dos governos Lula e Dilma, beneficiários prioritários dos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (Idem). Aqui vale a ressalva de que o PT não logrou organizar os setores desorganizados da classe trabalhadora.

A política social dos governos petistas foi centrada não na área do direito do trabalho e dos direitos sociais, mas, sim, nas políticas de transferência de renda para a massa marginal. A criação de direitos trabalhistas nem mesmo atingiria os integrantes desse contingente populacional – a exceção são as trabalhadoras domésticas, e para essas o governo Dilma Rousseff reservou, justamente, o acesso aos direitos trabalhistas consagrados na CLT. Sendo o lulismo uma variante do populismo, ele não organizou politicamente a sua base social. Manteve-a politicamente dispersa e na condição de jazida de votos para os candidatos presidenciais do PT (Ibidem, p. 133).

Não é difícil de imaginar que os conflitos no interior da frente se deram, fundamentalmente, pelo choque de interesses existentes entre as classes que sustentaram os governos petistas e entre as diversas frações da burguesia que compõem essa frente. Por exemplo: a grande burguesia interna sempre relutou nas concessões feitas às classes populares. Nesse sentido, tivemos particularmente a

ofensiva do empresariado brasileiro contra os gastos públicos com os trabalhadores (reajustes para o funcionalismo, reajustes do salário mínimo, previdência social etc.) ao passo que reivindicavam maiores investimentos do Estado com infraestrutura, proteção alfandegária etc. Ou seja, “querem um Estado enxuto para os trabalhadores e dadivoso para os empresários” (Ibidem, p. 94).

Um outro ponto de fragilidade da frente, diz respeito aos interesses do agronegócio e do campesinato que se chocam no tocante à reforma agrária. Embora algumas pautas dos movimentos camponeses tenham sido atendidas sob os governos petistas, como o financiamento da agricultura familiar e programas de compra da produção camponesa, outras andaram a passos de tartaruga, como é possível observarmos nas desapropriações de terras e abertura de novos assentamentos. “Os governos Lula e Dilma reduziram muito as desapropriações de terra. O agronegócio tem um peso importante na política neodesenvolvimentista, fato que bloqueia a política de desapropriações” (Ibidem, p. 111).

Quanto às contradições no interior da grande burguesia interna, esta se deu “entre o capital bancário e o capital produtivo na questão da política de juros e de rolagem da dívida pública, entre a indústria de transformação e o agronegócio na questão dos acordos internacionais, e entre seções regionais dessa fração” (Ibidem, p. 114-115).

É importante ressaltar, porém, que apesar das contradições existentes no interior desta frente, esta sobreviveu por bastante tempo, sendo responsável pela salvaguarda dos mandatos de Lula e Dilma em momentos de crise ou dificuldade extrema, à exceção da crise de 2014 que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

As forças que a integram, embora entrem em conflito, muitas vezes duro, em torno de questões econômicas como salário, direitos trabalhistas e sociais, desapropriação de terra e outras, em momentos críticos do processo político nacional, essas forças têm agido conjuntamente. Foi assim em 2002, na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que ficou conhecida como “Crise do Mensalão” e chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a Presidência da República, e novamente em 2010, na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff (Ibidem, p. 113).

A permanência dos setores burgueses nos governos petistas, como podemos observar, deu-se à custa dos interesses das classes subalternas. Se é verdade que os governos de Lula e Dilma, tiveram um programa para os mais pobres, como já

citado anteriormente, é inegável que os setores burgueses foram os que mais ganharam com os governos petistas, particularmente a burguesia interna (ou nacional). Como aponta Safatle (2013, s/p):

Sabemos o que foi o acordo que produziu o lulismo. Ele consistiu na transformação do Estado em indutor de processos de ascensão por meio da consolidação de sistemas de proteção social, do aumento real do salário mínimo e incentivo ao consumo. Na outra ponta do processo, o governo Lula autocompreendeu-se como estimulador da reconstrução do empresariado nacional em seus desejos de globalização. Para tanto, a função do BNDES como grande financiador do capitalismo nacional consolidou-se de vez.

Em uma caracterização sobre o lulismo, Boito Júnior (2018) afirma que este estabelece uma relação de tipo neopopulista²⁵ com os trabalhadores da massa marginal que compõem a frente neodesenvolvimentista. No entanto, os governos Lula e Dilma, para este autor, não foram governos populistas como os de Getúlio Vargas, uma vez que foi a burguesia interna brasileira a fração hegemônica no bloco do poder.

Duas frações burguesas rivais vêm polarizando a disputa pela hegemonia no bloco do poder no Estado brasileiro no período de vigência do modelo capitalista neoliberal: a grande burguesia interna, que agrega segmentos do agronegócio, da indústria e dos bancos, e a burguesia associada, representada pelas empresas integradas, das mais diferentes maneiras, aos investimentos estrangeiros presentes no capitalismo brasileiro. O governo FHC representou a hegemonia da grande burguesia associada e do capital internacional; os governos Lula e Dilma, a da grande burguesia interna (Idem, p. 140).

²⁵ Em oposição à caracterização de André Singer de que o lulismo é um fenômeno de tipo bonapartista, Boito Júnior caracteriza-o como neopopulista, uma variante do populismo, fenômeno apresentado pelo autor como “fetiche do Estado protetor”. Como exemplo máximo de populismo no Brasil, tem-se o varguismo. “No caso do lulismo, suas bases sociais, seus objetivos e seus inimigos, embora apresentem semelhanças com aqueles do varguismo, diferenciam-se deles em inúmeros aspectos. O traço comum a ambos é que suas bases sociais aspiram à proteção do Estado e o fazem por razões populares e progressistas: crescimento econômico, distribuição de renda e, em medida maior ou menor, uma disposição para apoiar a afirmação do Estado brasileiro diante das potências imperialistas. [...] o varguismo tinha uma ambição maior que o lulismo. O varguismo lutou para reformular a antiga divisão internacional do trabalho e industrializar o país. [...] Uma vez no poder, o varguismo apoiou-se numa classe operária sindicalmente ativa, com segmentos significativos vinculados a um partido comunista, e potencialmente ameaçadora para a ordem burguesa. [...] O apoio dessa base social custou ao populismo a implantação de direitos sociais e trabalhistas que até hoje atormentam a burguesia brasileira. Para extirpar o varguismo da política brasileira foram necessários um golpe de Estado e a implantação de uma ditadura militar que durou duas décadas. Já o lulismo, esse nasce em situação histórica distinta, de defensiva do movimento operário em escala nacional e internacional, e ambiciona menos. A sua principal – não exclusiva – base social são os trabalhadores da massa marginal. É uma base com menor potencial de pressão e de desestabilização do processo político do que aquele que apresentava a base do varguismo” (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 131-132).

O Partido dos Trabalhadores na ânsia de ganhar a confiabilidade da burguesia para sustentação de seu governo, implementou uma política que privilegiava os interesses da classe capitalista, mais especificamente um setor da burguesia nacional, ao passo que fazia algumas pequenas concessões para as classes dominadas.

Tudo isso se deu a um custo grande para o partido e para classe trabalhadora, na medida em que o PT substituiu a organização de base das classes subalternas pelas alianças com os setores burgueses. O resultado desse processo, como assistimos recentemente, foi a incapacidade do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sociais que apoiavam os governos petistas de mobilizarem os trabalhadores contra o golpe de 2016 e impedirem a ascensão da extrema direita, pela via eleitoral, com a vitória de Bolsonaro (PSL) no pleito de 2018²⁶.

No campo político, o lulismo baseou-se, por um lado, na transformação de grandes alianças heteróclitas em única condição possível de “governabilidade”, retirando da pauta dos debates políticos toda e qualquer modificação estrutural nos modos de gestão do poder. Ele ainda referendou um modo de gestão de conflitos políticos que encontra suas raízes brasileiras na Era Vargas. Trata-se da transposição dos conflitos entre setores da sociedade civil para o interior do Estado. Assim, durante o governo Lula, o conflito entre os monetaristas e desenvolvimentistas encontrou guarida na briga entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda. A luta entre ruralistas e ecologistas incrustou-se nos embates entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente. Do mesmo modo, as querelas entre os militares e os defensores dos direitos humanos expressaram-se na colisão entre o Ministério da Defesa e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Idem).

²⁶ Pelos limites deste trabalho, não teremos condições de analisar o golpe de 2016, muito embora as raízes deste processo sejam de alguma forma apontadas aqui. No entanto, consideramos importante uma reflexão de Boito Júnior sobre como o fetiche ao Estado protetor, próprio do lulismo, impediu de certo modo, uma defesa do governo Dilma pelas classes subalternas no episódio do golpe. Com as palavras, o próprio autor: “O neopopulismo lulista é a chave para entendermos o fato de ter sido frágil a resistência popular ao golpe parlamentar perpetrado no Brasil em 2016. Na luta contra o *impeachment* de Dilma Rousseff, as direções e os ativistas dos movimentos populares que organizam os trabalhadores da massa marginal, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outros, foram presença constante e destacada nas manifestações de rua. [...] Mas o enorme contingente de trabalhadores da massa marginal esteve completamente ausente das manifestações contra o golpe parlamentar. As massas iludidas pelo fetiche do Estado não se organizam nem defendem suas lideranças; na verdade, imaginam que elas são poderosas o suficiente para vencer as dificuldades sozinhas. Esperam ser defendidas por elas. De resto, se o PT ou o governo Dilma tivessem decidido, de última hora e vendo o crescimento da força do inimigo, apelar a essas massas, encontrariam grandes dificuldades para recuperar o tempo perdido em que as deixaram dispersas e politicamente passivas. A massa marginal só reapareceu na política nacional em agosto de 2017, um ano depois de consumado o golpe parlamentar, na “Caravana Lula pelo Brasil”. E reapareceu como massa nos comícios e caminhadas de Lula, recebendo-o com entusiasmo, mas politicamente desorganizada. Lula visitou os nove estados da região Nordeste e dezenas de cidades. Revigorou o lulismo: grande entusiasmo popular e saldo organizativo zero. O lulismo voltou a se afirmar como neopopulismo” (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 137).

Nesse sentido, a chance real de um enfrentamento maior ao neoliberalismo no Brasil por parte do Partido dos Trabalhadores foi perdida com os governos Lula e Dilma. Como aponta Antunes (2018, p. 225, grifos do autor):

O governo Lula, que poderia ter iniciado o desmonte efetivo do neoliberalismo no Brasil, acabou se tornando, a princípio, seu prisioneiro e, depois, seu lépido agente, ainda que sob a forma do *social-liberalismo*, incapaz de principiar a desestruturação dos pilares da dominação burguesa. O desmoronamento do projeto de governo do PT era questão de tempo. Esse tempo chegou quando a crise atingiu o Brasil em profundidade.

Feitas essas considerações sobre os governos petistas e seu projeto de conciliação de classes, vejamos então como se dá a relação da Central Única dos Trabalhadores – principal central sindical brasileira e herdeira do novo sindicalismo – com os governos do PT.

Antes de mais nada, é importante considerarmos o cenário adverso que se impõe para o conjunto da classe trabalhadora brasileira e para o movimento sindical, em especial, a partir dos anos 90, com a entrada do Brasil na rota do neoliberalismo. Nesse sentido, para não cairmos numa visão simplista do processo de adesão cutista ao projeto de conciliação de classes, apenas apontando o processo de cooptação vivenciada por esta central nos governos de Lula e Dilma, é importante sempre nos remetermos aos elementos econômicos, sociais e políticos que este aponta.

Destarte, como já amplamente demonstrado no capítulo anterior, o processo de reestruturação capitalista marcado pela reestruturação produtiva, pela flexibilização das relações de trabalho e pelo ataque aos direitos sociais e trabalhistas apresentou inúmeros novos desafios ao movimento sindical. É nesse cenário complexo para o sindicalismo brasileiro e a organização da luta da classe trabalhadora que se dá a chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores ao Palácio do Planalto, em 2002. Tal chegada poderia sinalizar o desmonte do neoliberalismo no Brasil e, portanto, dias melhores para os trabalhadores brasileiros, mas, infelizmente, não foi o que aconteceu.

Embora haja uma diferença entre o governo de Lula da Silva e o de Fernando Henrique Cardoso, como já indicamos, a reversão do quadro de ataques aos direitos sociais e trabalhistas não se deu com a ascensão do PT ao governo central e a relação que a Central Única dos Trabalhadores estabeleceu com os governos

petistas foi de subserviência completa, perdendo a relativa autonomia que tinha diante do Estado.

O governo do Partido dos Trabalhadores (PT), desde seu primeiro mandato, não tem contribuído para superar as dificuldades que se impõem ao movimento sindical. A proximidade entre uma parcela do sindicalismo brasileiro e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ao invés de fortalecer a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores e de seus organismos de representação, tem evidenciado suas debilidades (GALVÃO, 2009, p. 179).

Se é verdade que a atuação da CUT, a partir dos anos 90, com sua adesão ao *sindicalismo propositivo*, vinha distanciando-se da perspectiva do confronto e, por isso, tendo cada vez mais dificuldades de diferenciar-se da Força Sindical, central neoliberal criada em 1991, também é verdade que aquela central apesar das inúmeras negociações travadas com os governos Collor, Itamar e FHC, fazia-lhes oposição aberta e declarada, colocando-se em inúmeros momentos contrária e organizando a luta contra as reformas neoliberais destes governos²⁷. O mesmo não ocorre, porém, sob os governos do Partido dos Trabalhadores. Como salienta Galvão (2009, p. 181):

No governo Lula, porém, a perspectiva crítica vai se esvaindo, na medida em que o partido que fazia oposição às “reformas orientadas para o mercado” acabou por assumi-las. A estreita relação entre a *Articulação Sindical* e a principal tendência petista, e o fato de as correntes majoritárias no interior da CUT e do PT terem passado por um processo de conversão ideológica semelhante, que as levou à assimilação de elementos do ideário neoliberal, parecem-nos ser o principal elemento explicativo para o enfraquecimento da perspectiva crítica.

Um bom exemplo desta mudança de postura assumida pela CUT nos governos petistas, tomados como governos aliados, diz respeito à reforma da previdência apresentada por Lula, em 2003, e votada no Congresso Nacional sob forte resistência até mesmo de sindicatos filiados a esta central – principalmente sindicatos de servidores públicos que protagonizaram uma forte marcha em Brasília –, e de parte da bancada petista, fato que ocasionou a expulsão de alguns parlamentares do PT que votaram contra a orientação do governo e da direção nacional do partido. Estes parlamentares – Heloísa Helena (senadora por AL), João

²⁷ Vale ressaltar que tais posições críticas e de enfrentamento aos governos neoliberais na década de 1990 são fruto dos embates protagonizados, principalmente, pelas correntes mais à esquerda no interior da CUT, uma vez que a *Articulação Sindical*, corrente hegemônica, tentou por vezes negociar com estes governos direitos inegociáveis e foi duramente criticada pelo conjunto das outras correntes, a exemplo, do episódio da reforma da Previdência de FHC aqui já relatado.

Batista Araújo, o Babá (deputado federal pelo PA) e Luciana Genro (deputada federal pelo RS) – mais tarde fundaram o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que fez oposição pela esquerda aos governos petistas.

Mesmo sob forte descontentamento da base, a direção majoritária da CUT não titubeou em apoiar incondicionalmente o governo Lula na reforma da previdência ainda que este apoio lhe custasse a responsabilidade de apoiar uma reforma que retirou direitos dos trabalhadores, sobretudo, dos funcionários públicos.

Essa reforma gerou grande insatisfação nos servidores públicos, contrários à taxação dos inativos, ao fim da aposentadoria integral e da paridade entre ativos e inativos, bem como à criação de fundos de pensão. Embora a cúpula da central criticasse alguns pontos da reforma, como a taxação dos inativos, e fosse favorável a um benefício de valor mais elevado e a uma previdência complementar pública, procurou preservar o governo de qualquer desgaste, opondo-se à greve que havia sido convocada por entidades de servidores, muitas delas ligadas à CUT, e defendendo, em seu lugar, a negociação dos pontos polêmicos (Idem, p. 182)

Sobre o apoio da CUT à proposta de reforma da previdência do governo Lula, vale pontuar algumas questões. A primeira delas é que o apoio da direção cutista se deu à revelia do posicionamento da base, uma vez que os servidores públicos federais realizaram uma greve nacional e protagonizaram as primeiras mobilizações de massa contra o governo Lula, a exemplo de uma marcha nacional que reuniu aproximadamente cerca de 70 mil manifestantes em Brasília (MATTOS, 2009).

A segunda observação é a de que a proposta de reforma da previdência foi apresentada e referendada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social – CDES, fórum tripartite no qual a CUT tinha assento. Ou seja, esta central referendou tal proposta desde a sua construção, já que ela não é fruto de amplo debate posto na sociedade, mas advém de um espaço privado do qual participavam os grandes empresários devedores da previdência pública e sindicalistas cutistas (Idem).

O diferencial em relação às lutas contra as reformas do período FHC foi o posicionamento da CUT, cuja direção agora se apresentava publicamente em oposição à greve dos servidores e, embora apresentasse críticas pontuais à proposta do governo, afirmava apoiar sua concepção geral de instituir um teto dos proventos e criar o espaço das “aposentadorias complementares” para os fundos de pensão privados, em substituição ao direito dos servidores à aposentadoria integral. Afinal a CUT possuía acento *[sic]* no CDES, respaldando o espaço em que a proposta fora gestada (Ibidem, p. 147).

De acordo com Andréia Galvão (2009), o governo Lula numa clara tentativa de cooptação dos sindicatos em meio ao descontentamento destes com a proposta de

reforma da previdência apresentada, propôs-lhes a possibilidade de criação de fundos de pensão a serem oferecidos aos filiados como mais um serviço ofertado pelo sindicato. Ou seja, a vantagem para os sindicatos está em se tornarem gestores de fundos privados que servirão para aumentar a arrecadação do sindicato.

Vale dizer que desde aquela época, “as centrais têm [tinham] criado novas formas de assegurar sua sustentação financeira, vendendo a seus filiados empréstimos em condições ‘especiais’ e cartões de crédito” (Idem, p. 182). Assim, sobretudo a partir do governo Lula, a CUT vai aproximando-se cada vez mais intensamente do sindicalismo negocial, sendo cada vez menor os limites postos entre CUT e Força Sindical, por exemplo.

Um fato simbólico que nos ajuda a perceber essa postura da CUT cada vez mais próxima da prática sindical empreendida pela FS, diz respeito à comemoração do primeiro de maio. Tal data, histórica para a luta dos trabalhadores, sempre foi comemorada pelo movimento sindical combativo com manifestações em favor dos direitos da classe trabalhadora e contra a exploração capitalista. Desde 2004, sob o governo Lula, a CUT passou a organizar festas com artistas populares, tal qual a Força Sindical já vinha fazendo na década de 1990. Estes megaeventos costumam contar com o patrocínio dos setores público e privado, tendo a tônica da festa tomado o lugar do ato político (Ibidem).

O que se observa a partir da ascensão do PT ao governo federal é uma proximidade cada vez maior nas posturas assumidas pela CUT e Força Sindical. Tendo em vista a trajetória das duas e a identificação desde sempre desta última com o neoliberalismo, evidencia-se que o transformismo sofrido pela CUT fez com que esta central se distanciasse bastante da luta contra o programa neoliberal. Com a vitória de Lula em 2002, a Central Única dos Trabalhadores não somente apoia o governo do Partido dos Trabalhadores como passa a fazer parte do aparelho de Estado brasileiro, como demonstra Braga (2012, p. 204):

[...] o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais. Além disso, posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. Vários deles assumiram posições de grande prestígio em empresas estatais – como, por exemplo, Petrobras e Furnas Centrais Elétricas –, além de integrarem o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo federal promoveu, ainda, uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o imposto sindical e transferindo

anualmente cerca de 100 milhões de reais para essas organizações. Tudo somado, o sindicalismo brasileiro elevou-se à condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no país.

Estes elementos nos ajudam a compreender a postura assumida pela direção da CUT diante de medidas tomadas pelo governo que iam na contramão dos direitos sociais e trabalhistas, contrariando, inclusive, as lutas empreendidas pela base dos sindicatos, como no caso da reforma da previdência.

Esta burocracia sindical que assume cargos de direção nos governos petistas, tratada por Francisco de Oliveira em *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* como uma *nova classe*²⁸, foi fundamental para o processo de aprovação da reforma da previdência, dado a influência que estes conseguem ter sobre o movimento sindical e os interesses particulares que se colocam como necessidade primeira para a aprovação da reforma, uma vez que estes são os novos gestores dos fundos de pensão.

No ornitorrinco brasileiro, diz Chico de Oliveira, há uma *nova classe* que ascendeu ao poder com o Governo Lula. Ela não é, entretanto, a classe trabalhadora que, afinal, teria chegado ao paraíso... Embora ela tenha sua origem em antigos trabalhadores e proletários do passado recente, muitos deles *ex-cutistas*, estes transformaram-se, ao longo desse último decênio, em *analistas simbólicos* que chegaram à fonte da mina, aos fundos de pensão, à gestão das estatais, à definição de quem vai se beneficiar dos Fundos de Amparo ao Trabalhador (FATs), fundos que hoje aproximaram tanto (outro traço do ornitorrinco) a CUT da Força Sindical. No Governo FHC, eles eram *doublés* de banqueiros, núcleo duro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como diz Chico. No PT (e há aqui uma clara continuidade) eles são os novos operadores dos fundos de previdência. Aliás, é por esse veio analítico que também se pode compreender a virulência com que o Governo Lula impôs a (contra) reforma da (im) previdência, levando os banqueiros ao universo catártico, sem nem mesmo precisar do circo..., enquanto a política econômica servil do Governo Lula desertifica ainda mais nosso solo social, ampliando o desemprego e miséria (ANTUNES, 2005, p. 162, grifos do autor).

Conforme podemos verificar, esta burocracia sindical advinda em parte do seio do novo sindicalismo para a gerir diretamente os negócios da burguesia, como se fossem seus. Os interesses dos trabalhadores para essa burocracia sindical, como se constata em episódios como a reforma previdenciária e sindical ficam em último plano.

²⁸ “Francisco de Oliveira (2006) entende que a elite do sindicalismo nacional, e por conseguinte o grupo dirigente do PT, passou a constituir uma nova classe social a ocupar posições nos conselhos de administração das principais fontes de recursos para investimentos no país, entre elas o BNDES e os fundos de pensão das empresas estatais, como a Petrobras. Assim esses novos ‘gestores’ descolar-se-iam da representação dos interesses específicos dos trabalhadores, que não seriam mais os seus” (SOARES, 2013, p. 550)

Ruy Braga em trabalho intitulado *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, demonstra que esse processo se gesta no interior do Sindicato dos Bancários de São Paulo, dirigido pela CUT, sendo este sindicato o principal elo de ligação da aliança empreendida por Lula entre a burocracia sindical petista e o capital financeiro. Segundo este autor,

o cimento desse pacto foram os setores da burocracia sindical que se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais. O Sindicato dos Bancários de São Paulo forneceu os quadros políticos para essa operação. Enquanto os sindicalistas egressos das fileiras dos metalúrgicos do ABCD ocupavam-se da política trabalhista e Luiz Marinho tomava assento no Ministério do Trabalho, os sindicalistas bancários de São Paulo voavam rumo ao mercado financeiro. Esse voo era um desejo antigo. Gilmar Carneiro, presidente do sindicato entre 1988 e 1994, declarou quando ainda ocupava o posto de diretor que, ao fim de seu mandato, poderia ser diretor do Banco do Estado do Rio de Janeiro, do qual havia sido funcionário. Seu sonho não foi realizado, mas logo a seguir Carneiro transformou-se em diretor de um dos braços financeiros do sindicato, a Cooperativa de Crédito dos Bancários de São Paulo. Seu predecessor Luiz Gushiken, presidente de 1985 a 1987, foi mais longe. Tornou-se eminência parda dos fundos de pensão estatais, sendo decisivo para a indicação do comando do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ, da Petrobras, a Petros, e da Caixa Econômica Federal, a Funcef (BRAGA, 2012, p. 205).

Não é difícil de entender, portanto, a posição defendida por estes sindicalistas à frente de importantes postos de comando do Estado sob os governos do PT. Uma vez que estes passaram a gerir parte dos negócios da burguesia, seu compromisso passa a ser com a rentabilidade dos ativos financeiros dos fundos (Idem).

Aqui vale uma ressalva sobre os fundos de pensão brasileiros. Como demonstra Braga (2012), estes têm sido fundamentais no processo de fusões e aquisições de empresas no país, garantindo, portanto, a oligopolização da economia brasileira, o que traz severas consequências para a classe trabalhadora, através da intensificação dos ritmos de trabalho, enxugamento de diversos setores administrativos das empresas e enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores.

Essa função de linha auxiliar do investimento capitalista decorre da própria natureza periférica da estrutura econômica brasileira [...]. Os fundos de pensão têm atuado nessa linha, buscando solucionar a relativa carência de capital para investimentos. O curioso é que, no período atual, a aposentadoria do trabalhador, administrada por burocratas sindicais oriundos do novo sindicalismo, está sendo usada para financiar o ciclo de fusões e aquisições de empresas, além de reforçar os investimentos no setor de produção de energia. Ou seja, os fundos de pensão transformaram-se em peças-chaves para a reprodução do atual modelo de

desenvolvimento brasileiro apoiado nos quatro “motores” da acumulação: bancos, mineração, petróleo e agronegócios (Idem, p. 207).

Além do já citado episódio da reforma da previdência de Lula, em que a direção majoritária da CUT não organizou a resistência a este ataque à classe trabalhadora, também em 2004, a Articulação Sindical atuou na contramão dos interesses dos trabalhadores, dessa vez os do setor bancário, havendo, pois, uma reviravolta da base da categoria bancária que se opôs ao acordo celebrado entre a Confederação Nacional do Bancários (CNB), dirigida pela CUT, e o setor empresarial. Contrariando a decisão da cúpula sindical a base votou pela deflagração de uma greve contra o acordo firmado, buscando um reajuste mais elevado. O mesmo se deu no ano de 2006 quando a CBN tentou evitar a greve bancária a fim de evitar o desgaste do governo, tendo em vista que aquele era um ano eleitoral e que Lula disputava a reeleição (GALVÃO, 2009).

A aproximação entre CUT e Força Sindical durante os governos petistas, chama a atenção pela postura extremamente subserviente da primeira em relação ao governo, evitando a todo custo fazer críticas mesmo quando as ações governistas atentavam contra o interesse de seus filiados, o que por vezes ocasionava desgaste na relação entre base e direção cutista.

Galvão aponta que em alguns momentos a Força Sindical chegou a proferir um discurso até mais duro que o da CUT na crítica ao governo Lula, assumindo algumas bandeiras deixadas de lado por esta central em favor da defesa cega do governo que ela tinha como seu. Obviamente que com tal postura a Força Sindical tentava capitanear o descontentamento que existia em uma parcela organizada dos trabalhadores que se viam decepcionados com as ações do governo. Não se tratava, portanto, de uma crítica de cariz ideológico verdadeiro, uma vez que a Força Sindical nunca fez uma oposição ferrenha ao programa neoliberal aplicado pelos diferentes governos.

Nos anos de 2003 e 2004, a Força Sindical teceu algumas críticas ao baixo valor do reajuste do salário mínimo que à época foi de R\$ 20,00. Na ocasião, o presidente desta central chega até mesmo a criticar a submissão do governo ao FMI, discurso que era comumente proferido pela CUT dos anos 80 e 90, já que esta era uma das bandeiras do *novo sindicalismo*. Enquanto a Força Sindical fazia tais críticas, a CUT tratava de justificar o reajuste concedido pelo governo, apresentando os entraves orçamentários e comprometendo-se a cobrar mais do governo que ela

ajudou a eleger. Em 30 de abril de 2004, a Força Sindical, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) chegaram a lançar um manifesto contra a política econômica do governo Lula, documento este que não foi assinado pela CUT (Idem).

Em 2005 temos a confluência do discurso da Força Sindical e da CUT sobre a política de juros altos do governo, no entanto, esta última atua também na defesa do governo e da proposta de reforma sindical por ele apresentada. No ano seguinte, a CUT reiterou sua crítica aos juros altos praticados pelo governo, mas defendeu publicamente a reeleição de Lula, destacando alguns dos benefícios deste governo para os trabalhadores, a exemplo do aumento do salário mínimo e da disposição do governo em dialogar com as centrais sindicais (Idem).

Vale destaque nesta análise acerca da atuação do movimento sindical nos governos petistas, a postura da CUT diante da proposta de reforma sindical e trabalhista apresentadas pelo governo Lula. Segundo Galvão (2009), tais reformas são um marco no processo de reconfiguração do movimento sindical brasileiro sob o governo Lula.

A proposta de reforma sindical gestada no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), portanto, com a participação da CUT, ia na contramão daquilo que esta central defendia em suas origens. Conforme Antunes (2018, p. 277):

As propostas que emergiram das negociações do FNT caminharam na contramão dos princípios que nortearam a criação da CUT. Além de um conjunto de proposições voltado à flexibilização dos direitos do trabalho, visando beneficiar as cúpulas sindicais em detrimento das bases operárias, buscou-se transferir para as centrais e suas direções o exercício de negociação, restringindo a ação dos sindicatos e das assembleias de base. Mais ainda, as centrais passariam a ser mensuradas e definidas pela sua representação, dificultando a vida organizativa de entidades mais autônomas, uma vez que a proposta contemplava limites mínimos para o reconhecimento da representação dos sindicatos. Por fim, estabelecia que o imposto sindical e demais contribuições ou taxas assistenciais seriam substituídos pela denominada “contribuição de negociação coletiva” (de até 1% da renda líquida do trabalhador no ano anterior), obstando diretamente a vontade de cotização autônoma, livre e voluntária dos trabalhadores para a manutenção dos sindicatos.

Antunes observa que a reforma sindical, na verdade, prepara o terreno para o desmonte dos direitos trabalhistas. Diferentemente, do que anunciara o governo Lula de que primeiro se fortaleceria os sindicatos para que estes estivessem em melhores condições de negociação quando da realização da reforma trabalhista, o que se

verificou, contudo, foi que a proposta apresentada à época consistia na “negação da autonomia, da liberdade e da independência sindicais” (ANTUNES, 2006, p.46).

De acordo com Soares (2013), a proposta de reforma sindical e trabalhista do governo Lula ao invés de sepultar a velha estrutura sindical corporativista fazia exatamente o contrário, aperfeiçoando o sindicalismo de Estado e, portanto, fortalecendo o peleguismo e o neopeleguismo em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

A crise política que abalou o governo Lula em 2005 – com os escândalos de corrupção vindo à tona no que ficou conhecido como Mensalão –, de um lado, e a resistência dos setores tanto à esquerda quanto à direita e ao centro do movimento sindical de outro, acabaram inviabilizando a tramitação da proposta de reforma sindical e trabalhista no Congresso Nacional naquele ano. No entanto,

parte das medidas acabou sendo contempladas pela Lei 11.648, de 2008, que legalizou as centrais sindicais brasileiras, estabelecendo os requisitos para que fossem reconhecidas oficialmente. A lei também estabeleceu, por meio de alteração na CLT, novos critérios de distribuição do imposto sindical de forma a contemplar as centrais (ANTUNES, 2018, p. 277).

A partir da promulgação desta lei, as centrais sindicais que já gozavam de legitimidade e representatividade ganharam a prerrogativa de representação geral dos trabalhadores por meio de seus filiados, podendo participar de instâncias de negociação – fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais instâncias tripartites – cuja pauta fosse de interesse geral dos trabalhadores (SOARES, 2013).

No tocante aos critérios para a obtenção da legalização, Soares (2013, p. 543), aponta:

1. filiação de no mínimo cem sindicatos distribuídos nas cinco regiões do Brasil;
2. filiação de sindicatos em no mínimo cinco setores de atividade; e
3. filiação de no mínimo 5% dos sindicalizados em âmbito nacional no primeiro ano (cerca de 300 mil trabalhadores sindicalizados), devendo atingir 7% em dois anos.

Com a legalização, as centrais passaram a ter acesso a 10% da contribuição sindical destinada aos sindicatos filiados, também conhecida como imposto sindical. Não é de se estranhar que a CUT – que em suas origens era ferrenha opositora do imposto sindical criado por Vargas – não tenha se colocado contrária à medida que gera ainda mais dependência do movimento sindical ao Estado, uma vez que desde a criação da lei ela foi a maior beneficiada. Em 2010, segundo dados do antigo

Ministério do Trabalho e Emprego, foram repassados R\$ 84,3 milhões para as centrais sindicais, sendo deste montante, R\$ 27,3 milhões só para a Central Única dos Trabalhadores (Idem). Em 2016, o valor percebido pela CUT foi de R\$ 59,8 milhões, enquanto a Força Sindical foi a segunda com maior aporte recebido, R\$ 46,6 milhões²⁹.

Vale mencionar aqui que desde a reforma trabalhista do governo Temer que entrou em vigor em novembro de 2017 e tornou facultativo o recolhimento da contribuição sindical dos trabalhadores, o valor repassado às centrais sindicais caiu drasticamente. Segundo dados da Coordenação Geral de Recursos do FAT, foram arrecadados, em março de 2018, R\$ 34,7 milhões, ante R\$170,3 milhões de março de 2017. Esse número representa uma queda de 79,6% na arrecadação, tendo a CUT perdido 86,8% do imposto, tendo arrecadado em março de 2018 R\$ 578,2 mil contra R\$ 4,4 milhões no mesmo mês do ano anterior³⁰. Pelos limites deste trabalho, não temos condições de fazer uma análise sobre os impactos dessa medida sobre a vida das centrais sindicais que há muito vivem essa relação de dependência do Estado, uma vez que a diminuição na arrecadação tem um impacto grande nas finanças das centrais, obstando inclusive ações de resistência contra o ataque aos direitos dos trabalhadores.

Se por um lado verificamos por parte da direção do movimento sindical, em especial da CUT, no tocante ao movimento sindical forjado nas lutas do novo sindicalismo, uma completa subserviência aos governos petistas de Lula e Dilma, não confrontando-se com as reformas neoliberais por eles implementadas e servindo de freio às lutas dos trabalhadores contra tais medidas, a exemplo do papel desta central nas reformas da previdência, sindical e trabalhista e universitária, por outro, sob esses governos observamos uma retomada da luta do movimento sindical, com o crescimento do movimento grevista a partir de 2008.

Segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do DIEESE, o número de greves medido pelo total de horas paradas tem aumentado de maneira consistente desde 2008. Pelo número total anual, verifica-se um aumento de 873 greves, em 2012, para mais de 2.000, em 2013. Apenas à título de comparação, o pico anterior do total anual de greves ocorreu em 1989, com 1962 greves (BRAGA, 2015, s/p).

²⁹ Dados obtidos no portal R7. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/brasil/arrecadacao-sindical-aumenta-57-em-uma-decada-e-chega-a-r-35-bilhoes-em-2016-16022017>>.

³⁰ Dados obtidos no portal Valor Econômico. Disponível em:< <https://www.valor.com.br/brasil/5501555/arrecadacao-das-entidades-de-trabalhadores-com-imposto-sindical-diminui-80-em-2018>>.

Segundo Boito Júnior (2018), o aumento da luta reivindicativa nas últimas décadas se dá em função da situação favorável aos trabalhadores com o crescimento econômico e a recuperação do emprego. Para ele, os governos petistas acabaram estimulando duas práticas sindicais aparentemente contraditórias:

i) ao expandirem os mecanismos institucionais de que os sindicatos dispõem em sua relação com o Estado e ao fomentarem uma aliança entre o movimento sindical e parte do patronato, estimulam a moderação política na cúpula do movimento; ii) ao reduzirem o desemprego e permitirem uma recuperação do crescimento econômico, estimulam a luta reivindicativa e a obtenção de melhorias nas convenções e nos acordos coletivos (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 192).

Na perspectiva deste autor, a partir da chegada do PT ao governo central os interlocutores do movimento sindical deixam de ser um governo adversário e um patronato mais ofensivo no ataque aos direitos trabalhistas e passam a ser um governo constituído por um partido aliado, que o movimento sindical ajudou a eleger e um patronato que integra a frente que sustenta esses governos. Destarte, com uma conjuntura econômica mais favorável e um arranjo político mais propício a conquistas por parte dos trabalhadores, o que se observa do movimento sindical é moderação política e cautela (Idem).

Com efeito, a “moderação política não é, pois, fruto da mera participação de sindicalistas nas instituições governamentais e da ocupação de cargos no governo, mas de um processo mais amplo, que não se circunscreve às lideranças sindicais” (Idem, p. 193).

Os dados referentes ao crescimento das greves durante os governos petistas, são, para Boito Júnior (2018), a demonstração de que a prioridade à participação pela via institucional nos governos petistas, a partir dos diversos organismos por eles criados – como o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), conselhos de administração de empresas públicas etc. – não significam a ausência de mobilização e conflito.

Entre 2003 e 2009, todas as centrais sindicais, em conjunto com outros movimentos sociais, promoveram seis marchas nacionais “da classe trabalhadora”, pela recuperação do salário mínimo, pelo emprego e por direitos sociais; em 2009, realizaram dois atos unificados contra os efeitos da crise econômica; em 2013, realizaram a sétima edição da marcha da classe trabalhadora e duas jornadas nacionais de luta convocadas após as “manifestações de junho”, com o objetivo declarado de “fazer avançar a pauta dos trabalhadores no Congresso”. Ao longo de todo esse período as centrais sindicais mantiveram um calendário de lutas, com jornadas de

mobilização contra demissões e pela estabilidade no emprego, greves contra as condições precárias de trabalho no setor privado e contra o descumprimento de acordos negados com o governo no setor público (Idem, p. 196).

Queremos lembrar, no entanto, que tais posturas assumidas pela central sindical aqui analisada, a CUT, dizem respeito exatamente ao processo de descontentamento de sua base com os governos do PT, o que ocasionou, inclusive, rupturas no interior do movimento sindical dando origem a novas centrais como a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) – uma ruptura menos ideológica –, a Intersindical e a CSP-Conlutas³¹.

De acordo com Braga (2015), a *hegemonia lulista*, entendida como um modo particular de regulação de conflitos entre as classes, apoiou-se em dois modos distintos de consentimento, qual seja, o *consentimento passivo* e o *consentimento ativo* das classes subalternas.

No tocante ao *consentimento passivo*, Braga (2015) destaca as modestas, porém, efetivas concessões³² feitas aos trabalhadores sob os governos do PT, a exemplo dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, do aumento do salário mínimo acima da inflação e da criação de empregos, além das negociações coletivas vantajosas para o proletariado sindicalmente organizado, tanto do ponto de vista salarial quanto em termos de benefícios trabalhistas.

Ao menos até o ano passado, a combinação de políticas públicas redistributivas, criação de empregos formais e acesso popular ao crédito promoveu uma discreta desconcentração de renda entre aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho. No entanto, em um país mundialmente conhecido por suas desigualdades abissais, este pequeno avanço foi suficientemente forte para sedimentar o consentimento dos subalternos à regulação lulista, garantindo ao PT a reeleição de Lula da Silva, além da eleição e da reeleição de Dilma Rousseff (Idem, s/p).

Quanto ao *consentimento ativo*, este refere-se à ascensão de parte da burocracia sindical a posições estratégicas de organismos ligados ao Estado, como

³¹ Trataremos mais detalhadamente desta na parte final deste capítulo.

³² Embora saibamos que sob o capitalismo as políticas sociais constituem-se como conquistas da classe trabalhadora, fruto das lutas por direitos sociais, concordamos com as análises que afirmam que os programas de transferência de renda desenvolvidos nos governos petistas constituem-se como concessões por não serem expressão de um processo de luta por direitos da classe trabalhadora, não sendo, aliás, política de Estado. Conforme Boito Júnior (2018, p. 147): “esse programa [de transferência de renda] representa concessões aos trabalhadores da massa marginal, mas não é a prioridade da política de Estado. Se somarmos, por exemplo, o orçamento do BNDES, que era destinado a empréstimos subsidiados às grandes empresas nacionais, e os custos de rolagem da dívida pública, ambos dirigidos a reduzido número de grandes empresários e banqueiros brasileiros, obteremos um número cem vezes maior que o montante dos recursos do principal programa de transferência de renda que é destinado, porém, a milhões de trabalhadores”.

os conselhos dos grandes fundos de pensão das empresas estatais, conselhos gestores do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (Ibidem), processo este por vezes mencionado aqui.

De tudo o que foi aqui exposto, verificamos, que não há propriamente uma cooptação da CUT pelos governos petistas. Ao contrário, identificamos uma confluência de interesses e práticas comuns ao partido e à central que se afirmam ainda mais com a chegada do PT à esfera federal, mas que vinham se dando desde a década de 1990. Como observa Galvão (2014, p. 109):

A ampla maioria das centrais sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CGTB, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Central dos Sindicatos Brasileiros) apoia, com intensidades variadas, os governos petistas. Sob liderança da CUT, que elaborou um *Projeto de desenvolvimento sob a ótica da classe trabalhadora*, essas centrais privilegiam a intervenção junto às instituições governamentais em detrimento da mobilização da base. Seu grande objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, o trabalho digno e a distribuição de renda. Apesar de apresentá-lo como um projeto de classe, esse projeto consolida uma mudança registrada pela CUT desde os anos 1990, quando assume uma perspectiva de parceria com o governo e com o capital (Galvão, 2012). Essa perspectiva – que supõe a negociação, a disposição ao diálogo, ao compromisso, à ideia de que é possível obter consenso e, portanto, celebrar um pacto com o Estado e o patronato – não é nova.

Ou seja, não estamos tratando de uma mudança de postura por parte da CUT, ou pelo menos de sua direção majoritária, com a eleição de Lula em 2012. Como demonstramos ao longo de todo este trabalho operou-se ao longo de toda a década de 1990, tanto no discurso quanto na prática cutista, que se institucionalizou cada vez mais, tendo colocado em segundo ou último plano a organização de base e a mobilização de seus filiados. Aliás, o projeto acima referido por Galvão, *Projeto de Desenvolvimento sob a Ótica da Classe Trabalhadora*, elaborado em 2005, culminou na “Agenda da Classe Trabalhadora, pelo Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho”, uma pauta de reivindicações apresentada em 2010, em função da campanha presidencial. Esta agenda, não propunha a revogação de medidas instituídas pelo governo FHC, mas apenas a revisão daquelas que reduzem a capacidade de investimento estatal, como as metas de superávit primários, a lei das PPP (Parcerias Público-Privadas) e a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) (BOITO JÚNIOR, 2018).

Verificamos, portanto, que durante a vigência dos governos do Partido dos Trabalhadores, a CUT perdeu a grande oportunidade de se colocar na linha de frente no combate ao neoliberalismo. Ao invés de “disputar” a direção do bloco no

poder e os rumos dos governos petistas, a CUT acomodou-se na defesa dos parques benefícios concedidos a uma parcela da classe trabalhadora. Ao agir assim, perdeu o bonde da história e não teve sequer forças para colocar o bloco na rua e defender o governo Dilma do golpe parlamentar de 2016.

3.3 O processo de reorganização do sindicalismo de esquerda no Brasil: a CSP-Conlutas como alternativa ao sindicalismo cutista.

Conforme temos tratado no decorrer deste trabalho, a entrada do Brasil na rota do neoliberalismo, a partir dos anos 90, e todas as implicações desse processo sobre o mundo do trabalho trouxe consequências bastante negativas para a organização dos trabalhadores, configurando aquilo que muitos especialistas chamaram de crise do sindicalismo.

A chegada do PT ao governo central em 2002, fez com que o movimento sindical brasileiro ganhasse destaque no debate político e acadêmico. Tal debate traz como questões centrais: “a capacidade de influência sindical no processo decisório, a conflituosidade e formas de luta, os resultados obtidos por intermédio das greves e negociações coletivas” (GALVÃO, 2014, p. 103).

A despeito do que propagou a imprensa burguesa no Brasil, o país não se tornou uma “república sindical” sob os governos do Partido dos Trabalhadores. Se por um lado o PT ampliou o espaço de participação da cúpula do movimento sindical nas instâncias governamentais (fóruns tripartites, conselhos de administração de empresas públicas, gestão dos fundos de pensão etc.), por outro, implementou medidas que atacam os direitos sociais e trabalhistas (reformas previdenciária, sindical, trabalhista e universitária) e que vão na contramão daquilo que o sindicalismo combativo sempre defendeu.

Vale lembrar, inclusive, que a participação das centrais sindicais nestas instâncias governamentais apesar de ter pautado demandas dos trabalhadores e até mesmo ter apresentado uma agenda política nos referidos espaços – como é típico do *sindicalismo propositivo* do qual a CUT é adepta –, ao ter privilegiado a negociação por cima, na cúpula, em detrimento do conflito, não logrou êxito na aceitação de suas propostas.

Embora as centrais sindicais apresentem uma vasta pauta de reivindicações, jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, o fim da demissão imotivada, a assinatura da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de modo a instituir a obrigatoriedade da negociação coletiva no

setor público, o fim do fator previdenciário, o fim da terceirização, o aumento de recursos para a educação, o aumento de investimento público, a maior parte de suas propostas provoca indiferença ou uma reação negativa por parte dos integrantes da coalizão política governamental (Idem, p. 110-111).

Nesse sentido, a posição assumida pelas centrais sindicais diante de temas tão caros à classe trabalhadora, como é o caso da previdência pública e da flexibilização de direitos previstos na CLT, por exemplo, foi alvo de controvérsia e provocou uma cisão no interior da Central Única dos Trabalhadores³³, central sindical herdeira do *novo sindicalismo*.

Em que pese a moderação política evidenciada na postura assumida pelas centrais sindicais diante dos governos petistas, é possível verificar de modo contraditório que, sob esses governos, temos a retomada das lutas sindicais com greves que se organizam a partir dos organismos de base e acordos coletivos favoráveis aos trabalhadores (Idem).

Autores como Armando Boito Júnior apontam o crescimento econômico e a diminuição do desemprego nos governos do PT, como fatores que contribuíram para a recuperação da luta reivindicativa, ocasionando, portanto, uma revitalização do movimento sindical a despeito da tese da *crise irreversível do sindicalismo*³⁴. De acordo com este autor:

O programa econômico neodesenvolvimentista reduziu o desemprego à metade e criou condições muito melhores para a organização e a luta sindical. Entre abril de 2003 e janeiro de 2013, isto é, em dez anos de governos petistas, o salário mínimo passou, em valores nominais, de R\$ 240,00 para R\$ 678,00. Descontada a inflação do período, esse aumento representou um ganho real de 70,49%. Quanto à redução do desemprego, como se sabe, ela não só melhora as condições de vida dos trabalhadores como melhora as condições da luta sindical. A recuperação do sindicalismo brasileiro, dadas as condições que a propiciaram, possui, é importante frisar, algumas características próprias. Parece-nos fundamental destacar que a recuperação da luta reivindicativa [...] combina-se com um

³³ As cisões identificadas no interior da Central Única dos Trabalhadores dão origem, em momentos diferentes e por razões políticas até mesmo distintas, à Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) em 2007, à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) em 2004 e a Intersindical em 2006.

³⁴ “A partir dos anos 2000, cresce no Brasil o número de estudos com o objetivo de reavaliar a tese da crise do sindicalismo, ressaltando aspectos que poderiam indicar uma possível superação desta situação. Este debate foi motivado tanto por mudanças econômicas na conjuntura nacional quanto por uma visão de que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), partido historicamente aliado dos trabalhadores, teriam alterado as condições para a ação sindical no país. Contrariando a tese do declínio irreversível do sindicalismo, Boito e Marcelino (2010) compreendem as greves de 2004-2008 como um indício de recuperação da atividade sindical do País. Dentre as principais características deste ciclo estariam: o número relativamente elevado de greves e grevistas (cerca de 300 greves por ano até 2007 e 411 greves em 2008); o caráter ofensivo da maioria dessas greves, ou sejam, que visam à garantia de novas conquistas e o seu desfecho bem-sucedido com a obtenção total ou parcial das reivindicações” (LEMOS; CORRÊA, 2017, p. 113).

rebaixamento da plataforma política do movimento sindical [...] (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 191).

O debate sobre a revitalização do movimento sindical é controverso e foi objeto de alguns estudiosos do sindicalismo. Conforme Lemos e Corrêa (2017), autores como Cardoso (2015) e Galvão (2014) apresentam ressalvas à tese da revitalização. Para o primeiro, enquanto alguns dados apontariam para a presença de uma crise (queda na taxa de filiação, criação de postos de trabalho de má qualidade e fragmentação da representação sindical na base), outros sinalizariam para um reforço da ação sindical (aumento das greves e de negociações coletivas favoráveis aos trabalhadores, competição entre as centrais sindicais e maior participação destas nas instâncias governamentais).

Entretanto, este incremento no ativismo não foi suficiente para promover mudanças na estrutura sindical. Este quadro teria conduzido o sindicalismo brasileiro a um paradoxo: por um lado, tem-se o fortalecimento de algumas centrais sindicais e, por outro, a fragilização dos sindicatos de base, que têm se mostrado incapazes de atrair novos membros, correndo o risco de vivenciar um processo de olirgaquização (LEMOS; CORRÊA, 2017, p. 114).

Andréia Galvão (2014, p. 114) também faz ressalvas à tese da revitalização do sindicalismo brasileiro:

A retomada das greves, a obtenção de resultados econômicos positivos e a maior legitimidade auferida pelos sindicatos contrastam com resultados modestos no plano político-ideológico e organizativo. A manutenção da estrutura sindical corporativa, a extensão do imposto sindical às centrais e a predominância de um sindicalismo de parceria contribuem para estimular a dependência do sindicalismo diante do Estado. [...] o escasso enraizamento no local de trabalho, que continua a caracterizar o sindicalismo brasileiro, faz com que a revitalização que poderia ser atribuída ao sindicalismo radical seja um processo que, além de minoritário, ainda concerne mais à cúpula do que à base.

Se os aspectos levantados pelos autores supracitados não nos permitem afirmar com veemência que está em curso um processo de revitalização do sindicalismo brasileiro, o mesmo não ocorre quando tratamos da reconfiguração do movimento sindical no Brasil. Esta reconfiguração tem início com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003 e se consolida com a lei de reconhecimento das centrais sindicais, Lei 11.648/2008 (GALVÃO; MARCELINO; TRÓPIA, 2015).

Nesta parte do trabalho, nos deteremos mais especificamente à discussão da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP- Conlutas), central que, criada a partir do

processo de ruptura com a CUT, em 2004, vem se postulando como alternativa de esquerda ao sindicalismo cutista.

O processo de reorganização verificado na cúpula do movimento sindical brasileiro, teve início com a cisão ocorrida no interior da Central Única dos Trabalhadores, mediante a postura assumida pela direção majoritária desta que aderiu acriticamente ao projeto de conciliação de classes do PT, colocando-se, portanto, como correia de transmissão do governo federal no movimento sindical. Desta feita, setores minoritários descontentes com tal posição decidiram pela criação da Conlutas, em 2004, e da Intersindical, em 2006 (LEMOS; CORRÊA, 2017).

O segundo momento desse processo se dá, como já mencionamos, com a aprovação da Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais em 2008. Como apontam Lemos e Corrêa (2017, p. 112):

Impulsionada pela perspectiva de aprovação dessa lei e seus benefícios, a Corrente Sindical Classista (CSC) rompeu em 2007 com a CUT e, juntamente com outros setores sindicais, criou a CTB, no mesmo período em que correntes do movimento sindical se unificaram para criar a UGT. Apenas a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), fundada em 2004, permaneceria na sua antiga configuração até meados de 2011 (GALVÃO, 2009, 2010). Em 2005, já havia sido criada também a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), por iniciativa das confederações excluídas da discussão da Reforma Sindical no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Por fim, em 2011, um grupo de sindicalistas rompeu com a CGTB e se incorporou à Central Sindical de Profissionais (CSP), fundada em 2008, alterando oficialmente seu nome para Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) em 2012.

A Lei nº 11.648/2008, além de conceder poder às centrais sindicais já reconhecidas e legitimadas de representar os trabalhadores a elas filiados nas mais diversas instâncias de negociação com governos e empresários, deu acesso a estas a 10% da contribuição sindical destinada aos sindicatos (SOARES, 2013), o que aprofundou a disputa no interior das centrais já existentes, como é o caso da CUT, e também entre as próprias centrais.

Vale ressaltar que as disputas entre os diversos agrupamentos políticos que compõem o movimento sindical brasileiro se dão tanto por questões de ordem político-ideológica, expressas em concepções e práticas sindicais diferenciadas, quanto por questões mais pragmáticas que dizem respeito à repartição de recursos destinados a cada central. Vejamos, de maneira breve, o processo de constituição de algumas das centrais mais expressivas formadas nesse contexto de reconfiguração do movimento sindical nos anos 2000.

Começamos, então, pela NCST. A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) foi criada em junho de 2005, composta por 7 confederações, 136 federações, cerca de 3 mil sindicatos e 10 milhões de trabalhadores filiados. Apesar de se definir como uma central independente, classista e autônoma, a NSCT defende a estrutura sindical corporativista (unicidade, imposto sindical e contribuição compulsória). Afirma-se como uma central comprometida com a democracia, ética, justiça social e cidadania, defendendo o desenvolvimento econômico, emprego e juros baixos. É uma central tipicamente liberal (SOARES, 2013).

Dentre as novas centrais que foram criadas no período em destaque, apenas a CSP-Conlutas e a Intersindical configuram-se como centrais sindicais que fizeram oposição à esquerda aos governos do PT. Mesmo a CTB que sai do seio da Central Única dos Trabalhadores, tendo com esta central diferenças importantes, demonstrou apoio aos governos de Lula e Dilma, tendo o partido que a hegemoniza – o PC do B – composto a base de apoio destes governos.

A Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) foi fundada em 14 de dezembro de 2007, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, durante o 1º Congresso Nacional da Central dos Trabalhadores do Brasil (Idem). Dentre os grupos políticos que participaram do processo de fundação desta central, temos: a Correntes Sindical Classista (CSC), dirigida majoritariamente pelo PC do B, o Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), corrente ligada ao PSB, e sindicalistas ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) vinculados a partidos políticos diversos (PSB, PPS, PV, PMDB e PP) ou sem nenhuma filiação partidária (LEMOS; CORRÊA, 2017).

No que se refere aos princípios que nortearam a criação da CTB, encontram-se a defesa da unicidade e do imposto sindical, elementos fundamentais da estrutura sindical corporativista.

Apesar da heterogeneidade político-sindical das tendências que formaram a CTB, seus princípios e objetivos se inspiram naqueles historicamente defendidos pela CSC. Nos anos 1980, essa corrente compunha a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e se caracteriza, principalmente, pela defesa intransigente da unicidade e do imposto sindical, em contraposição aos setores que criaram a CUT a partir do Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora) de 1981. Em seu primeiro congresso, em 1990, a CSC definiu o rompimento oficial com a CGT e aprovou uma política de aliança prioritária com a CUT e a abertura das negociações para uma unificação orgânica com essa central. Segundo Costa (1995), em menos de um ano, a CSC conseguiu se estruturar em vinte estados brasileiros (Idem, p. 120).

Apesar de possuir um número bastante expressivo de sindicatos, a CSC ressentia-se do pouco espaço existente no interior da CUT para difusão de suas ideias e disputa dos rumos da central, hegemonizada pela Articulação Sindical. Conforme dados coletados por Lemos e Corrêa (2017) em entrevista concedida por dirigente sindical da CTB em 2013, esta corrente possuía em 2008 cerca de 440 sindicatos filiados e, mesmo assim, não conseguia pautar o debate na CUT da maneira que desejava. Este fato, associado às divergências sobre estrutura sindical levaram à ruptura com a CUT em 2007 e criação da CTB. Vale, porém, destacar que esta ruptura com a Central Única dos Trabalhadores não representou uma ruptura com os governos petistas.

Do ponto de vista político-ideológico, a CTB tem um discurso que se alinha aos setores comunistas que lhe deram origem, embora a sua prática, muitas vezes destoe desse enfrentamento concreto ao sistema capitalista.

Em seu documento de princípios e objetivos, a CTB reafirma o papel fundamental do trabalho no capitalismo como fonte de valor e riqueza e a leitura da sociedade dividida em classes sociais. É com base nessa visão que a central reivindica a tradição classista do movimento operário e coloca como objetivo a luta contra a sociedade capitalista, baseada na exploração. Defende, portanto, a transformação social a partir da construção do socialismo [...] (idem, p. 121).

Já a União Geral dos Trabalhadores (UGT) foi fundada em julho de 2007, na cidade de São Paulo, num congresso que reuniu 3.400 delegados, representando 623 entidades e mais de cinco milhões de trabalhadores. Esta central foi criada a partir da unificação de outras três centrais sindicais, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Social Democracia Sindical (SDS) e a Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), além de alguns setores independentes. De acordo com Soares (2013, p. 546), esta central “possui base majoritária de representação no setor de comércio e serviços. Por essa razão suas práticas são interligadas com as estratégias sindicais promovidas pelo sindicato dos comerciários de São Paulo”.

A criação da UGT está relacionada diretamente à Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais, uma vez que para atingir a representatividade exigida pela lei a saída encontrada por estas três centrais (CGT, SDS e CAT) foi a fusão. Uma característica particular da UGT é o fato de que a maioria das entidades sindicais a ela filiadas já foram filiadas a outra central, principalmente à Força Sindical. De acordo com dados fornecidos pelo DIEESE (2011) *apud* Lemos e Corrêa (2017), no

2º Congresso da UGT, realizado em 2011, dos delegados presentes 55,4% eram vinculados a sindicatos que já haviam sido filiados a outras centrais, sendo que a maioria destes, 26,7%, eram oriundos da Força Sindical, 21,5% da SDS, 18,3% da CUT, 17,7% da CGT e 10,6% da CAT.

Do ponto de vista político-ideológico, a UGT está mais alinhada ao sindicalismo pelego, ao qual a CGT sempre esteve vinculada e ao sindicalismo de negócios ou de resultados, do qual a Força Sindical é signatária. Como apontam Lemos e Corrêa (2017, p. 123):

A UGT reconhece a greve como instrumento de luta dos trabalhadores quando não há canais de negociação com os patrões nas reivindicações econômicas, e até 2015 reafirmou sua posição de rejeição da greve geral como instrumento de luta política. Ao mesmo tempo em que a central critica as “orgias do financismo”, defende a descentralização do Estado e a liberdade do mercado (UGT, 2011). A UGT parece, portanto, herdar da antiga CGT e de outros setores que a formaram uma postura conservadora de conciliação de interesses, que enxerga os patrões como produtores e parceiros.

A partir de dados coletados junto ao Ministério do Trabalho, verificamos que a UGT e NCST estão à frente da CTB em termos de representatividade no ano de 2016. Embora haja divergência nos dados apresentados naquele ano³⁵ sobre a posição que ocupa a UGT – se segunda ou terceira posição³⁶ –, esta central está à frente da NCST e da CTB, conforme podemos ver nas tabelas 1 e 2.

³⁵ “O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) dispõe, desde 2005, de um novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, mas este apresenta inconsistências, o que se deve tanto ao ritmo em que as informações são atualizadas pelas próprias organizações sindicais quanto ao processo de tramitação dos registros feito pelo Ministério. Além disso, as mudanças na filiação dos sindicatos às centrais provocam alterações nas estatísticas divulgadas pelo Sistema Integrado de Relações de Trabalho do MTE conforme o período em que se efetua a consulta. Mas mesmo quando a consulta é realizada em uma mesma data, observam-se variações nos dados apresentados nas diferentes páginas que compõem o portal de informações do Ministério. Por exemplo, as estatísticas referentes à distribuição dos sindicatos por central sindical e à aferição de centrais são ligeiramente distintas. Por fim, o portal não divulga a evolução histórica da filiação às centrais, o que dificulta o acompanhamento da trajetória de crescimento de cada uma delas” (GALVÃO; MARCELINO; TRÓPIA, 2015, p.15). A mesma dificuldade identificada pelas autoras supracitadas, encontramos na coleta de dados referentes às centrais na página do Ministério do Trabalho, uma vez que os dados que constam no Portal de Relações de Trabalho divergem da Consulta de Aferição das Centrais Sindicais.

³⁶ “A aferição do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), divulgada em 03/03, atestou a União Geral dos Trabalhadores (UGT) como a segunda entre as centrais sindicais, foi ratificada em publicação do Diário Oficial da União (DOU), de 01/04” (UGT, 2016, s/p).

Tabela 2 – Centrais sindicais por número de sindicatos filiados (Portal das Relações de Trabalho/MT)

Central sindical	Nº de sindicatos filiados
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	2.447
Força Sindical (FS)	1.773
União Geral dos Trabalhadores (UGT) ³⁷	1.341
Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)	1.240
Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)	900
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	821
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)	174
Central Sindical e Popular (CSP Conlutas)	102
Pública – Central do Servidor	98
Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT Nacional)	90
Central de Entidades de Servidores Públicos (CESP)	51
INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora	9
União Sindical dos Trabalhadores (UST)	4
Central Unificada dos Servidores Públicos do Brasil	1
Não identificado	5
Sem filiação	8.486

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Portal de Informações sobre Relações de Trabalho, do Ministério do Trabalho, cuja publicação e última atualização se deu em 2016. Disponível em:

http://relacoesdotrabalho.mte.gov.br/pentaho/api/repos/:public:SRT:srt_principal1.xaction/generatedContent. Acesso em: 19 fev. 2019.

³⁷ Esta terceira posição refere-se aos dados relativos ao número de entidades sindicais filiadas a esta central. Quando se toma por base o total de trabalhadores vinculados à central, a UGT ultrapassa a Força Sindical assumindo, portanto, a segunda posição em termos de representatividade com 1.440.121 trabalhadores, enquanto que a FS possui 1.385.248 trabalhadores a ela vinculados.

Tabela 3 – Aferição das centrais sindicais – ano 2016

Central sindical	Nº de sindicatos filiados
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	2.319
Força Sindical	1.615
União Geral dos Trabalhadores (UGT)	1.277
Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)	1.136
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	744
Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)	597
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)	217
Central Sindical e Popular (CSP Conlutas)	105
Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT Nacional)	94
PÚBLICA – Central do Servidor	21
União Sindical dos Trabalhadores (UST)	6
Central Unificada dos Servidores Públicos do Brasil	3
INTERSINDICAL – Central da Classe Trabalhadora	1
Sem declaração de filiação/Centrais não cadastradas	2.791

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ministério do Trabalho, referentes ao ano de 2016. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/central-sindical/consulta-de-afericao-das-centrais-sindicais>. Acesso em: 19 fev. 2019.

Esses dados são indicativos da recomposição pela qual o movimento sindical vem passando desde a década de 2000. A Lei de Reconhecimento das Centrais e o acesso ao imposto sindical que ela permite, fez com que se acirrasse a disputa entre as entidades de cúpula. “É assim que, na tentativa de garantir uma determinada fatia do ‘mercado sindical’, as centrais vão atuar para ampliar sua representação em determinados setores econômicos” (LEMOS; CORRÊA, 2017, p. 127). A CTB, por exemplo, cresceu entre a categoria de trabalhadores rurais não assalariados que, graças às políticas sociais de apoio à agricultura familiar dos governos do PT acabou tendo um significativo aumento no número de trabalhadores sindicalizados (Idem).

No que se refere às centrais sindicais de esquerda que fizeram oposição aos governos petistas, temos a CSP-Conlutas e a Intersindical. A participação da CUT no Fórum Nacional do Trabalho e a posição assumida pela direção majoritária diante

da reforma da previdência foram as principais razões para que algumas correntes ligadas ao PSTU, PSOL e setores independentes assumissem o debate em torno da criação de uma nova central sindical que pudesse resgatar os princípios abandonados pela Central Única dos Trabalhadores e organizar a luta contra os ataques do governo Lula.

Foi nesse contexto que a Intersindical foi fundada em 2006. De acordo com o seu Manifesto de Fundação, o principal objetivo desta entidade é organizar os trabalhadores desde a base, evitando uma prática centralizada e burocratizada. Essa organização deveria, portanto, disputar os rumos do sindicalismo brasileiro em resposta à crise do movimento sindical, em virtude da ofensiva neoliberal e da incapacidade da CUT de dar respostas à altura desta ofensiva, na defesa da classe trabalhadora (GALVÃO; MARCELINO; TRÓPIA, 2015).

Quando a Intersindical foi criada em 2006, ela contava com organizações ligadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores independentes reunidos em torno da Alternativa Sindical Socialista (ASS). Foi um total de 49 signatários, entre sindicalistas, sindicatos, oposições e coletivos sindicais que assinaram o Manifesto de Fundação da Intersindical (Idem). Vale destacar que, naquele momento, alguns setores optaram por permanecer na CUT mesmo construindo a Intersindical, movimento este que tinha por objetivo disputar os sindicatos combativos que ainda tinham a CUT como referência.

Em 2008, durante o II Encontro Nacional da Intersindical, a proposta de criação de uma nova central sindical acaba ocasionando uma cisão no interior desta organização.

A discussão dessa proposta envolvia também uma outra organização criada após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal: a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Os dois grupos resultantes da cisão mantiveram a denominação Intersindical: Intersindical – instrumento de luta e organização da classe trabalhadora, contrária à criação de uma central e à fusão com a Conlutas, e Intersindical – instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central –, favorável à fusão (Idem, p. 111).

Em 2009, no III Encontro Nacional da Intersindical – unidade de classe e construção de uma nova central, foram debatidos os termos dessa fusão com a Conlutas. A partir de dados coletados neste encontro, Galvão, Marcelino e Trópia (2015) traçam um perfil da Intersindical – unidade de classe e construção de uma nova central que nos possibilita observar que esta organização abarca,

principalmente, os sindicatos do setor público – 57,4% dos delegados deste encontro eram deste setor ante 23,3% de sindicatos do setor privado e concentra-se, sobretudo, na região sudeste, com 76,8% dos sindicatos e seus filiados pertencendo a essa região.

No que se refere ao perfil socioeconômico dos delegados presentes neste encontro, verifica-se um grande percentual de funcionários públicos (53,4% do total), oriundos principalmente dos setores de educação, cultura e seguridade social. Vale lembrar que o funcionalismo público foi o que mais impactos sofreu com as reformas neoliberais de Lula – previdenciária e universitária – e o setor também que se rebelou contra a CUT, protagonizando lutas (greves, marchas a Brasília etc.) contra os ataques do governo e o imobilismo da CUT. Tais aspectos podem ser evidenciados pelos dados obtidos por Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 153):

O descontentamento que levou à saída da CUT ou ao afastamento em relação àquela central parece repercutir nas formas de luta e no posicionamento das organizações ligadas à Intersindical, bem como no perfil político-ideológico dos delegados que as representam: 74,1% dos entrevistados declarou que sua entidade realiza greves frequentemente e 84,8% apontou entre as principais bandeiras de luta de sua entidade a defesa de direitos trabalhistas e previdenciários. Ou seja, trata-se de uma entidade sindical em que a disposição combativa dos militantes é acentuada. A esse respeito, convém destacar que a maioria absoluta dos delegados pesquisados (85,3%) considera que os direitos trabalhistas contidos na CLT “beneficiam o trabalhador, mas são insuficientes” e 76,1% considera necessário haver uma nova reforma da previdência, na perspectiva de melhorar a aposentadoria e ampliar direitos (24%); reaver direitos retirados (17%); acabar com o fator previdenciário (11%); e por conceberem que o atual sistema é ruim, inadequado aos trabalhadores, que a reforma passada prejudicou os trabalhadores (11%). Observa-se, portanto, uma correspondência entre a opinião dos delegados e a posição de suas entidades.

Esta organização que não se unificou com a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), no Conclat de 2010, constitui-se como um dos polos de resistência ao neoliberalismo, organizado as lutas, no âmbito do movimento sindical, contra os governos que vêm implementando o desmonte aos direitos sociais e trabalhistas no Brasil.

O processo que dá origem à CSP-CONLUTAS tem início em 2004, com a realização do Encontro Nacional Sindical, ocorrido em março daquele ano, na cidade de Luiziânia (GO), que reuniu mais de 1.800 dirigentes sindicais e ativistas sindicais e de movimentos sociais (SANTOS, 2010).

Esse encontro foi organizado por correntes sindicais que atuavam no interior da CUT e que desde a chegada do PT ao governo federal em 2003, vinham descontentes com o apoio irrestrito dado por esta central ao governo Lula. Os setores que rompem com a CUT e fazem um chamado à construção de uma nova central sindical popular e classista são: o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao PSTU, e algumas correntes do PSOL, como o Movimento de Esquerda Socialista (MÊS), o Movimento Avançando Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) (GALVÃO; MARCELINO; TRÓPIA, 2015).

A Conlutas foi fundada oficialmente em 2006, no Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), ocorrido na cidade de Sumaré/SP. Esta organização nasce com uma peculiaridade que é a de propor a unificação das lutas sindicais e populares no Brasil. Desta feita, há um entendimento de que a luta contra a exploração capitalista a qual a classe trabalhadora é submetida passa pela organização dos diversos segmentos desta classe e se articula à luta contra todas as formas de discriminação e opressão.

A Conlutas constitui uma experiência inovadora no Brasil, na medida em que abrange não apenas entidades sindicais, mas também organizações populares e movimentos sociais urbanos e rurais. O movimento estudantil, por exemplo, tem grande presença em seu interior. Essa composição abrangente se justifica por uma concepção de classe ampla e pela compreensão de que o proletariado não deve ser organizado apenas no local de trabalho. Ademais, a Conlutas procurou aglutinar esse espectro de movimentos e organizações em torno de lutas gerais e específicas (Idem, p. 58).

Um outro setor minoritário na CUT que também discordava das posturas da direção desta central sindical, a Frente de Esquerda Socialista (FES), cujos principais dirigentes sindicais tinham vínculos com correntes ligadas ao Partido Socialismo e Liberdade (ENLACE, Ação Popular Socialista/APS e Coletivo Socialismo e Liberdade/CSOL) e ao Partido Comunista Brasileiro (Alternativa Sindical Socialista e Unidade Classista/UC), também se pôs a discutir a construção de uma nova organização sindical que pudesse superar a CUT. Este setor, porém, não participou da criação da Conlutas, tendo fundado em 2006 a Intersindical.

A criação de duas organizações distintas por parte dos setores de esquerda dissidentes da CUT pode ser explicada por três razões: 1) compreensões diferentes do que deve ser o trabalho de uma central, tal como afirmado no discurso oficial das centrais; 2) posições distintas diante do governo Lula, distinções essas que se expressam nas diferentes estratégias políticas do PSOL e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado/PSTU, os dois partidos que são majoritários dentro da Intersindical e Conlutas,

respectivamente; 3) descontentamentos por parte dos integrantes da Intersindical pelo fato da Conlutas, cuja criação lhe antecede, estar atrelada ao PSTU (Ibidem, p. 60).

Em 2010, tivemos uma tentativa de unificação de um setor da Intersindical com a Conlutas, juntamente com outros movimentos populares (MTL, MAS e Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo), quando da ocorrência do Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), na cidade de Santos/SP, entre os dias 05 e 06 de junho. Participaram deste evento cerca de 3.115 delegados, 799 observadores e 140 convidados (120 convidados internacionais representantes de 25 países) (FONSECA, 2017).

Dentre os inúmeros debates que perpassaram este CONCLAT de 2010, tem-se a questão dos princípios que norteariam a nova central. Desse modo, optou-se por reafirmar 3 daqueles já definidos em 2006, no congresso de fundação da Conlutas, quais sejam:

A defesa da ação direta como instrumento prioritário, sem prejuízo de outras formas de atuação secundárias (luta parlamentar, jurídica, etc); a Defesa da unidade na Central e nas lutas da classe trabalhadora; e a Independência organizativa, política e financeira frente ao Estado, à burguesia, aos governos e demais instituições políticas e religiosas (Idem, p. 108, grifos do autor).

Estes pontos como podemos ver, eram bandeiras de luta há muito defendidas pela CUT e que a nova central fazia questão de resgatar. Destaque-se, porém, que a defesa da unidade das lutas da classe trabalhadora se dá não somente em momentos pontuais, com ações conjuntas de movimentos diversos. O Conclat reafirmou o caráter popular e sindical da nova central que deve unir os diversos movimentos sindicais e populares.

Tendo em vista a diversidade de movimentos e as formas distintas de organização destes diversos setores da classe trabalhadora, para fins de representação no Conclat foram adotados critérios distintos para os movimentos sociais:

Acampamentos Urbanos e Rurais de até 999 famílias igual a 1 voto, de 1.000 a 4.999 famílias igual a 2 votos, mais de 5.000 famílias igual a 3 votos; Núcleos Comunitários de até 249 famílias em assembleia igual a 1 voto, de 250 a 499 famílias igual a 2 votos e a partir de 500 famílias igual a 3 votos (Ibidem, p. 109).

Apesar da proposta do Conclat girar em torno, principalmente da unificação da Conlutas com a Intersindical, isso acabou não acontecendo, em função das divergências em torno do nome da nova central que fazia menção à Conlutas (hegemonizada pelo PSTU). As divergências, porém, não se limitavam ao nome em si, na verdade, diziam respeito ao peso que o PSTU tinha na nova central, além de divergências relativas ao próprio caráter da nova central. A Unidos Pra Lutar – corrente sindical dirigida pela tendência interna do PSOL Corrente Socialista dos Trabalhadores/CST – divergia quanto ao caráter popular da nova central. Conforme Fonseca (2017, p. 109):

Embora a unificação da Conlutas e da Intersindical fosse o principal objetivo da realização do CONCLAT, esta acabou não sendo alcançada. O nome aprovado em plenária havia sido CONLUTAS/INTERSINDICAL – CENTRAL SINDICAL E POPULAR, porém, com a retirada da Intersindical, MAS e Unidos pra Lutar do congresso na plenária final, o nome adotado ficou sendo CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular. Apesar desta ruptura durante o congresso, pela composição da Secretaria Executiva Nacional provisória aprovada, pode-se notar a presença de três membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, inclusive de seu principal dirigente, Guilherme Boulos. O que, sem dúvida, era um importante elemento para o fortalecimento do polo popular da nova organização.

Do ponto de vista político-ideológico, a CSP-Conlutas defende a luta intransigente contra o capital e apresenta-se como oposição de esquerda aos governos do Partido dos Trabalhadores. Coloca-se contrária à estrutura sindical corporativista defendendo, por exemplo, o fim do imposto sindical.

Consideramos importante a abrangência que tem esta organização, tendo em vista o processo de fragmentação da classe trabalhadora, sobretudo, com a precarização das relações de trabalho que se acentuam com a reestruturação produtiva. Numa conjuntura marcada pelo desemprego estrutural, é preciso apresentar alternativas de organização e unificação das lutas dos diversos segmentos da classe trabalhadora – empregados, desempregados, juventude, mulheres, negros/negras, lgbs etc. Porém, concordamos com Mattos (2014, p.94): “a incapacidade de unificação demonstrada em 2010 é um indicador da principal fragilidade das forças sindicais mais combativas nesta conjuntura: sua fragmentação e pequena representatividade”.

Destacamos, porém, aquilo que identificamos como uma fragilidade nesta importante organização de esquerda que tem capitaneado o descontentamento de um setor do movimento sindical – sobretudo do funcionalismo público – com os

rumos tomados pela CUT: o peso que tem o PSTU e a análise equivocada que faz este partido acerca da conjuntura nacional e internacional que, muitas vezes, obsta uma ação mais acertada por parte desta central na luta contra o capital.

Exemplo ilustrativo disso que estamos falando, foi a postura assumida pela CSP-Conlutas em meio ao golpe de 2016, que se consumou com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Assim como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), a CSP-Conlutas, assumiu a bandeira do “Fora Todos!”³⁸ isentando-se da responsabilidade de defender a democracia, em que pese todas as divergências que pudesse ter com aquele governo.

A nosso ver, tal postura se justifica pela análise equivocada que determinadas organizações de esquerda possuem a cerca dos governos neoliberais no Brasil. Como aponta Galvão (2014, p. 113):

Essas organizações tendem a minimizar os impactos ideológicos do neoliberalismo sobre os trabalhadores e, conseqüentemente, sua disposição para assimilar teses como flexibilização, empregabilidade, parceria etc. Além disso, minimizam, quando não rejeitam, as diferenças entre os governos petistas e “tucanos”. A crítica à “política neoliberal do governo” é demasiado genérica, afinal, de que neoliberalismo se trata? Como sustentar que Lula é igual a FHC se as condições objetivas mudaram entre as duas conjunturas em questão? Ao deixar de lado as nuances, esse sindicalismo corre o risco de permanecer isolado, dada a grande popularidade dos governos petistas, nos mandatos de Lula e Dilma, ao menos até a eclosão das manifestações de junho de 2013. Ao considerar os avanços sociais fruto de uma ilusão, seus militantes tendem a ser estigmatizados, apresentados de modo caricatural.

Destarte, há que se superar erros históricos do movimento sindical e da esquerda em geral. Ultrapassar o vanguardismo e assumir o vazio deixado pela Central Única dos Trabalhadores no tocante à organização das lutas da classe trabalhadora contra a exploração e a opressão passa também por superar a autoprocamação e unificar as lutas para além dos seus próprios interesses.

³⁸ Sobre o episódio em questão e a posição assumida por algumas centrais, temos: “Com o agravamento da crise política em 2015, uma parte da oposição de esquerda se reaproximou dos movimentos mais próximos do PT em nome da defesa da democracia, o que deu origem à *Frente Brasil Popular*, integrada por CUT, CTB, MST, entre outros, e à *Frente Povo sem medo*, composta por CUT, CTB, Intersindical, MTST. A CSP-Conlutas, por sua vez, não integra nenhuma dessas frentes, considerando que a defesa das instituições democráticas não passava de pretexto para a defesa do governo Dilma. Assim, ela organizou suas próprias manifestações, pronunciando-se ao mesmo tempo contra o governo e contra a oposição de direita, assumindo a bandeira do ‘que se vayan todos’ (GALVÃO, 2016, s/p).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão deste trabalho, sem pretendermos esgotar aqui a discussão, trataremos de duas questões que consideramos fundamentais no que se refere ao movimento sindical brasileiro na atualidade: a adesão da CUT ao projeto de conciliação de classes na sociedade brasileira em meio ao neoliberalismo e o processo de construção de novas alternativas à esquerda, com a experiência da CSP-CONLUTAS.

As mudanças profundas verificadas no movimento sindical em âmbito mundial nas últimas quatro décadas refletem, em grande parte, a ofensiva do capital com o projeto neoliberal, que tem por um dos seus eixos centrais o desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas e, para isso, atacou fortemente os sindicatos.

Verifica-se, no entanto, aquilo que Antunes (2015, p. 201) chamou de uma “globalidade desigualmente combinada”, uma vez que, essas transformações no mundo do trabalho e no movimento sindical não se deram de igual modo nos países centrais e nos países periféricos, como é o caso do Brasil. Por exemplo, enquanto na década de 1980, países do centro vivenciavam uma queda nas taxas de sindicalização e diminuição do número de greves, ou seja, uma crise daquele sindicalismo pautado no modelo taylorista-fordista, no Brasil, a década de 80 representou exatamente o oposto para a classe trabalhadora.

Os anos finais da década de 70 e mesmo a década de 80 do século passado, foram marcados pela retomada das lutas operárias e populares no Brasil, que se deflagraram em meio ao colapso do chamado “milagre econômico”, com o aumento das desigualdades sociais em virtude do modelo econômico adotado na ditadura, ensejando o desgaste e derrocada do regime militar vigente desde 1964.

Nesse contexto, surgem importantes instrumentos de luta e organização da classe trabalhadora brasileira, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (1980), da Central Única dos Trabalhadores (1983) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984). Como vimos neste trabalho, a CUT é herdeira do *novo sindicalismo*, tendo nascido ancorada nas lutas de resistência à ditadura militar e contrapondo-se à estrutura sindical corporativista, fazendo frente, portanto, ao sindicalismo pelego.

Vale aqui uma importante observação neste processo de constituição da CUT. Esta central tem por expoentes e atores que participam do seu processo de

construção, os mesmos que estão imbricados no processo que origina e consolida o Partido dos Trabalhadores. Tais elementos foram determinantes na relação orgânica que esta central sindical estabeleceu com o PT desde o início até o momento atual.

A resistência do movimento operário, a partir dos seus instrumentos de luta, nos anos 80, foi o que possibilitou frear, naquele momento, a implementação do projeto neoliberal no Brasil. No entanto, as conquistas e derrotas obtidas no processo Constituinte, acabaram repercutindo nas estratégias adotadas pelo PT e pela CUT a partir de então.

No caso do partido, este foi se adequando gradativamente ao jogo institucional burguês, sob a égide do Estado Democrático de Direito. Até aí, nenhuma novidade sobre aquilo que é esperado de um partido político, pois a disputa pelo poder passa também pela participação no jogo democrático burguês.

No entanto, a partir do 5º Encontro Nacional do PT, realizado no ano de 1987, o partido passa a defender dentro de sua linha político-programática a ocupação dos espaços institucionais com a eleição do maior número possível de vereadores, deputados e representantes do executivo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998). Para tanto, defende a aliança com os setores pequeno-burgueses e com eventuais setores do PMDB que se opusessem à política oficial daquele partido nas eleições de 1988 e 1989.

No caso da Central Única dos Trabalhadores, conforme apresentamos no capítulo 3, o marco de mudança na concepção e prática desta central foi o III Concut, em 1988. Neste congresso, a CUT passa a aderir ao *sindicalismo propositivo*, estando cada vez mais propensa à negociação em detrimento do confronto. Podemos considerar essa posição assumida pela central, a partir da visão social-democrática da Articulação Sindical, corrente hegemônica no interior da CUT, como um forte elemento de natureza interna nesse transformismo vivido por esta central.

Verificamos, assim, que não se trata de mera semelhança que as mudanças em termos de concepção e prática no âmbito destas duas organizações – PT e CUT – tenham se iniciado no mesmo período. Como já referido, ambas têm raízes históricas comuns estabelecendo, dessa forma, uma relação orgânica, apesar da natureza distinta de cada uma delas. É exatamente essa organicidade que nos permite compreender a posição assumida pela maior organização sindical brasileira sob os governos petistas.

A postura muitas vezes oscilante assumida pela Central Única dos Trabalhadores na década de 1990 demonstra o conjunto dessas transformações operadas em seu interior, levando-a a um movimento de aproximação ou de pouca diferenciação com a central sindical neoliberal criada em 1991, a Força Sindical. Os recuos e avanços na luta contra o neoliberalismo são indicativos dos embates ocorridos dentro da CUT pelas diversas correntes políticas que a compunham, ainda que a Articulação Sindical se mantivesse hegemônica.

A tese da “inevitabilidade do neoliberalismo” acabou vencendo no âmbito do movimento sindical, seja pela esquerda ou pela direita. A Força Sindical, com seu *sindicalismo de resultados*, postulou-se desde sempre uma colaboradora dos governos neoliberais. A CUT, por sua vez, embora rechaçasse o projeto neoliberal via-o como invencível e, portanto, esteve a partir da década de 1990 mais disposta à negociação, implementando seu *sindicalismo moderado*.

No entanto, cabe ressaltar que mesmo tendo recuado no enfrentamento aos governos neoliberais na década de 1990, estando mais propensa à negociação, a CUT tinha nestes governos claros inimigos dos trabalhadores pelo projeto que implementavam. Assim, CUT, PT e MST compunham o campo de oposição aos partidos e governos neoliberais, organizando a luta, principalmente, contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, empreendidos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ao longo da década de 1990, porém, também o Partido dos Trabalhadores passou por um processo de abrandamento de suas posições, sendo cada vez mais comum naquela década a composição de alianças com partidos do campo da burguesia para a conquista de cargos no poder executivo e legislativo, havendo em certos momentos um privilegiamento da luta institucional. Desse modo, o enfrentamento ao neoliberalismo na década de 1990 pelo Partido dos Trabalhadores, assim como pela CUT, deu-se privilegiando a negociação ao invés do confronto.

Há que se observar, nesse sentido, que as mudanças vivenciadas pelo PT ao longo de sua trajetória dizem respeito não somente àquilo que ocorreu em sua estrutura interna, mas também na sua relação com o Estado, a sociedade e os movimentos sociais (ALBUQUERQUE, 2008). Desse modo, a vitória de Lula em 2002 não significou por si mesma a guinada do PT ao projeto de conciliação de classes, mas o ápice de um processo que já vinha se delineando ao longo da

década de 1990. Foi exatamente isso que possibilitou a determinados setores burgueses um voto de confiança no candidato sindicalista e em seu partido operário para dar um novo fôlego ao projeto neoliberal no Brasil, desgastado com os efeitos negativos que provocara sobre a classe trabalhadora ao longo dos dois mandatos de FHC.

Essa mudança do projeto petista fica clara na Carta ao Povo Brasileiro, lançada durante a campanha presidencial do PT em 2002, quando o partido e seu candidato comprometeram-se a honrar os acordos firmados com o FMI. Ali o Partido dos Trabalhadores deixa claro que não haverá uma ruptura com a política macroeconômica neoliberal, embora os governos petistas tenham se apresentado como uma variante do neoliberalismo, conforme discutimos no capítulo 3.

De todo modo, apesar de os governos de Lula e Dilma não terem rompido com o neoliberalismo, consideramos que estes não se configuraram como iguais ao de Fernando Henrique Cardoso. Concordamos com autores como Ricardo Antunes e Armando Boito Júnior de que os governos petistas são uma variante do neoliberalismo clássico, o que fica evidente, principalmente, nas políticas sociais implementadas por estes governos, a exemplo da valorização do salário mínimo e de programas de transferência de renda destinados aos extratos mais pobres da população.

A ascensão de Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores ao Executivo Federal na eleição de 2002 alterou esse quadro [de ortodoxia neoliberal]. A estratégia de desenvolvimento capitalista passou a combinar elementos heterogêneos retirados do neoliberalismo e do velho desenvolvimentismo. O modelo capitalista neoliberal foi mantido, mas se procurou introduzir nele elementos desenvolvimentistas corporificados nas medidas de política econômica. [...] Essas medidas de política econômica melhoraram a posição da grande burguesia interna no bloco no poder, contaram com o peso das grandes empresas brasileiras e granjearam a hostilidade crescente do capital financeiro e produtivo internacional (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 230-231).

Constata-se, portanto, que o Partido dos Trabalhadores perdeu uma grande chance de reverter os ataques neoliberais implementados ao longo da década de 1990, a exemplo da reforma da previdência, em que o governo Lula acabou realizando aquilo que FHC não conseguiu porque tinha o PT e a CUT como opositores.

Nesse sentido, verificamos que o movimento sindical sob os governos petistas vivenciou um desenrolar contraditório de quase indiferenciação entre a CUT (central

de esquerda) e a Força Sindical (central de direita), uma vez que a primeira em momento algum opôs-se às medidas neoliberais implementadas pelo PT, sob a justificativa de não atacar o governo que considerava aliado dos trabalhadores.

Se é verdade que os trabalhadores tiveram ganhos que não se viu nos governos de Fernando Henrique Cardoso como, por exemplo, a política de valorização do salário mínimo e programas de transferência de renda, destinados aos extratos mais pobres da classe trabalhadora, também é verdadeira a afirmação de que sob os governos petistas tivemos uma série de ataques aos direitos sociais e trabalhistas, como as reformas universitária e da previdência, além da tentativa de passar uma reforma sindical e trabalhista nociva aos trabalhadores e suas organizações, que só não foi adiante por conta da crise política que assolou o governo Lula em 2005, a chamada crise do mensalão.

Dessa forma, observamos que os caminhos trilhados pela CUT e pelo PT levaram estas organizações a aderirem ao mesmo projeto de conciliação de classes, fato este que explica, pelo menos em parte, a subordinação completa da Central Única dos Trabalhadores aos governos petistas.

Uma outra tendência observada no movimento sindical a partir do primeiro mandato de Lula, é a sua recomposição. Esta se dá tanto pela ruptura de alguns setores do funcionalismo público, com a Central Única dos Trabalhadores no episódio da reforma da Previdência, em 2003, dando início a um processo de construção de novos instrumentos de luta no âmbito sindical, como a Intersindical e a CSP-Conlutas, quanto também por ação da Lei 11.648/2008, que regulamenta as centrais sindicais. Nesse último caso, temos uma fragmentação ainda maior do movimento sindical, uma vez que, muitas centrais são criadas ou se fundem, com vistas somente aos ganhos financeiros previstos nesta lei.

Esta tendência à fragmentação, no âmbito do movimento sindical brasileiro, no entanto, não se explica somente pelo movimento de cooptação verificado nos últimos anos por parte dos governos petistas. Não podemos perder de vista que a própria fragmentação da classe trabalhadora tem estimulado aquilo que Antunes (2015) chamou de neocorporativismo, ou seja, um corporativismo societal que privilegia os interesses de determinadas categorias de trabalhadores estáveis vinculados aos sindicatos, em detrimento da ampla massa de subproletários.

Nesse sentido, precisamos refletir bastante sobre o processo de recomposição do movimento sindical brasileiro e a tentativa de construção de alternativas pela

esquerda ao sindicalismo cutista que não consegue mais responder às demandas e lutas da classe trabalhadora. É mister notar que a construção de alternativas não supõe o fim das centrais sindicais existentes no campo da esquerda ou centro-esquerda, mas a superação daquele sindicalismo que não consegue mais responder às novas configurações do mundo do trabalho.

Tendo em vista a confluência de interesses e práticas comuns assumidas pelo PT e pela CUT nas duas últimas décadas confirmando, assim, a adesão de ambas organizações a um projeto de conciliação de classes que subordina os interesses do trabalho aos do capital, consideramos muito importante estas iniciativas pela esquerda de construção de alternativas. No entanto, a questão central nesse debate é a seguinte: Alternativa a que? A um modelo de sindicato? A uma concepção e prática sindical? A uma central sindical?

No caso da CSP-Conlutas, constitui traço inovador desta central o seu caráter sindical e popular. Trata-se de uma central que reconhece a necessidade de unidade das diversas organizações de luta da classe trabalhadora, unidade esta que não pode ser somente conjuntural, mas que precisa estar presente na própria composição da nova central. Assim, a CSP-Conlutas engloba diversos setores da classe trabalhadora em luta contra a exploração, a dominação e a opressão vividas na sociedade capitalista contemporânea. Para além de sindicatos, como vimos na parte final deste trabalho, a CSP-Conlutas engloba também organizações de luta no campo e na cidade, juventude, minorias e demais setores populares.

No entanto, chamou nossa atenção o peso que é dado ao setor sindical e ao operariado fabril, dentro desta central sindical e popular. Conforme podemos constatar no próprio programa de fundação da CSP-Conlutas:

Os sindicatos constituem a forma de organização de massas mais importante do país, reunindo a parcela da classe trabalhadora que, pelo seu número e localização econômico-social, tem mais peso na luta contra o capital. Neste contexto, a classe operária industrial, pelo lugar ocupado na produção de mercadorias, é o setor mais importante na luta pela transformação da sociedade em que vivemos (CSP-CONLUTAS, 2010, n.p).

A concepção presente no programa fundacional da central sindical e popular traz a perspectiva defendida principalmente pelas organizações de tradição trotskista que tomam o operariado industrial como o setor mais importante e consciente da classe trabalhadora, responsável por impulsionar a revolução, uma vez que

consideram que a esfera da produção é a mais importante de todas as esferas do sistema sociometabólico do capital.

Tal perspectiva fica evidente nas teses apresentadas pelo grupo político dirigido pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) ao congresso de fundação da CSP-Conlutas:

Organizar as lutas dos trabalhadores por meio dos sindicatos foi um pressuposto que adotamos na reorganização dos trabalhadores ocorrida trinta anos atrás, e continua a nossa opção no processo de reorganização atual. A inovação representada pelo esforço de organizarmos em uma mesma entidade nacional, além dos sindicatos, os diversos movimentos populares e sociais não se deve ao abandono da idéia de que os sindicatos continuam sendo fundamentais no processo de organização dos trabalhadores em nosso país. Apesar de todas as suas contradições, *é a estas organizações – os sindicatos – que os trabalhadores que estão no mercado formal de trabalho recorrem em massa*, quando buscam o caminho da luta em defesa de seus direitos e interesses. (...) Não há mudança na realidade objetiva, até este momento, que nos autorize a acreditar que esta realidade tenha mudado (ALMEIDA, 2007 *apud* GUIMARÃES JÚNIOR, 2016, p. 207-208, grifos meus).

O que se observa em tal formulação, a nosso ver, é a presença de uma concepção de sindicato ainda ancorada no modelo taylorista-fordista que não consegue dar conta, por exemplo, dos trabalhadores do setor informal, dos desempregados e dos subproletários que por razões já expostas neste trabalho têm maior dificuldade e resistência à sindicalização.

Uma outra questão fundamental neste debate é a concepção restrita de classe trabalhadora, entendendo-se, inclusive que o sujeito social revolucionário é aquele setor da classe que sofreu uma drástica redução com a reestruturação produtiva enquanto se via um crescimento do setor de serviços. Nesse sentido, é preciso pensarmos a classe trabalhadora ou a *classe-que-vive-do-trabalho* no bojo das transformações vividas no capitalismo contemporâneo. Como aponta Antunes (2018, p. 30-31):

o mundo do capital vem assistindo a uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente (presente nos trabalhos terceirizados ou pautados pela informalidade etc.), ao mesmo tempo que expulsa da produção um conjunto significativo de trabalhadores (incluindo jovens qualificados e ultraqualificados, muitos dos quais pós-graduados) que não encontram emprego em seus países. [...] O resultado dessa processualidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em *potencial* gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente

caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais.

E acrescenta:

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços etc. [...] o *conceito ampliado de classe trabalhadora*, em sua *nova morfologia*, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas (Idem, p.31).

Nesse sentido, entendemos que uma questão central para o movimento sindical na atualidade consiste em dar respostas a essa nova configuração da classe trabalhadora contemporânea. Portanto, a construção de alternativas pela esquerda ao *sindicalismo propositivo* ou ao *sindicalismo de negócios* passa pela superação do antigo modelo de sindicato, típico do fordismo.

Destarte, uma central sindical e popular, que englobe os amplos setores e organizações de luta da classe trabalhadora, como a CSP-CONLUTAS deve forjar-se também na propositura de um novo modelo de sindicalismo que consiga dar conta das demandas do tempo presente. Do contrário, esta central se tornará alternativa tão somente ao sindicalismo cutista, não conseguindo, portanto, apresentar respostas à altura do que necessita a classe trabalhadora brasileira.

Por hora, o que nos parece é que a CSP-CONLUTAS ainda não conseguiu se desvencilhar deste modelo de sindicalismo social-democrático, configurando-se apenas como um “guarda-chuva” que dá abrigo a organizações diversas da classe trabalhadora, intentando, portanto, uma unidade das lutas desta classe. Consideramos importante essa iniciativa, porém, nos marcos do que está posto de complexificação das demandas dos trabalhadores na atualidade, ela é insuficiente.

Uma outra questão fundamental a ser pensada nestas organizações que vêm se postulando como alternativas à esquerda ao sindicalismo cutista é a luta constante pela democracia interna e contra a burocratização sindical. Desse modo, a batalha contra o burocratismo e o trabalho de base devem ser prioridades assumidas pela CSP-Conlutas, pois a construção de alternativas à esquerda no movimento sindical não consiste na substituição do hegemonismo de um partido

(PT) por outro (PSTU ou PSOL), mas passa pela autonomia do movimento sindical frente a governos e partidos, além da independência de classe.

Pelas condições objetivas e subjetivas que tivemos para a realização deste trabalho, estas são algumas questões que pretendemos desenvolver em estudos futuros. Tendo em vista a complexidade do tema aqui tratado, temos clareza de que muitos pontos carecem de uma análise mais profunda acerca da dinâmica e tendências atuais do movimento sindical, sobretudo, em meio à conjuntura difícil vivida no Brasil e no mundo, de avanço da extrema direita que defende um modelo ultraneoliberal (SINGER, 2019), a exemplo do governo de Jair Bolsonaro/PSL. Eis que nos colocamos, portanto, este desafio intelectual e compromisso revolucionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. *O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de lutas de uma categoria: 1978-1988*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 127, p.456-475, set./dez. 2016.

ARAÚJO, Rejane. BASTOS, Manoel Dourado. *Verbetes Luís Antônio de Medeiros*. Disponível em: www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/medeiros-luis-antonio-de. Acesso em: 31 jan. 2019.

ALBUQUERQUE, Denise de Jesus. *A relação MST-PT na luta pela reforma agrária: um estudo sobre a autonomia do movimento frente ao partido*. (Monografia) Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. *Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT*. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 3. ed. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1990.

BARBOSA, Zulene Muniz. *Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo*. São Luís: UEMA, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social no capitalismo tardio*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIHR, Alain. Os desafios atuais do movimento operário. *Lutas Sociais*, n. 7, São Paulo: NEILS, PUC/SP, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18723/0>. Acesso em 20 mar. 2019.

BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOITO JÚNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo, SP: UNESP, 2018.

_____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, 2012.

_____. *Contornos do pós-lulismo*. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/contornos-do-pos-lulismo/>>. Acesso em 12 fev. 2019.

BRASIL. LEI Nº 11.648, DE 31 DE MARÇO DE 2008. Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Brasília, DF, marc. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm>. Acesso em: 03 jan. 2019.

_____. DECRETO Nº 4.796, DE 29 DE JULHO DE 2003. *Institui o Fórum Nacional do Trabalho e dá outras providências*. Brasília, DF, jul. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4796.htm>. Acesso em: 02 jan. 2019.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, São Luís: EDUFMA, 1995.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA SINDICAL DA CUT. *Resoluções do 1º Congresso da Classe Trabalhadora*. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/113>>. Acesso em: jan. 2017.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CRÉDITO. *Lucros dos bancos: síntese comparativa nos últimos três governos*. Disponível em: <<https://www.contec.org.br/attachments/article/12220/Boletim%20Econ%C3%B4mico%20da%20CONTEC%20N%C2%BA%2082.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2019.

COSTA, Sílvio. *Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. *Revolta da vacina: higiene e saúde como instrumentos políticos*. *Biblos*, Rio Grande, 22, 2008, p. 57-73.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONSECA, Felipe de Freitas. *Um estudo “popular” na CSP-Conlutas*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFJF, 2017.

FRANÇA, Teones. *Novo Sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALVÃO, Andréia Galvão. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. *Crítica Marxista*, n.38, Campinas: IFCH/Unicamp, 2014, p. 103-117. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie70dossie2.pdf>. Acesso em 02 jan. 2019.

_____. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Revista Outubro*, n. 18, 2009, p. 177-200. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-07.pdf>>. Acesso em 04 jan. 2019.

_____. *O sindicalismo brasileiro diante do golpe*. Brasil Debate, 2016. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/o-sindicalismo-brasileiro-diante-do-golpe/>. Acesso em 20 fev. 2019.

_____; MARCELINO, Paula; TRÓPIA, Patrícia. *As bases sindicais das novas centrais sindicais brasileiras*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

GUIMARÃES JÚNIOR, Mário Costa de Paiva. *O surgimento da Coordenação acional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFU, 2016.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____; *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEMOS, Patrícia Rocha; CORRÊA, Ellen Gallerani. As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização do sindicalismo brasileiro. *Crítica e sociedade: revista de cultura política*. Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017, p. 110-145. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/download/41514/22637>. Acesso em: 17 fev. 2019.

LOBO, Valéria Marques. *Fronteiras da cidadania: sindicatos e (des)mercantilização do trabalho no Brasil (1950-2000)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

LOPES, Josefa Batista. Resistência de classes e o PT na construção de alternativas no Brasil. In: COUTINHO, Joana Aparecida; LOPES, Josefa Batista (Orgs.). *Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas*. São Paulo: Xamã, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. In: BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

_____. *A revolução antes da revolução*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). *Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Raul Cornejo et al. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ONU. *Escravidão moderna afeta 40 milhões de pessoas no mundo; trabalho infantil atinge 152 milhões*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/escravidao-moderna-afeta-40-milhoes-de-pessoas-mundo-trabalho-infantil-152-milhoes/>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

OLIVEIRA, Francisco de; PALOI, Maria Célia (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos: 1979 - 1998*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

RODRIGUES, Edgar. *ABC do sindicalismo revolucionário*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

RENAULT, Emmanuel. *Vocabulário de Karl Marx*. Coleção vocabulário dos filósofos. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SAFATLE, Vladimir. *Os impasses do lulismo*. 2013. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/vladimir-safatle-os-impasses-do-lulismo.html>. Acesso em: 07 fev. 2019.

SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. *A organização sindical dos assistentes sociais no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFRJ, 2010.

SINGER, André. *Eleitores populares de Bolsonaro começam a pular do barco*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2019/03/eleitores-populares-de-bolsonaro-comecam-a-pular-do-barco.shtml>. Acesso em 23 mar. 2019.

SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, vol.28, n.3, p. 541-564, set./dez. 2013.

TRÓPIA, Patricia Vieira. *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2004.

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES. *Ratificada aferição que confirma UGT como segunda central sindical brasileira*. Disponível em: <http://www.ugt.org.br/post/12867-Ratificada-afericao-que-confirma-UGT-como-segunda-central-sindical-brasileira>. Acesso em 22 fev. 2019.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.